



**PUC**  
**CAMPINAS**  
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

ISSN 1519-3446

**Centro de  
Ciências Humanas**

**Humanitas - v. 6, n. 1 e 2, jan./dez., 2003**

**HUMANITAS**

**Editor/Editor**

Prof. Dr. Agenor José Teixeira Pinto Farias

**Editor associado/Associate Editor**

Prof. Dr. João Miguel Teixeira de Godoy

**Revisor de normalização/Normalization Revision**

Profa. Dra. Vera Lúcia Graziano da Silva Rodrigues

**Conselho Editorial/Editorial Board Scientific**

Profa. Dra. Beatriz R. Solveira Centro de Estudos Históricos  
Córdoba - Argentina

Profa. Dra. Doraci Alves Lopes FCS - PUC-Campinas

Profa. Dra. Elisete Zanlorenzi FCS - PUC-Campinas

Prof. Dr. Kabengele Munanga FFLCH - USP

Prof. Dr. José Carlos Bruni UNESP-Marília

Prof. Dr. José Jorge de Carvalho FCS - UnB

Profa. Dra. Lília Inês Zanotti de Medrano F.HIST

PUC-Campinas

Profa. Dra. Maria da Graça Druck de Faria FFCH - UFBA

Profa. Dra. Sônia Regina da Cal Seixas G. Barbosa FCS

PUC-Campinas

**Equipe técnica/Technical Group**

Profa. Rosa Maria B. Oliveira (SBI/PUC-Campinas)

normalização/normalization

Profa. Nair Leme Fobe - revisão do idioma inglês/English  
revision

Washington Neves da Silva - Editoração das Revistas do Centro  
de Ciências Humanas

O Conselho Editorial não se responsabiliza por conceitos  
emitidos em artigos assinados.

The Board of Editors does not assume responsibility for  
concepts emitted in sign articles.

**Copyright©Humanitas**

É permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte. A  
reprodução total depende da autorização da Revista.

Partial reproduction is permitted if the source is cited. Total  
reproduction depends on the authorization of the Revista

Humanitas é a continuação do título Revista Humanitas do CCH da PUC-Campinas, fundada em 1997. É publicada semestralmente e é de responsabilidade das Faculdades de Ciências Sociais e História da PUC-Campinas. Publica trabalhos da área de Ciências Humanas realizados na Universidade, bem como os colaboradores externos.

Humanitas is former Revistas Humanitas do CCH, PUC-Campinas, founded in 1997. It is published every bi-annually and is of responsibility of the Faculdade de Ciências Sociais e História, PUC-Campinas. It published works carried out in the University in the field of Human Sciences, as well as external contributors works.

**Colaborações/Contributions**

Os manuscritos devem ser encaminhados a revista Humanitas, CCH - PUC-Campinas e Editoração das Revistas CCH conforme as "Instruções aos Autores", publicadas no final de cada fascículo.

All manuscripts should be sent to the Revistas Humanitas, CCH PUC-Campinas e Editoração das Revistas CCH and should comply with the "Instructions for Authors", published in the end of each issue.

**Assinaturas/Subscriptions**

Pedidos de assinatura (Anual R\$ 20,00) ou permuta devem ser encaminhados Revistas Humanitas, Editoração das Revistas do CCH

Subscription (Annual US\$7,00) or exchange orders should be addressed to the Revistas Humanitas, Editoração das Revistas do CCH

**Correspondência/Correspondence**

Toda a correspondência deve ser enviada à Revistas Humanitas no endereço abaixo:

All correspondence should be sent to Revista Humanitas at the address below:

Comissão Editorial da Faculdade de Ciências Sociais e Faculdade de História no Centro de Ciências Humanas PUC-Campinas

Rodovia D. Pedro I, Km 136

CEP 13086-900 - Prédio Administrativo I

Campus I, Sala 22

Tel.: (19) 3756-7298

Parque das Universidades - Campinas-SP

Caixa Postal 317 - CEP 13012-970

E-mail: edicch@puc-campinas.edu.br

Editoração: Beccari Propaganda e Marketing  
Rua Pedro Álvares Cabral, 183 - Campinas - SP. - Fone Fax (19) 3255-6311  
editora@beccari.com.br

Impresso por: Gráfica e Editora Flamboyant  
Rua João Quirino Nascimento, 493 - Campinas - SP. - Fone Fax (19) 3252-6835  
flamboyant@dglnet.com.br

**DOSSIÊ TEMAS ATUAIS DE SOCIOLOGIA ENSINO MÉDIO**

***DOSSIER CURRENT SUBJECTS OF SOCIOLOGY AVERAGE EDUCATION***

- 5      Apresentação / *Presentation*  
Doraci Alves Lopes

**PARTE 1 – SOCIOLOGIA E ENSINO / *SOCIOLOGY AND EDUCATION***

- 11      Ciência e sociedade: o ensino de sociologia no ensino médio  
*Science and Society Sociology teaching in high school*  
Dulce Maria Pompêo de Camargo
- 15      Ética e cidadania uma reflexão atual e necessária para as ciências sociais  
*Ethics and Citizenship A necessary debate for Social Sciences*  
Thales Haddad Novaes de Andrade

**PARTE 2 – MOVIMENTOS SOCIAIS E CIDADANIA / *SOCIAL MOVEMENTS E CITIZENSHIP***

- 21      Cidadania e Mudança  
*Citizenship and Change*  
Pedro Rocha Lemos
- 27      Exclusão social e ética do habitar  
*Social Exclusion and Inhabit Ethics*  
Doraci Alves Lopes

**PARTE 3 – ÉTICA E TRABALHO / *ETHICS AND WORK***

- 33      O trabalho no mundo contemporâneo  
*Work in Contemporary World*  
Vera Lúcia Graziano da Silva Rodrigues
- 37      Qualidade de vida e trabalho: ter ou ser?  
*Life quality and Work: to have and to be?*  
Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa

## **PARTE 4 – CULTURA E PODER / CULTURE AND POWER**

- 43 Impactos do consumo sobre a cultura moderna  
*Impacts of Consumption on Modern Culture*  
Thales Haddad Novaes de Andrade

### **ARTIGOS / ARTICLES**

- 47 O Sindicalismo no Brasil diante das novas tendências no mundo do Trabalho  
*Labour – Unionism in Brazil Ahead of the news trends in the Work World*  
Roselene dos Anjos
- 61 Ensaio sobre a cegueira democrática  
*Essay on democratic blindness*  
José Alberto da Silva Curado
- 83 A Imperial Estação Agronômica de Campinas – 1887/1897  
*Campinas Imperial Agronomic Station – 1887/1897*  
Reginaldo Alberto Meloni

### **RESENHA**

- 95 Atas do I Encontro Internacional Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL. Fonologia, Gramática e História. Tomos I e II. Cabral, Ana Suelly Arruda Câmara; Rodrigues, Aryon Dall’Igna (organizadores).  
Agenor José Teixeira Pinto Farias

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

***DOSSIÊ***  
***TEMAS ATUAIS DE SOCIOLOGIA***  
***ENSINO MÉDIO***

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

## APRESENTAÇÃO

**Doraci Alves LOPES**

O dossiê que nós, professores da Faculdade de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, apresentamos no momento acontece depois de uma longa jornada de discussões e experiências conjuntas nos Laboratórios de Ensino, Sociedade e Cultura (LESC) e de Estudos Sociedade, Ética e Cidadania (LESEC), respectivamente analisados na parte I. Ambos colocaram-se como desafio comum transformar os temas de anos de pesquisas de seus docentes em conhecimento escolar, com o intuito de contribuir no ensino médio com os conteúdos trabalhados em Sociologia<sup>1</sup>.

A proposta deste conjunto de artigos originou-se de um dos objetivos de nosso projeto de extensão<sup>2</sup> associado ao Laboratório de Ensino, Sociedade e Cultura (LESC) do antigo Instituto, e atualmente, Centro de Ciências Humanas da PUC-Campinas, desenvolvido entre 1998 a 2001.

A idéia geral de diferentes atividades foi a de desenvolver uma discussão do bacharelado e da licenciatura em Ciências Sociais, determinada em parte pelo debate sobre mudanças substantivas que ocorreram em seus referenciais teóricos e metodológicos e também pelas questões educacionais do país nas últimas décadas. Por isso, elegemos alguns conceitos fundamentais, trabalhados nas partes 2, 3 e 4 deste Dossiê – ‘Ética e Cidadania’, ‘Trabalho’, ‘Cultura’ e ‘Movimentos Sociais’ – para possibilitar reflexões, trocas de experiências, e com a intenção de subsidiar revisões e produção de materiais didático-pedagógicos que incorporem na licenciatura

determinadas análises contemporâneas das Ciências Sociais. Todo o material de pesquisa levantado faz parte de um acervo mais amplo do LESC, que apóia inclusive outras atividades tanto para a formação do bacharel e licenciado de Ciências Sociais; como para a dos professores do ensino médio que freqüentam as Oficinas Pedagógicas de Sociologia, oferecidas mensalmente desde 1998.

A publicação destes artigos expressa, portanto, o resultado de uma parte do trabalho conjunto deste grupo e a importância que procurou dar a alguns princípios teóricos e metodológicos para discutir, entre outras, idéias sobre Educação, Ensino Médio e Conhecimento Escolar em Sociologia. Para tanto, introduziremos algumas preocupações que influenciaram os diversos artigos.

No início dos anos 80, em um contexto histórico de lutas pela redemocratização do país, a ‘volta’ da disciplina Sociologia ao ensino médio foi percebida como uma conquista, após anos de oposição cerrada dos educadores contra a disciplina “Estudos Sociais”. Trata-se da Lei 7044/82, que regulamentou igualmente a volta das disciplinas de Filosofia e Psicologia, ausentes do ensino médio desde 1964. Durante o regime militar, a pretensão foi instituir esta disciplina – Estudos Sociais – como substituta de todas as disciplinas da área de ciências humanas.

Por outro lado, o processo de retomada da Sociologia suscitou novos debates e complexos

<sup>(1)</sup> Em 1999, eram cerca de 80 o número de escolas públicas de ensino médio em Campinas, a disciplina de Sociologia estava presente em apenas 24 escolas, em geral com uma hora aula por semana.

<sup>(2)</sup> Doraci Alves Lopes – Título: *Contribuições da Epistemologia das Ciências Sociais para a Licenciatura em Sociologia: implicações da LDB/96*

desafios na comunidade escolar e, ao mesmo tempo, foi explicitando, com o passar do tempo, a debilidade democrática da 'volta' das disciplinas de Ciências Humanas ao ensino médio.

Perderam-se no tempo os germes<sup>3</sup> de discussões, referenciais teóricos, metodológicos e temáticos, experiências concretas de sala de aula do período anterior ao desaparecimento da Sociologia no ensino médio. Tal perda dificultou a revisão de objetivos, a criação de programas gerais mínimos para as séries e a produção de materiais didáticos diversos e adequados a um corpo discente socialmente heterogêneo, de escolas públicas ou privadas.

Os obstáculos acima mencionados afetaram e afetam, como não podia deixar de ser, a questão da formação do futuro profissional licenciado em Sociologia, aluno do terceiro grau. O despreparo dos docentes atingiu, portanto, os três níveis de ensino e não são poucos os esforços para superá-lo em termos de Encontros anuais, Estaduais, documentos ou publicações de entidades representativas da área.

Desde os anos 80 foi preciso, portanto, lidar com 1) a falta de uma inserção concreta da Sociologia no ensino médio, dado o caráter 'optativo' da disciplina, e o vácuo histórico depois de eliminada do ensino no período de 1964-1982; 2) a falta de definição de uma política educacional de incentivo ao desenvolvimento de pesquisas que tenham como objeto a licenciatura de Sociologia, a exemplo de várias outras ciências básicas; 3) e ainda, as dificuldades de divulgação, aplicação e troca de experiências em torno de propostas de programas, objetivos e materiais didáticos, visando a organização do trabalho docente, tanto de segundo como de terceiro graus.

Além do distanciamento entre os graus de ensino, devemos lembrar ainda da complexa dissociação da produção intelectual que ocorreu, nas últimas décadas, entre a área de Educação e as outras áreas de conhecimento, entre elas a Filosofia, Ciências Sociais e Psicologia.

Existe um certo mal estar e consenso generalizado nas Escolas e Universidades de que há uma fragmentação do ensino, com disciplinas estanques, lineares, colaborando para uma sensação de perda de sentido ou 'vazio' do trabalho docente e discente em sala de aula. Entretanto, este problema não diminui a responsabilidade de cada disciplina em se repensar. No terceiro grau, esta realidade também existe, acrescida da distância entre a licenciatura e o bacharelado. A desvalorização da profissionalização no ensino médio, muitas vezes é questionada na faculdade, quando da experiência dos licenciandos com os processos de estágios, nas escolas de ensino médio.

No entanto, também é de nosso conhecimento de que há um universo de elaborações criativas expressas em uma diversidade ampla de experiências de projetos de ensino significativos, porém, anônimos e com pouco apoio institucional efetivo em termos de sistematização, valorização e divulgação de seus processos e resultados.

Não se trata de propor modelos pedagógicos que podem esbarrar numa concepção equivocada de conhecimento 'acabado', pronto para ser 'consumido'.

A proposta de se trabalhar alguns conceitos é, justamente, para tomá-los como referência para um programa básico, flexível e pluralista, possibilitando a contextualização histórica do conhecimento, da cultura e da sociedade, em diferentes circunstâncias e grupos sociais que freqüentam as escolas de ensino médio.

A discussão epistemológica (Pope e Scott, s/d) auxilia pensar a licenciatura em Sociologia/Ciências Sociais e implica em problematizar, entre outros, os conceitos centrais mencionados, imprescindíveis às necessidades e aos direitos do aluno de se inserir na vida social. Ou seja, trata-se de pensar em uma realidade de crise da sociedade de trabalho, produção incessante de novas linguagens simbólicas, manifestações multiculturais incessantes, sérios problemas ambientais, a violência, e avanços tecnológicos com repercussões sociais ainda desconhecidas.

<sup>(3)</sup> Para dar um exemplo: Florestan Fernandes em *O Ensino de Sociologia na Escola Secundária Brasileira (1954)*, primeira edição, realiza uma discussão sobre a importância e o papel do ensino da Sociologia no ensino secundário apoiado em vários autores, como Antônio Cândido, Costa Pinto, J. Rios, Donald Pierson, Costa Eduardo, que publicaram na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* em 1945, vol. IV, n. II.

A questão no ensino médio é não perder de vista que a disciplina de Sociologia é expressão das Ciências Sociais, e constituem uma área de conhecimento de identidade socialmente múltipla, isto é, com conteúdos em Sociologia, Ciência Política e Antropologia. O objetivo primordial é contribuir e complementar no campo das Ciências Humanas para a formação da cidadania do estudante, sujeito de suas ações, desenvolvendo a capacidade de refletir e intervir democrática e criticamente na vida social.

Esta formação humanista abrangente tem o compromisso de defender o princípio de que a Educação, a Ciência e a Técnica devem estar a serviço da ética, da defesa da vida e da natureza. Tais princípios, traduzidos para o cotidiano da sala de aula, auxiliam no questionamento da desumanização das relações sociais e do perigo de perda de historicidade da Ciência, particularmente das Ciências Humanas.

Por isso mesmo, a licenciatura em Sociologia/Ciências Sociais deve ser revista enfrentando velhos e novos desafios no século XXI, e para refletir sobre o século XX, que ficará conhecido como uma época de rupturas inquestionáveis com o passado, e permanências de processos sociais intoleráveis.

O universo da Educação está sendo inevitavelmente atingido, obrigando os vários níveis de ensino a retomarem seus respectivos processos de conhecimento, ensino e a repensar a docência.

A inquietação atinge também os estudantes, especialmente a partir do ensino médio, uma vez que as novas tecnologias de informação emitem fluxos cada vez maiores, rápidos e próximos do dia a dia de qualquer cidadão, intensificando sentimentos de incerteza quanto ao futuro e abalando as noções e valores de tempo e espaço vividos.

A necessidade de uma concepção de capacitação continuada para fazer frente às contínuas alterações do local e do global, se aplica igualmente aos docentes de todos os níveis de ensino e é isto que move nosso trabalho no LESC e LESEC da PUC-Campinas.

Retomar a discussão da licenciatura em Sociologia/Ciências Sociais, portanto, se traduz em conhecer, produzir, divulgar reflexões de propostas de ensino flexíveis, polivalentes e processuais. Deve significar ainda, ter acesso a múltiplos materiais, alternativas de ação pedagógica construídas no intercâmbio com os professores do ensino médio.

De um lado, os artigos buscam pontuar algumas revisões teórico-conceituais, e de outro, apresentar certos conteúdos didático-pedagógicos e exercícios que facilitem um repensar sobre a formação de estudantes, em busca de uma atitude ética na vida social, política, econômica e cultural, através da escola.

A dinâmica da sociedade contemporânea, de extrema competitividade e exclusão social, compromete muito o desenvolvimento de atitudes de solidariedade humana, de compreensão do sentido de sociabilidade dos laços comunitários.

A escola, neste sentido, continua sendo um dos principais espaços sociais para se pensar humana e solidariamente as mudanças sociais. Deve enfrentar o desafio de recriar formas de cooperação, resistir para que o cidadão não seja apenas sinônimo de 'consumidor' individualista. E que a Ciência e a Cultura, por sua vez, não sejam reduzidas a um conjunto de utilidades técnicas eficientes para atender, com imediatismo, apenas às empresas ou aos apelos do mercado de trabalho.

Muitas perguntas emergem para retomarmos o sentido do ensino médio no momento histórico presente, a partir da sala de aula e da disciplina de Sociologia:

Poderemos avançar numa discussão de princípios e conteúdos na licenciatura da Sociologia/Ciências Sociais, no ensino médio e no terceiro grau, se as várias disciplinas de Ciências Humanas continuarem a ser entendidas como passíveis de serem condensadas, ou sintetizadas, em algum 'tema' ou 'eixo temático' da área de conhecimento Ciências Humanas e suas Tecnologias, definida pela LDB<sup>4</sup>?

A autonomia dos projetos pedagógicos das escolas sobre a inclusão ou não das disciplinas

<sup>4</sup>) Resolução de 1º de junho de 1998, que estabelece a organização curricular para o ensino médio – art.10, III.



Filosofia, Sociologia e Psicologia no ensino médio tem levado a que resultados educacionais? Defendê-las pode vir a ser sinônimo de ‘anacronismo’, de ensino ‘enciclopedista’, ou de negação da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, proposta pela LDB?

A resistência dos educadores à disciplina ‘Estudos Sociais’ nos anos de ditadura foi fundamental, na época, para o resgate da importância das citadas disciplinas no ensino médio.

Após a LDB/96, temos à frente desafios semelhantes aos das gerações passadas: garantir a historicidade das Ciências Sociais, frente à diluição de suas fronteiras em nome da proposta Ciências Humanas e suas Tecnologias.

A conjuntura de participação ativa pela aprovação do PLC 9/00, projeto de lei do deputado federal Pe. Roque (PT/PR), que modifica a LDB, para introduzir a obrigatoriedade do ensino de Filosofia e de Sociologia no ensino médio em todo o país, vivenciada também pela PUC-CAMPINAS, teve o poder de reconhecer e explicitar anseios educacionais invisíveis para o próprio interior do sistema educacional e para grande parte dos cidadãos deste país.<sup>5</sup>

Em todo o período de tramitação no Congresso - Câmara e Senado - a árdua luta foi vitoriosa, mas a derrota veio através do veto presidencial, ainda em 2002. Este acontecimento, entretanto, não anula uma trajetória que continua sendo construída, mesmo com reveses que tornam nosso trabalho muito difícil e, visto por muitos, como imponderável. É preciso reconhecer a incansável dedicação de determinadas entidades, como a da Federação Nacional dos Sociólogos e de muitos Sindicatos de Sociólogos nos Estados, como o SINSESP.

A produção dos artigos ora apresentados tem esta posição, retomar o caminho, quebrar o silêncio, mesmo que pontualmente, pensar o futuro. Para tanto, finalizamos indicando a leitura *Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato* (2003), de Amaury Cesar Moraes, Prof. Dr. em Metodologia de Ensino de Ciências Sociais da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, que auxilia em muito

na compreensão e discussão das questões levantadas nesta publicação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARGO, Dulce Maria Pompêo de. *Mundos Entrecruzados: Formação de Professores Leigos. MT (1987-1990)*. Campinas. Ed. Alínea. 1997.

\_\_\_\_\_. “Metodologia das Ciências Sociais” In *Introdução às Ciências Sociais*, Marcellino, Nelson (Org.), Campinas, S.P., Ed. Papirus, 1987: 97-102.

\_\_\_\_\_. “Ciências Sociais: o conculinte e a qualidade de ensino”, *Revista da Faculdade de Educação*, PUC-Campinas, nº 1, 1996, 12 p.

\_\_\_\_\_, Castanho, M. Eugênia L.M. “O estudante e a questão da qualidade do ensino superior”, *Revista da Faculdade de Educação*, PUC-Campinas, no. 1, 1996, 12 p.

CURY, Jamil. ‘Polifonia Acrobática. Eixos para entender a LDB’. *Revista de Educação*. Sindicato dos Professores de Campinas e Região. SINPRO. Jun, 1997: 27-33

DIAS SOBRINHO, José. *Universidade, hoje e amanhã*. Faculdade de Educação. Unicamp. Campinas. Circulação Interna.

FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1980

FORQUIM, Jean-Claude. *Escola e Cultura. As bases sociais e epistemológicas do conhecimento Escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GENTILI, Pablo (Org.), *Pedagogia da Exclusão. Crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis, RJ. Vozes, 1995.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. *A licenciatura em Ciências Sociais: um enfoque epistemológico*. Faculdade de Educação. Unicamp. Circulação Interna. 1984.

<sup>(5)</sup> Parte das Entidades que apoiaram: SBS, ABCP, ABA, SBPC, ANDES, CNBB, OAB, CNPL, ANPED

MORAES, Amaury Cesar. Por que a Sociologia e Filosofia no Ensino Médio? *Revista de Educação*. APEOESP, nº 10, abril, 1999.

\_\_\_\_\_. Ciências Sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. Vol. 15., n.1. São Paulo, SP: USP, FFLCH, abril de 2003.

POPE, M.L., SCOTT, E.M.. 'La Epistemologia y la Practica de los Profesores' in *Constructivismo y enseñanza de las ciencias*. mimeo. Faculdade de Educação. Unicamp. s/d.

SEVERINO, Antônio Joaquim. 'Filosofia e Ciência Humanas no ensino de 2º grau: uma abordagem antropológica da formação dos adolescentes.' In Queiroz, José (Org.) *Educação hoje: tensões e polaridades*. São Paulo, FECS/USF. 1997: 101-109.

### IMPrensa OFICIAL

- O novo ensino médio brasileiro: MEC aprova reforma que garante o fim do ensino "enciclopédico" e a vitória do raciocínio sobre a memória". JORNAL DO MEC. Edição Especial. Órgão Oficial do Ministério da Educação e do Desporto. Brasília, DF. jul.1988.

- As novas diretrizes curriculares que mudam o ensino médio brasileiro. Ulysses de Oliveira Panissert. Presidente da CEB/CNE. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília, DF, 01 de junho de 1998.

### IMPrensa

LOPES, Doraci Alves. Sociologia e PLC 9/00: o fim do imponderável? *Jornal Correio Popular*, 08/09/2001, Seção Educação.

**CIÊNCIA E SOCIEDADE:  
O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO**

***SCIENCE AND SOCIETY  
SOCIOLOGY TEACHING IN HIGH SCHOOL***

**Dulce Maria Pompêo de CAMARGO\***

A crise da educação no Brasil tem provocado um forte impacto nos cursos de formação de formadores e conseqüentemente na qualidade oferecida nos diferentes graus de ensino. Preocupados com estas questões é que, como docentes da Faculdade de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas da PUC-Campinas, assumimos a formação do licenciando como uma de nossas prioridades, o que exigiu de nossa parte a busca de alternativas para a formação dos nossos alunos enquanto educadores, inclusive porque, dadas as necessidades econômicas dos mesmos e as exigências do mercado, muitos deles já são professores.

Nessa perspectiva, em 1995, a criação do Laboratório de Ensino, Sociedade e Cultura – LESC, pareceu-nos a melhor opção dentre as iniciativas relevantes para a melhoria do ensino, e a necessária formação inicial e continuada do profissional. Por meio dele pudemos desenvolver atividades de natureza qualitativa ligadas à pesquisa docente e discente em Sociologia e à produção e utilização de material de apoio didático por parte de alunos e de professores em exercício na rede de ensino.

Esse material, dirigido para o licenciando, para o docente da área de Ciências Sociais e para o aluno do Ensino Médio, em nosso entender,

corresponde, nas mais diferentes correntes pedagógicas, um recurso básico para o desenvolvimento das operações concretas para a construção do conhecimento escolar, por nós entendido como o resultado do diálogo entre o saber cotidiano vivenciado pelo aluno e o conhecimento científico.

Com base nas rápidas mudanças ocorridas na sociedade e no mundo do trabalho, novos espaços foram abertos no que se refere à formação de profissionais que hoje têm que ser mais participativos, criativos, autônomos intelectualmente, dada a inserção significativa da ciência e tecnologia nos processos produtivos e sociais. Tais transformações vêm exigindo a construção de um novo processo político-pedagógico, novas linguagens, capacidade de tomada de decisões rápidas, que trazem em seu bojo a formação continuada que permita aos diferentes profissionais formas de leituras, relações, conexões entre os conhecimentos e informações que permitam a interpretação da realidade aliada à ação.

Por isso temos que recuperar o espírito de ciência enquanto construção social permanente, uma vez que o conhecimento científico está profundamente vinculado às condições reais e materiais, em época e contextos sociais determinados.

O momento presente exige um novo olhar e novos caminhos na busca do conhecimento. Em

---

(\*) Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Ciências Sociais. Centro de Ciências Humanas. Professora do Mestrado em Educação. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Coordenadora do Laboratório de Ensino, Sociedade e Cultura – LESC – dulce@puc-campinas.edu.br

vez de uma teoria constituída, buscamos uma nova postura epistemológica, que abandona radicalmente os modos de pensamento da sociologia tradicional. Enquanto esta se ocupa da sociedade instituída, a preocupação atual das Ciências Sociais deve estar voltada para a sociedade instituinte, ou seja, para o social *'em vias de se constituir'*. (Coulon, 1995: 301).

Nesse processo a Sociologia, dentre outras disciplinas que compõem o currículo do ensino médio, vem ocupando, cada vez mais, um papel fundamental e insubstituível.

Na verdade, a luta pelo ensino de Sociologia não é recente. Nos anos 40 do século XX, este foi defendido por eminentes sociólogos como Florestan Fernandes, Antonio Cândido, Octávio Ianni, Costa Pinto, dentre outros. Nos anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em São Paulo, em 1955, Florestan Fernandes publicou o seguinte artigo *"O ensino de Sociologia na escola secundária brasileira"*; na Revista Atualidades Pedagógicas (abril de 1957) há uma publicação de Octávio Ianni *"Sobre a inclusão da Sociologia no curso secundário"*.

Nessa época já haviam constatado o desequilíbrio na distribuição das disciplinas relativas às ciências naturais e sociais que compõem o quadro curricular do hoje denominado ensino médio. Ao defender a inclusão da Sociologia no ensino secundário Florestan Fernandes assim se pronunciou

*"...o ensino da sociologia no curso secundário representa a forma mais construtiva de divulgação dos conhecimentos sociológicos e um meio ideal, por excelência, para atingir as funções que a ciência precisa desempenhar na educação dos jovens na vida moderna"*. (1955, 89-90 apud Ianni)

Os objetivos para a inclusão da Sociologia neste grau de ensino passavam tanto pela formação do educando como pela possibilidade do desenvolvimento da teoria sociológica. Vejamos um exemplo:

*"a) a disseminação dos conhecimentos sociológicos permite evidentemente au-*

*mentar o número dos interessados nesse ramo do conhecimento;*

*b) a difusão desses conhecimentos tornará mais ampla a parte da população apta a compreender os significados práticos e teóricos das investigações sociológicas que venham a ser realizadas;*

*c) a discussão permanente e ampla dos problemas e conceitos sociológicos é a maneira mais fecunda de auferir a sua validade.* (IANNI, 1957: 20)

Hoje a luta continua, no entanto, em uma perspectiva muito mais complexa, dadas as contradições e tensões permanentes vivenciadas em uma sociedade profundamente marcada pela crise de valores sociais e éticos.

Antes mesmo da discussão e definição curricular, tem sido colocado em xeque o significado da dimensão social da escola e da construção de alternativas pedagógicas que possibilitem ao aluno compreender e transformar o mundo. Nesse contexto o ensino médio vem sendo o mais prejudicado, tanto pela falta de investimentos a ele destinados, como pela falta de uma política que lhe permita atender minimamente às expectativas e aspirações de alunos e professores e da própria sociedade.

Urge, portanto, uma mudança no ensino médio nos aspectos humano e material, que considere prioritária a formação de cidadãos participantes e transformadores e que rompa com a exclusiva preocupação de colocar uma mão de obra à disposição do mercado de trabalho. Para tanto a escola necessita ter criatividade e autonomia e, principalmente, propor-se a elaborar o seu próprio projeto com a participação de toda a comunidade. E é nesse bojo que se situa a discussão e o redimensionamento da concepção de currículo.

Moraes chama a atenção para o fato de o ensino médio ser talvez o mais problematizado na história da educação brasileira, uma vez que *"manifesta o nó da relação social implícita no ensino escolar nacional."* (1996: 124). Além de ser considerado uma etapa intermediária entre o ensino fundamental e o superior, este grau recebe diferentes denominações dependendo do destino

profissional a que se refere (colegial, magistério, técnico, industrial, comercial e agrícola).

Em síntese, a política educacional para o ensino médio tem se baseado fundamentalmente na ‘teoria do capital humano’, que privilegia a produção em detrimento da qualidade de ensino. Com o empobrecimento social dos currículos e esvaziamento dos conteúdos voltados à formação geral, são descartadas as bases fundamentais para a compreensão crítica da realidade pelo educando.

*“A análise das funções sociais historicamente atribuídas ao ensino médio indica claramente, em consonância com a divisão de trabalho existente em nossa sociedade, o caráter dual que marca a educação escolar brasileira. Entre nós, desde o início, o ensino médio caracterizou-se pela separação entre o ensino secundário propedêutico dirigido às ‘elites’ e os tipos profissionais de ensino médio, destinados à população brasileira.”* (Moraes, 1996: 125)

O autor lembra que, no decorrer da elaboração da atual LDB, esta separação permanece, especialmente em um momento histórico em que as mudanças no processo produtivo são marcadas por novas tecnologias e novos modelos de organização de trabalho, ampliando assim os desafios que permeiam as relações entre educação e trabalho.

Essa temática é amplamente abordada por Kuenzer (1997 e 1999), que alerta para o fato de que as crescentes mudanças vêm exigir um novo perfil de professor e de aluno que não pode ser ignorado, uma vez que hoje, diferentemente do período de predomínio do modelo taylorista/fordista, a relação educação-trabalho vem mediada pelo conhecimento, o que significa a exigência de domínio de conteúdos e habilidades cognitivas superiores. Há necessidade, portanto, que para a formação do professor sejam oferecidos

*“estudos e práticas que lhe permitam apropriar-se das diferentes formas de leitura e interpretação da realidade que se constituem em objeto de vários campos do conhecimento, mas em particular da filosofia, da história, da sociologia e da economia, bem como estabelecer interlo-*

*cução com os vários especialistas”* (1999: 171)

Tais transformações acabaram por desestabilizar no campo educacional o rigor científico, que, enquanto verdade instituída considerava eficaz a simples transmissão do conhecimento. Nesta perspectiva há uma transformação considerável na concepção tanto de ciência como de ensino que passam a exigir novas metodologias no processo de ensino e aprendizagem.

*“A construção de conhecimento justifica a opção por uma metodologia de trabalho, onde o ‘ir e vir’ permitem a abordagem integrada do conteúdo trabalhado com o mundo percebido pelo aluno. Além de evitar a fragmentação do conhecimento, respeita as diferentes formas de ver e ler a realidade, próprias de professores e de alunos de camadas sociais e culturais distintas.”* (Camargo, 2000: 219)

O quadro atual, bastante controvertido, traduz perspectivas pouco nítidas e duvidosas, preservando a velha trama de indefinições e dubiedades para o ensino médio e profissional que precisam ser melhor entendidos e estudados. (Bueno, 2000)

Os PCN’s (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1999) para o Ensino Médio que dedica uma de suas partes às *Ciências Humanas e suas Tecnologias*, englobando também a Filosofia, são um exemplo dessa contradição. Sem dúvida o texto legal incorpora as competências e habilidades necessárias à formação do cidadão contemporâneo. No entanto, a formação do professor e as responsabilidades que lhe competem como mediador de um processo tão sério e complexo não são sequer levantadas.

Esta publicação foi pensada justamente para ocupar este vazio, ao mesmo tempo que procura ampliar o espaço das Ciências Sociais no Ensino Médio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, “Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio”, Ministério da Educação,



- Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Brasília, 1999
- BUENO, M. Sylvia S. *Políticas Atuais para o Ensino Médio*, Campinas, SP: Papirus, 2000
- CAMARGO, Dulce M.P., “Conhecimento Escolar: o mito da fronteira entre a ciência e a cultura” in VEIGA, I. e CASTANHO, M.E. (orgs.) *Pedagogia Universitária: a aula em foco*, Campinas, SP: Papirus, 2000, pp. 213-230
- COULON, Alain, “Etnometodologia e Educação” in FORQUIN, J.C., *Sociologia da Educação: dez anos de pesquisa*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, pp. 299-344
- IANNI, Octávio, “Sobre a Inclusão da Sociologia no Curso Secundário”, in *Revista Atualidades Pedagógicas*, S.Paulo: Cia. Editora Nacional, ano VIII, nº 40, jan-abr de 1957, pp. 19 e 20.
- MORAES, Carmen Sylvia V. “Ensino Médio e Qualificação Profissional: uma perspectiva histórica” in BRUNO, L. *Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo: leituras selecionadas*, São Paulo: Atlas, 1996, pp. 124-145.
- KUENZER, Acácia Z. *Ensino de 2º Grau: o trabalho como princípio educativo*, 3ª ed., São Paulo: Cortez, 1997.
- KUENZER, Acácia Z. “As políticas de formação: a construção da identidade do professor sobrando”, in *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, SP: Cedes, ano XX, nº 68/Especial, dez de 1999, pp. 163-183.

**ÉTICA E CIDADANIA UMA REFLEXÃO  
ATUAL E NECESSÁRIA PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS**

***ETHICS AND CITIZENSHIP  
A NECESSARY DEBATE FOR SOCIAL SCIENCES***

**Thales Haddad Novaes de ANDRADE\***

Por ocasião do estabelecimento da lei 5692/71 passou a constar no currículo do ensino fundamental a disciplina Educação Moral e Cívica. Naquele período, em que o Brasil era governado pelos militares e as instituições públicas e privadas encontravam-se mediante rígido controle, não haviam condições para o exercício da democracia. Não eram permitidas eleições livres, e as atividades sindicais e os meios de comunicação sofriam graves perseguições e censura.

Dentro desse contexto, a matéria se propunha a despertar atenção aos símbolos nacionais e às regras da vida coletiva que deveriam ser seguidos pelos indivíduos. Através da Educação Moral e Cívica aprendia-se muitas coisas diferentes: os hinos e bandeiras da Nação, as datas significativas, os deveres a serem seguidos por todos, como o pagamento de impostos, a importância do cumprimento das leis para a manutenção das condições gerais da vida coletiva etc.

Muito resumidamente, pode-se afirmar que por ela eram transmitidos os deveres dos cidadãos e os seus pressupostos morais. De forma normativa e sem espaço para discussões eram apresentados aos alunos os papéis gerais do homem que vive em sociedade e os símbolos e instituições que deveriam conduzir a organização do país.

Relembramos essa disciplina pois ela de certa forma simboliza a forma com que as questões sociais foram enfocadas no Brasil durante o regime autoritário. A organização social era pensada então enquanto um conjunto de regras e deveres estabelecidos de antemão, e que se impunham como preceitos morais, não sujeitos ao confronto de idéias.

Nesse contexto, a capacidade dos indivíduos de discutirem a base desses deveres inexistia, assim como a participação aberta e o estabelecimento dos direitos dos indivíduos. Estes em nenhum momento eram chamados para opinar sobre os rumos do país e nem participar das questões públicas. A moral e o civismo representavam por assim dizer os únicos aspectos possíveis para a discussão acerca da realidade social, esta vista como um grande conjunto de deveres a serem seguidos pelos indivíduos.

A realidade brasileira atual é sem dúvida muito diferente. Na virada do século podemos constatar a existência de princípios democráticos que permitem uma discussão e participação mais aberta dos cidadãos acerca dos problemas nacionais. Então, é possível analisar a realidade de forma diferente, de acordo com parâmetros que vão além dos anteriores, os preceitos morais e deveres cívicos.

---

<sup>(\*)</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, Professor da Faculdade de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas da PUC-Campinas e membro do Laboratório de Estudos sobre Sociedade, Ética e Cidadania – LESEC. *E-mail:* fcs@puc-campinas.edu.br

A perspectiva de trabalho do *Laboratório de Estudos sobre Sociedade, Ética e Cidadania – LESEC* – consiste exatamente em compreender a realidade social assentada na discussão sobre direitos sociais e participação política. Portanto, de forma bem diferente daquela perspectiva anterior que apontamos. Procuraremos expor aqui como os cientistas sociais podem se utilizar dos conceitos de ética e cidadania para pesquisar a realidade brasileira atual, perspectiva que vem pautando a proposta do LESEC.

De antemão podemos afirmar que se faz necessário realizar uma substituição dos termos moral e civismo por ética e cidadania, de modo tanto a se entender a sociedade brasileira como de buscar democratizá-la. Além dos deveres cívicos, existem direitos sociais para os cidadãos. E mais do que normas morais já definidas de antemão, são necessários princípios éticos que estabeleçam coletivamente, e mediante co-responsabilidade entre todos, os rumos da vida social.

Ética e cidadania portanto são conceitos que representam um avanço substantivo na forma de se conceber uma sociedade democrática, uma vez que trazem à discussão social o papel dos direitos e da transparência. Para além de discussões legalistas e formais, de idéias e receitas já prontas e indiscutíveis, ética e cidadania nos permitem situar na história e no embate concreto de idéias e atitudes as condições pelas quais as transformações sociais ocorrem.

## ÉTICA E RELAÇÕES SOCIAIS

A importância da ética para se compreender a realidade social aparece quando se percebe que o mundo cotidiano é o resultado de uma série de perspectivas e racionalidades diferentes<sup>1</sup>. Empresários, sem-terra, autoridades públicas, profissionais liberais, desempregados, estudantes etc, são diferentes grupos sociais dotados de visões de mundo e formas de atuação específicos.

Cada um desses grupos defende seus interesses e age segundo padrões próprios, o que

geralmente leva a disputas e enfrentamentos. Por exemplo, empresários são contra as ocupações de terra, os quais consideram um desrespeito às leis, enquanto estudantes se opõem à política do governo por não concordarem com suas prioridades etc. Quais grupos estão certos ou errados, e como se encontrar um meio de se determinar isso cientificamente?

Ao invés de uma moral única e absoluta que pretenda governar essas múltiplas racionalidades de maneira autoritária, entendemos que uma ética ligada às práticas sociais é capaz de avaliar as diferenças e construir um patamar de convivência entre os vários grupos.

É claro que a ética capaz de realizar isso não pode se restringir a uma abordagem unicamente filosófica, como conjunto abstrato de normas e preceitos morais. Nesse ponto a noção de ética por nós utilizada se diferencia de uma certa tradição filosófica, baseada em doutrinas fundamentais. Para nós, acima de tudo ela precisa se envolver com as questões sociais, entender seus sentidos e transformações, identificar as intenções dos agentes, denunciar os abusos e intransigências das instituições e governos etc. Detectar a existência de múltiplas racionalidades no tecido social não é suficiente, a ética deve também avaliar a legitimidade do relacionamento entre elas, e intervir quando necessário.

Podemos ilustrar esse argumento com um exemplo cotidiano, vivenciado por um grande número de pessoas: o problema dos vírus de computador. Os chamados *hackers*, indivíduos que causam estragos nas redes informáticas infectando as memórias dos computadores, não respeitam normas de convivência aceitáveis no setor que atuam. Podemos afirmar com segurança que eles vão contra normas éticas da atividade informática, e existem atividades consideradas como crime nessa área segundo a legislação.

Seria possível um filósofo, jurista ou sociólogo pensar uma ética para essa matéria há cem anos atrás, quando ainda não existiam computadores? De que maneira esse intelectual teria condições de apontar critérios de comportamento nas redes

<sup>(1)</sup> Ver BOAVENTURA SOUSA SANTOS, 1995.



informáticas se ele nunca teve acesso a essas tecnologias e formas de relacionamento social? Sua contribuição não seria suficiente para esclarecer como exatamente deve se portar um usuário da Internet frente às inúmeras possibilidades abertas pelas redes<sup>2</sup>.

O caso da engenharia genética é semelhante, pois sem conhecer com detalhes os procedimentos dessa área de conhecimento envolvendo mutações, aprimoramento genético etc. fica difícil decidir se os procedimentos são válidos ou não, e em quais casos.

Para além de justificativas morais ou jurídicas, a ética comprometida com a democratização das sociedades precisa arbitrar envolvida com o momento histórico e com os espaços de decisão existentes. Nessas condições todos os sujeitos sociais podem participar, de forma co-responsável, no estabelecimento de princípios éticos que, por sua vez, podem ser questionados frente ao aparecimento de situações novas. Tal atitude ética representa uma ferramenta fundamental para se estabelecer as regras de comportamento social dentro de uma sociedade democrática.

Nesse sentido, os princípios éticos não podem existir antes do conhecimento das relações humanas e nem se situar acima delas. A ética capaz de pensar e intervir nas relações sociais deve partir dessas próprias relações, historicamente situadas, e não se acerrar dela posteriormente.

Daí a necessidade mútua de auxílio entre as Ciências Humanas e Sociais e a Ética, pois através desse intercâmbio faz-se possível, ao mesmo tempo, pensar princípios e normas éticas e intervir nas desigualdades sociais.

## CIDADANIA: DIREITOS E PRESENÇA

A questão da cidadania também representa um ponto central na reflexão sobre a sociedade contemporânea. Para além da concepção liberal, que a restringe a seu conteúdo formal, é preciso que os cientistas sociais discutam a necessidade da ampliação dos direitos sociais e transformação da cultura política dominante.

A sociedade moderna não possui um espaço público aberto, e se ressentida da ausência de canais para o debate de temas coletivos. Cientistas afirmam que diversos segmentos sociais são excluídos das questões públicas e forçados a se situarem à margem dos processos decisórios<sup>3</sup>. Quando muito, são chamados a referendar reativamente os projetos das elites dominantes por meio dos processos eleitorais.

No limiar do século XXI, diversas alterações econômicas e tecnológicas vem ocorrendo. A globalização da economia e a expansão das tecnologias da área de informática criam novas formas de riqueza e também de desigualdades sociais. Diversos grupos sociais são incapazes de opinar sobre o rumo dessas transformações, e muitos são deixados de lado pelas regras do mercado e das políticas públicas.

A noção de cidadania é importante para se pensar essas questões, pois ela propõe que todos os indivíduos devem ter acesso às decisões sociais. Se uma sociedade não consegue garantir as condições de cidadania, os princípios democráticos não se realizam.

Podemos destacar dois aspectos da cidadania enquanto conceito para se analisar a sociedade atual.

Um aspecto reside na questão dos direitos sociais. Enquanto o civismo apresenta deveres, a cidadania discute a necessidade do estabelecimento e ampliação de direitos. Existe uma gama de direitos previstos e regulamentados pela legislação. Direito à aposentadoria, licença maternidade, jornada de trabalho, inscrição da data de validade nos produtos etc. são direitos estabelecidos por lei e que valem para todos os cidadãos. O cumprimento desses direitos e as condições para expansão de seus efeitos representam muitas vezes um grau elevado de mobilização e participação política. Ao longo da história foram travadas inúmeras lutas para a conquista de direitos sociais.

Mas a temática da cidadania não precisa se limitar aos direitos já estabelecidos e regulamentados. Cotidianamente aparecem situações

<sup>(2)</sup> Ver JUREMIR MACHADO DA SILVA, 1999.

<sup>(3)</sup> Ver VERA TELLES, 1994.

novas que solicitam uma reflexão sobre direitos e cidadania. O avanço tecnológico, a flexibilização da economia, e outros, são fenômenos que têm impacto nas conquistas sociais alcançadas.

Por exemplo, no caso da terceirização dos serviços por parte de grandes empresas. Os trabalhadores que são demitidos de empresas, e passam a atuar em agências prestadoras de serviços, perdem muitas vezes o registro na carteira de trabalho e tem que se sujeitar aos efeitos do enfraquecimento das relações trabalhistas. Os efeitos são a perda do direito às férias, ao 13º salário, seguridade social etc. Isso significa um retrocesso na área dos direitos sociais e um caso claro de como a cidadania pode sofrer desgaste pelos processos econômicos considerados eficientes.

Levando em consideração a cidadania enquanto referencial teórico, os cientistas sociais são capazes de analisar essa realidade levando em conta as condições concretas para a ampliação da participação política por parte dos diferentes grupos sociais em meio à luta pela conquista de direitos.

Em outras palavras, direitos sociais ao mesmo tempo existem formalmente e estão sendo construídos ao longo da história. As Ciências Sociais podem entender os diferentes problemas que envolvem a preocupação pela cidadania na escolha de seus objetos e em suas análises específicas.

O outro aspecto relacionado ao conceito de cidadania se refere ao problema da presença e localização dos indivíduos na sociedade. A cidadania é um conceito importante para se discutir a capacidade de integração dos indivíduos no espaço público<sup>4</sup>.

Muitas vezes ocorre que os indivíduos não procuram participar e entender as decisões tomadas pelos governos e parlamentos porque lhes dá a sensação de não pertencerem ao meio social. Isso constitui muitas vezes um fator de desequilíbrio das relações sociais, levando à incapacidade de diversos agentes de se fazer representar nos espaços coletivos de discussão.

Um exemplo dessa situação de não presença pode ser apontado na população carcerária. Os

presos, muitas vezes amontoados em celas e privados de condições civilizadas de convivência, são incapazes de se envolverem em questões coletivas. Eles sofrem um contínuo preconceito da parte de diferentes instituições, públicas e privadas, o que dificulta um envolvimento com os problemas sociais.

Analfabetos, deficientes físicos e homossexuais são grupos que muitas vezes também têm dificuldades de obter espaço para suas reivindicações, o que redundando muitas vezes em segregação e falta de visibilidade. Forma-se então um sentimento de não estar presente às relações sociais consideradas oficiais, as quais são vistas muitas vezes até com desconfiança.

Uma sociedade que exercita realmente a cidadania é capaz de transformar os indivíduos em sujeitos participantes. Para isso, as instituições públicas e privadas precisam propiciar localização e identificação aos indivíduos para que esses atuem de fato enquanto cidadãos.

A sociedade contemporânea, baseada na economia de mercado e no consumo, muitas vezes tem dificuldade em gerar envolvimento social. A competitividade do mercado e a busca incessante de lucros vai contra as propostas de solidariedade e participação estabelecidos pelo princípio da cidadania, o que faz com que essa última tenha que se esforçar ao máximo para ser aceita pelos indivíduos.

Sentimento de presença na sociedade e conquista de direitos sociais são aspectos complementares, que estão relacionados ao papel desempenhado pela cidadania como contribuição para os cientistas sociais. Diferentes objetos de estudo e metodologias são capazes de engendrar análises sobre a realidade brasileira tomando como base problemas levantados pela perspectiva da cidadania.

## CONCLUSÃO

Frente a esse quadro geral acreditamos que cientistas sociais, com seus temas e metodologias próprias, têm a possibilidade de realizarem suas

<sup>(4)</sup> Ver ANTONIO ARANTES, 2000.

pesquisas visando o fortalecimento dos princípios da ética e da cidadania.

Sabendo que esses dois conceitos se encontram em constante transformação, mediante o aparecimento contínuo de novas perspectivas sociais no fluxo histórico, não faz sentido buscar definições prontas e cartilhas consensuais. Pelo contrário, é mediante o contato vivo com a realidade que as noções de ética e cidadania vão sendo estabelecidas e superadas, para estarem construindo os princípios democráticos. O comprometimento do cientista com seu objeto e com a sociedade que o envolve, de forma ética e atenta à questão da cidadania, fortalece seu vínculo social e seu papel de intelectual.

Os pesquisadores do LESEC, envolvidos com temas diferenciados como políticas públicas, ética do habitar, corporativismo, alteridade, qualidade

de vida, estetização da realidade entre outros possíveis, tentam demonstrar que é viável construir um programa conjunto de atividade científica tendo como eixo a reflexão sobre ética e cidadania.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Antonio Augusto. *Paisagens paulistas*, Campinas, Ed. Unicamp, 2000.
- MACHADO DA SILVA, Juremir. *Para navegar no século XXI*, Porto Alegre, Sulina, 1999.
- SANTOS, Boaventura Souza. *Pela mão de Alice*, São Paulo, Cortez, 1995.
- TELLES, Vera Silva. "Sociedade civil e a construção de espaços públicos", In: DAGNINO, Evelina. (org.), *Anos 90: política e sociedade no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1994.



## CIDADANIA E MUDANÇA

### *CITIZENSHIP AND CHANGE*

Pedro Rocha LEMOS<sup>1</sup>

*“Lutar para subverter esse mundo e construir uma sociedade solidária é o compromisso do humanismo contemporâneo”<sup>2</sup>*

Nas últimas décadas o termo cidadania vem adquirindo amplitude e é um dos temas com grande projeção na sociedade, estando presente em todas as discussões que envolvem questões referentes aos direitos e deveres das pessoas. Estando sistematicamente focada na mídia, nos discursos políticos, e se constituindo em uma das prioridades na planificação de políticas públicas. Cidadania vem conquistando lugar de destaque em estudos acadêmicos, e como não poderia deixar de ser, está incorporada nas reflexões que envolvem o cotidiano de indivíduos e de movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e contra qualquer tipo de opressão.

Mas afinal, o que é cidadania? Nas sociedades modernas, convencionalmente associamos o termo a um sistema de ordens que organiza a relação entre Estado e cidadão. Ser cidadão significa pertencer passiva e ativamente como pessoa legítima e igual a todos outros membros a um território geográfico organizado como **Estado – Nação**. Neste sentido cidadania significa ter direitos e deveres na sociedade em que se vive.

Hoje, por cidadão entende-se: ser livre e igual para participar da organização da vida pública, ter direito à uma vida digna, liberdade, e o direito de escolher os governantes, e o lugar ou região mais adequada para viver sua vida individual e/ou familiar. Ser cidadão também significa o dever de respeitar as convenções (leis), que organizam a vida em sociedade, normatizadas pelo **Estado**.

Outras recorrências que ajudam na compreensão do significado de cidadania moderna vem da **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (ONU 1948), e da atual **Constituição Brasileira** (1988). Estas convenções determinam que para ser cidadão além do sentido da pertença (ter identidade na cidade e/ou nação), e das garantias citadas acima, são considerados cidadãos todas as pessoas, independente de raça, religião e sexo. A garantia da cidadania se dá através do acesso à todos à educação, saúde, habitação, alimentação e lazer. Estas são as condições mínimas que deveriam proporcionar qualidade de vida a todos no mundo atual. A convenção da ONU estabeleceu um princípio ético que deve ser seguido

---

<sup>(1)</sup> Doutor em Sociologia Política. Professor da Faculdade de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Coordenador do Programa de Apoio às Políticas Públicas (PAPP), e membro do LESEC – Laboratório de Estudos da Sociedade Ética e Cidadania –, PUC-Campinas. Professor de Sociologia da Escola Superior de Educação Física de Jundiá.

<sup>(2)</sup> Emir Sader, “Estar com os de baixo”, *Tendências e Debates*, pag. A3, Folha de São Paulo – 07 de novembro de 2000.

por todas nações, isto quer dizer que cidadania ganhou um caráter universal (**cidadania universal**), que deve ser referência para todas as nações do mundo.

Entretanto, sabemos que na vida real as coisas não são tão simples assim. Se tomarmos como referência o Brasil, não fica difícil notar, que milhares e milhares de pessoas, por não terem garantido estas condições mínimas, estão excluídas da cidadania. Praticamente metade da população brasileira vive em condições precárias, sendo que, cerca de 30% desta, vive abaixo da linha da pobreza. Somada à esta tragédia social, notamos também a presença acentuada de discriminações raciais sexuais e de gênero.

Nota-se que focar cidadania significa mergulhar num universo complexo. A experiência histórica moderna que se iniciou com as revoluções dos séculos XVII e XVIII, se instituiu produzindo inúmeras contradições. Se de um lado temos como referência a utopia da igualdade e a liberdade, de outro, percebemos a predominância de um mundo que acentua as desigualdade, as discriminações, e tendo como consequência a exclusão.

Diante da complexidade contida neste tema, enfocaremos o estudo de cidadania, tendo em conta, como a mesma se instituiu através da história. Procuraremos também verificar as diferentes abstrações teóricas das Ciências Sociais, em suas diferentes interpretações.

Demonstrar sua trajetória e suas diferentes apropriações, como foi concebida e entendida desde sua origem, contribui para nossa reflexão sobre os problemas contemporâneos.

Estes estudos contribuem para a compreensão do objeto principal deste estudo, o qual verificado na história recente, tendo no Brasil uma dimensão particular, que são lutas sociais e experiências concretas do cotidiano, movidas pelos Novos Movimentos Sociais, que apontam outras abstrações para pensar o que seria uma nova cidadania, a **cidadania ativa**, que muda substancialmente seu significado cultural.

Convidamos você para esta reflexão.

## MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais se confundem com a história das civilizações. Via de regra, estão presentes, com maior ou menor grau, em sociedades nas quais, as relações sociais, se constroem em ambientes de contradições e conflitos. É recorrente nos dias atuais, nos depararmos com movimentos sociais que expressam os antagonismos que demarcam os conflitos contemporâneos. São os movimentos operários, feministas, de negros, os sem terras, os sem tetos, como tantos outros.

Os movimentos sociais em geral, por se inserirem em situações de conflitos se pautam por relações de poder, portanto, sempre estiveram inscritos no universo da política, colocando em evidência as contradições de cada experiência societária em particular, quanto aos seus valores, regras, privilégios, e diferenças sociais.

Em cada tempo, em cada particularidade histórica, o que dá sentido aos movimentos sociais, são as lutas organizadas e coletivas que, a partir de uma determinada visão de mundo e interesse, se movem, com o propósito de conservar ou mudar as relações sociais. A existência de um movimento social com o propósito de mudança, se dá sempre em situações reais concretas em que, pessoas, por se sentirem oprimidas por algum motivo, e que se percebiam identificadas como grupo ou classe, se organizam em ações coletivas para lutar e mudar as relações de opressão. Na experiência moderna estes movimentos estão quase sempre associados a conquista da cidadania. Neste sentido o estudo da trajetória da cidadania ao longo da história, mapeia o impacto dos movimentos sociais nos processos de mudanças nas sociedades, que podem ocorrer a níveis local., regional e global.

## CIDADANIA E HISTÓRIA

### 1. A Cidadania Clássica

Herdamos das civilizações antigas (ocidentais) os primeiros parâmetros que deram sentido à cidadania. Desde sua origem esteve intimamente vinculada à política. A origem da expressão política



vem da antiga Grécia. Ta política, vem de Polis. Polis em sua versão latina é cidade.

Cidadania significava ter direito a cidade, e esta era entendida como comunidade organizada, formada por cidadãos (civitas, da tradição romana e polítikos da tradição grega), que seriam os homens nascidos no solo da cidade. Estes eram considerados livres e iguais, portadores de direitos inquestionáveis. Existia a isonomia (igualdade perante a lei) e a esegoria (o direito de expor e discutir em público opiniões sobre ações que a cidade deveria ou não realizar).

Neste longo período da história, só eram considerados cidadãos, os nobres pertencentes a aristocracia (proprietários de terras). Não eram considerados cidadãos as mulheres, servos, escravos e estrangeiros. Esta concepção de cidadania não mudou no mundo medieval, e manteve sua estrutura social estática nas monarquias absolutistas da Idade Moderna.

## CIDADANIA DO NOVO SENTIDO

Ao adentrarmos no século XXI nos colocamos diante da mesma perplexidade que marcou o início do século XX. Seu projeto original, cidadania da vertente liberal, hoje em sua versão **neoliberal**, demonstra que a igualdade para todos não se consolidou. Na verdade continua produzindo uma cultura de igualdade e liberdade, pautada nas referências do modelo liberal clássico, tendo como suporte o mercado.

A sociedade atual vem sendo marcada pela crescente e brutal iniquidade social. Uma sociedade que faz dos ricos cada vez mais ricos cada vez mais poderosos e dos pobres cada vez menos capazes de sair da miséria, da degradação, da simples luta pela sobrevivência em que se tornou a vida para a grande maioria da humanidade. A exclusão social vem ganhando proporções alarmantes. Uma parcela considerável de trabalhadores vem sendo excluída do mercado de trabalho. Sem trabalho se tornam sem teto, sem terra, ficando fora do acesso ao consumo, portanto os termos da lógica liberal, não cidadãos.

Nesta sociedade, apesar dos direitos consagrados, como visto, ser consumidor, é que qualifica

a condição de cidadania. Este quadro aponta grandes desafios para a democracia, e a partir deles, os movimentos sociais se articulam e demarcam novos cenários, tendo como meta a construção de uma sociedade pautada pela **ética da solidariedade e humanista**

Nesta conjuntura profundamente marcada pela crise dos modelos societários modernos, os movimentos sociais ocupam ainda um lugar central no debate contemporâneo.

Os registros históricos da segunda metade do século XX dão visibilidade a práticas sociais coletivas renovadoras, que entram na história subvertendo a cultura política dominante. Estas práticas estão contidas na instituição dos **Novos Movimentos Sociais**. É no terreno das lutas desses movimentos, que se institui, o que vem a ser a **cidadania de um novo sentido**.

Estas novas práticas sociais vem ganhando projeção em muitas nações do mundo desde os anos 70, fortalecendo as dimensões organizativas da sociedade civil. Na experiência brasileira são significativos estes fenômenos, que passam a se projetar nesse período.

Vejamos os fatos. No Brasil, na década de 70, um fenômeno passou a ser foco de atenção da imprensa e de acadêmicos que lidavam com questões sociais. Na periferia de São Paulo, donas de casas saem às ruas segurando em suas mãos panelas vazias. Reivindicavam melhoria nas condições de vida. Estava nascendo o Movimento Contra a Carístia.

Estas práticas coletivas organizadas pelos excluídos são reproduzidas em outros centros urbanos, e entram definitivamente na agenda das lutas populares, que buscam diminuir as grandes desigualdades sociais que são marcantes até os tempos atuais. Suas lutas centram o foco na conquistas de direitos sociais cobrando do Estado, o acesso aos equipamentos públicos como os serviços de saúde, educação, água luz e política para aquisição de casa própria. Nas décadas seguintes ganham destaque o MST (Movimento dos Sem Terra) e o Movimento dos Sem Teto, que aos poucos foram se projetando nacionalmente.

Estes movimentos são articulados por grupos de moradores interessados em solucionar pro-

blemas concretos dos bairros de periferia das grandes cidades. Passam a ser identificados por movimentos populares, compreendendo o conjunto de formas de mobilização ligadas diretamente e indiretamente ao processo produtivo.

Os Novos Movimentos Sociais instituem um novo tipo de sujeito coletivo e agente social. Apontam para novos tipos de conflitos e novos tipos de espaços públicos que não se restringem aos partidos e sindicatos, e, as questões voltados exclusivamente vinculados as lutas de classes.

Estes movimentos apresentam questões que eram tratados com preconceito na sociedade, ao propor, reflexões não só de caráter econômico, introduzindo discussões sobre a sexualidade, raça e meio ambiente. Os movimentos feministas, por exemplo, simboliza esta mudança cultural. Demonstram que a dominação é muito mais complexa e não se restringe ao universo do econômico. Suas lutas que vão contra a todos tipos de opressão à mulher.

Com esta nova **cultura política** que nasceu nas lutas cotidianas despontam os movimentos anti-racistas, com destaque os de negros e índios, de homossexuais, movimentos ambientalistas e os que lutam contra todos os tipos de discriminação, como por exemplo, os movimentos dos deficientes físicos e de idosos.

Estes Novos Movimentos Sociais se caracterizam pela requalificação da noção de cidadania, na medida que instituem uma nova concepção no trato de questões vinculadas às lutas por direitos. Institui-se a partir deles, uma ética que se prima pelo compromisso com o coletivo e a construção de uma **esfera pública democrática**, sem ferir **identidades culturais**.

A visualização desta novidade, se dá através daquilo que vem sendo revelado pelas experiências concretas destes movimentos sociais, interpretada sociologicamente por alguns autores, como lutas **pelo direito a ter direito**. Entendidos como Novos Movimentos Sociais, por demarcarem novos cenários, os quais não se restringem às esferas públicas tradicionais de representação política (partidos e sindicatos). Estes cenários emergem de forma autônoma e via de regra contestavam a ordem estabelecida.

Como consequência, estudos demonstram que estes cenários colocam em evidência os embates entre legalidade e legitimidade, sendo que a nova contratualidade surgem de forma negociada de conflitos e desembocando no surgimento de um “direito” alternativo no qual os critérios de justiça substantiva superam os critérios da legalidade positiva.

Tem-se a partir daí um salto qualitativo, no qual a cidadania política não se restringe à participação meramente em processos eleitorais. Institui-se outra qualidade de participação, da criação de novos direitos, novos espaços e da possibilidade de novos sujeitos políticos, novos cidadãos ativos. Introduzem novas formas de relacionamento dos movimentos organizados com os poderes públicos, enfatizando assim a **democracia direta**.

As formas de gestões se abrem à participação popular e as formas de negociação em que demandas e reivindicações estabelecem as pautas de prioridades e relevância na distribuição de recursos públicos, bem como a ordem de responsabilidades dos autores envolvidos. Daí a perspectiva da instituição da democracia na qual os direitos e a lei que se firmam e se renovam na prática da representação, interlocução e negociação de interesses.

Como visto estas práticas sociais coletivas adquirem conteúdos que subvertem o modelo até então dominante. Neste sentido ganha consistência uma nova cultura política provinda dos movimentos sociais urbanos, de trabalhadores urbanos e rurais, de todos que lutam pelo direito à diferença, ou seja, pelo direito de ser mulher, de ser negro, de ser índio e de ser homossexual, acentuando assim as identidades individuais, culturais, e de ações coletivas de grupos organizados.

Outra característica importante é que estes movimentos passam também a se constituir em redes. As questões que envolvem cada ordem de luta deixa de ser só local. Elas extrapolam as identidades nacionais, e adquirem caráter global. As redes proporcionam relações de solidariedades entre movimentos de várias partes do mundo, ampliando a concepção de **cidadania universal** instituída pelas lutas destes sujeitos sociais coletivos.



Outra novidade destas organizações, tanto as de caráter social, como aquelas que lutam contra preconceitos, é que as mesmas se instituíram de forma autônoma. Estas experiências criam novas esferas e espaços públicos para o trato de questões que identifica cada movimento. Não são mais só os sindicatos e/ou partidos políticos, os fóruns de articulação de suas lutas.

Estes fenômenos da história permitem conceber cidadania, com parâmetros distintos daqueles instituídos pela cultura que ainda vem predominando o cenário das democracias modernas: a cidadania tutelada e/ou regulada pelo Estado e/ou pelos parâmetros do mercado.

O Novos Movimentos Sociais ao contrário, instituem outra concepção. A cidadania passa a ser construída nos processos de participação dos sujeitos sociais inseridos em práticas sociais coletivas, priorizando as questões de ordem sócio-ambiental, cultural, de gênero, sexual e do reconhecimento das diferenças, como parâmetro prioritário para a organização da vida social.

Este contexto fortalece a sociedade civil, proporcionando outras formas de participação, que passam a interferir na gestão da vida pública. Temos como exemplo outros fenômenos que entram em cena nos anos 90 do século passado que estão inseridas nessas emergências. As ONGs (Organizações não Governamentais) e os Conselhos Gestores da experiência brasileira, conquistados e instituídos através da Constituição de 1988 se enquadram nesta mudança cultural.

Os Conselhos Gestores congregam setores representativos da sociedade civil, e representantes da esfera governamental, com fins de gerir sobre questões de interesse público. Nas cidades já se faz sentir a presença de Conselhos de toda ordem: Conselho da Mulher; Conselho do Idoso, Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, Conselho do Meio Ambiente, da Defesa do Patrimônio Arquitetônico e Cultural, da Consciência Negra etc.

A normatização dos conselhos (constituição de 88), e suas interlocuções com os movimentos sociais e ONGs, potencializa a possibilidade da **democracia direta**. Com estas novas emergências, o ato de governar (que tradicionalmente restrita as

esferas governamentais) passa a ter a participação destes novos atores sociais.

A participação política na sociedade adquire outra qualidade. As **subjectividades**, ou seja, desejos, sonhos, valores culturais de grupos organizados, e de indivíduos que lutam por direitos, se tornam referências para qualificar cidadania. O indivíduo passa a ser sujeito de sua própria história, e não mais produto instituído e servo dos ditames daqueles que de cima determinam o que é direito e dever.

Os novos valores contidos nesta nova noção de cidadania, subverte cotidianamente o modelo marcado pelo poder das elites e do imperativo do mercado, aquelas que se caracterizam pelo centralismo burocrático e hierarquizado.

Estas práticas sociais coletivas, que fazem emergir um novo sujeito social, introduzem uma nova concepção de cultura política. Cidadania passa a ser uma construção, que busca a ampliação e o aprofundamento da democracia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUNI, J. C. Há Uma Crise nas Ciências Sociais? In *O Pensamento em crise e as artimanhas do poder* Org. Neto, J.C. e Lahuerta. São Paulo, Ed. Unesp, 1988.
- COVRE, Manzini. L, M. **O Que é Cidadania**, São Paulo: Brasiliense. Ed. 1998.
- DAGNINO, Evelina. Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania, in **Anos 90 e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- DALARI, D. **O que são direitos das pessoas**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.
- DOMINGUES, José M. O Estado, a Democracia e a Cidadania, in **Sociologia e Modernidade**: São Paulo Civilização Brasileira, 1999.
- DURHAM, Eunice R. **Movimentos Sociais e a Construção da Cidadania**. In *Novos Estudos* São Paulo: Cebrap, v. 3, n. 10. Outubro, 1984.
- GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: ed. Loyola.

- LOPES, Doraci Alves. A Assembléia do Povo: A Luta da Lei da Terra e a Identidade de Favelado. In **Marginais da História?**. Campinas: Ed. Alinea, 1997
- MARSHALL, T.H. Cidadania Classes Sociais e Status. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- SOUSA Boaventura S. **Subjetividade, Cidadania e Emancipação. In Pela Mão de Alice**. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.
- VIEIRA, LISZT Os argonautas da cidadania. A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro, Editora Record, 2001
- WARREN e SCHCRER, I. **Cidadania Sem Fronteiras, ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.
- WANDERLEY, L.E. A questão social no contexto da globalização. In **Desigualdade e Questão Social**: CASTEL R., WANDERLEY L E. e WANDERLEY M. B. São Paulo: Educ 1997.

#### SUGESTÕES PARA TRABALHO:

##### A – Para estimular debates em sala de aula

1. Selecionar alguns ou todos conceitos do texto destacados em negrito, e verificar como os

mesmos são trabalhados em outras disciplinas de seu curso e em outros artigos deste livro.

2. Discutir o que foi apreendido dos conceitos em pequenos grupos e associar a importância destes para a compreensão do texto.

3. Traçar de maneira sintética a trajetória histórica do conceito cidadania e quais são suas diferentes definições.

4. Discutir em pequenos grupos e em seguida debater com o restante da classe, a importância cultural da nova concepção de cidadania

##### C - Sugestão para pesquisa

Pesquisas individuais e/ou em pequenos grupos:

1. Levantar dados sobre a existência de movimentos sociais na cidade e como se caracterizam, tendo como referência o texto estudado.

2. Verificar quais as ONGs que atuam na cidade e em que tema centram seus trabalhos.

3. Verificar quais os conselhos que estão instituídos na cidade.

4. Levantamento de artigos na imprensa que tratam dos temas ligados aos movimentos sociais ONGs e conselhos.

## EXCLUSÃO SOCIAL E ÉTICA DO HABITAR

### *SOCIAL EXCLUSION AND INHABIT ETHICS*

Doraci Alves LOPES\*

Um dia uma amiga disse o seguinte, ao comentar sobre o assunto habitação e trabalhadores sem teto no Brasil: – *Quando olho para um estádio de futebol lotado, penso:– todos tem para onde voltar, voltam para casa, para um lugar, algum abrigo. É difícil imaginar que alguém não tenha para onde voltar.*

Aparentemente trata-se de uma idéia muito banal, afinal todos nós circulamos no espaço público, seja para trabalhar, estudar, comprar algo, mas sempre voltamos para casa. Este fato social tão corriqueiro, familiar, torna-se estranho e perturbador se tivermos que imaginar como seria nossa vida se não tivéssemos um espaço, um endereço, para onde voltar, nos abrigar da rua.

### EXCLUSÃO SOCIAL

Grupos sociais que estão socialmente excluídos do direito a moradia podem ser impedidas de voltar todos os dias para o mesmo teto, como é o caso de uma parte da sociedade brasileira. Mas o que vem a ser *exclusão social*?

Quase todos os dicionários ensinam que a palavra significa *ato de excluir; exceção; ato pelo qual alguém é privado ou excluído de determinadas funções*. Esta é uma discussão clássica nas Ciências Sociais, como por exemplo nos estudos de Michelle Perrot, em *Os excluídos*

*da história* (1988), que aborda as resistências de operários, de mulheres e de prisioneiros de Paris, no século XIX.

Como estamos falando de moradia, então posso deduzir que alguns grupos sociais estão excluídos da *função* de morar, impedido de habitar em sua própria cidade e sociedade, por não terem acesso ao mínimo necessário para sobreviverem. Tornam-se uma *exceção*, uma vez que nossa cultura dominante normatiza o dever de morar, ter endereço legal. Ao mesmo tempo esta mesma cultura não produz para todos o direito humano a moradia previsto pela lei.

O que ensina a Sociologia sobre a *exclusão social* também ajuda na nossa discussão sobre a ética do habitar. Uma das definições mais utilizadas afirma que se trata da impossibilidade de poder partilhar da sociedade, o que leva a uma vivência de abandono, ao mesmo tempo individual e coletivo. São grupos sociais atingidos pela pobreza, discriminados, impossibilitados de se fazerem representar no espaço público. Trata-se de um processo social que impede aos grupos excluídos um acesso estável às relações sociais, econômicas, culturais e políticas. Não dispõem das mínimas condições para apropriarem-se dos bens, riquezas e oportunidades socialmente produzidas, como acontece com outros grupos sociais.

Um estudo da *exclusão social* discute diferentes indicadores sociais para quantificar e

---

(\*) Doutora em Sociologia. Professora da Faculdade de Ciências Sociais. Centro de Ciências Humanas. Membro do Laboratório de Estudos Sociedade, Ética e Cidadania – LESEC – *E-mail*: doraci@puc-campinas.edu.br

qualificar seus níveis em uma cidade, região, estado ou criar indicadores nacionais. Cientistas sociais podem definir uma pesquisa para saber índices de falta de Emprego, Educação, Saúde, Habitação ou Transporte. É importante ainda o mapeamento espacial da pobreza, tanto para apontar a distribuição de dados quantitativos problemáticos, como para produzir propostas qualitativas de superação da *exclusão social*, isto é, com o objetivo da *inclusão social*. (Sposati,1996)

O produto final do estudo, portanto, não deve ser apenas o resultado comparativo de números estatísticos. O desafio dos pesquisadores está em construir também uma visão integrada da vida social, evitando uma interpretação setorial e unicamente técnica dos dados para a resolução de problemas coletivos.

Pesquisas sociais com uma perspectiva de compromisso com a justiça social certamente podem contribuir para a criação de um processo de discussão entre poder público e os setores populares organizados, interessados em construir políticas públicas participativas. A pesquisa sobre *exclusão social* auxilia, por exemplo, na definição de prioridades de orçamento de uma cidade, do que fazer com o dinheiro público, de preferência decidindo com a comunidade.

Uma relação democrática e contínua entre estudiosos, autoridades do poder público e a sociedade civil organizada é um caminho necessário e possível para o desenvolvimento de políticas públicas de *inclusão social*.

## COMBATENDO PRECONCEITOS

Propostas democráticas e populares na área da habitação não funcionam se os preconceitos mais comuns contra os moradores de ocupações urbanas não forem questionados. Assim, continuaremos esta discussão tomando certas representações sociais existentes sobre os trabalhadores urbanos, que estão vivendo uma situação de *exclusão social*. A falta do direito ao trabalho influi no crescimento das ocupações urbanas e as razões são social e economicamente conhecidas, tendo em vista a crise de crescimento econômico produtivo do país a partir da década de 1980.

A visão de mundo conservadora das elites do país desconsidera a possibilidade de qualquer cultura, ética ou valor moral possível na situação de pobreza. Mas são exatamente seus valores culturais a base que sustenta a ação coletiva desta população para lutar por moradia, além das necessidades de sobrevivência. A busca de um trabalho e de um teto são objetivos cotidianos permanentes, de luta pela vida e para se inserir na vida social da cidade e, portanto, da sociedade.

Embora desconhecida, é preciso entender que existe uma *ética do habitar* entre trabalhadores sem teto, tanto quanto existe uma *ética do trabalho*, mesmo entre os que estão desempregados. Esta última questão é amplamente reconhecida pelas ciências sociais. É a partir deste ponto de vista que gostaríamos de desenvolver algumas idéias carregadas de preconceitos.

A primeira diz respeito ao discurso tradicional que justifica ações indiscriminadas de despejo coletivo com repressão policial invariavelmente – a chamada ‘reintegração de posse’ – supondo que os trabalhadores sem teto optam por viver em ocupações urbanas. Nossa investigação em Campinas (SP) indica que antes de ir para uma ocupação urbana, tentam em vão, por todos os meios, manter sua capacidade familiar de pagamento do aluguel, em um endereço legal.

A visão de mundo preconceituosa também costuma afirmar que as ações coletivas destes trabalhadores são ‘orquestradas’ por um único e poderoso grupo político ‘externo’ ao seu meio, que ‘doutrina’ estes grupos para desestabilizar a ordem social da cidade, criando espaços urbanos ‘irracionais’.

Campinas (SP), por exemplo, tem uma periferia complexa, heterogênea, e a questão da moradia expressa esta realidade, como tantas outras cidades do país. Em nossa pesquisa sobre as ocupações urbanas nos anos 90, constatamos uma fragmentação social e política enorme em termos de organização coletiva, e mesmo em termos de apoios políticos externos aos grupos de sem teto.

Existem ainda um número expressivo de ocupações, cujos moradores sequer aceitam alguma interferência política externa à sua organização coletiva na periferia. Isto porque acreditam que terão menos problemas em possíveis negociações

com as autoridades públicas. E existem ainda aquelas ocupações urbanas que tem apoio público de diferentes grupos políticos e, em geral, são as mais noticiadas pela imprensa.

A segunda grande mistificação em torno deste difícil problema social, é a imagem que representa as ocupações urbanas sempre como ‘gente de fora’ da cidade. Esta é uma afirmação tão antiga quanto o surgimento das favelas no país, todas as cidades vivenciam este preconceito. A pesquisa e o arquivo do noticiário diário demonstram exatamente esta repetição da imagem estereotipada: a ‘invasão’ da cidade por ‘gente estranha’. (Lopes, 1997)

Se estes trabalhadores sem teto são sempre ‘de fora’ de qualquer cidade do país, então devemos entender que eles são de lugar nenhum, de um não-lugar, não são ‘nacionais’. Portanto, devem receber tratamento de ‘invasores’ de terra, no caso, simbolicamente significa também que são ‘invasores’ da ‘nação’.

Simmel (1983), um clássico da sociologia alemã, chamou este tratamento social de *fenômeno do estrangeiro*, grupos sociais que podem ser eleitos como ‘inimigos internos’ da própria sociedade. Para este autor o que se rejeita no Outro são os atributos genéricos da pessoa humana, não se permite conhecê-los. O que se estabelece é uma não-relação, porque o grupo rejeitado não é considerado parte da sociedade em que vive.

Os trabalhadores sem teto percebem perfeitamente esta discriminação, esta espécie de ‘expatriamento’ ou ‘exílio’ cultural, o sentido de ‘estrangeiro’ que lhe é dado, principalmente no momento concreto da expulsão, do despejo. Como acumulam várias experiências desalojadoras em suas histórias de vida familiar, resta pensarmos sobre as conseqüências sociais sobre a cidade como um todo. Por isto nosso interesse em voltar ao tema da *ética do habitar*

## ÉTICA DO HABITAR

A discussão da *ética do habitar* nas ciências sociais é um tema em aberto, pouco discutido ainda, mas é preciso abordá-lo em certos aspectos. Muitos autores representam a *Casa* como uma

*máquina de morar*, tais as proporções que podem atingir os conflitos sociais nas disputas pela ocupação do espaço urbano. A *Casa*, porém, não se restringe a idéia dominante de disputa por uma *mercadoria*, um *produto*, ou a um objeto geométrico, material. Tanto quanto o *Trabalho*, ela também é reconhecida como parte da dimensão ética da existência humana. Reparem como *hábitos* e *habitações* possuem a mesma raiz. A origem da palavra *ethos* – comportamento comum ou modo de vida de um grupo da sociedade – tanto pode ser sinônimo de *costumes*, como de *morada*, *habitar*. Portanto, casa e cultura estão intimamente relacionadas, então temos de reconhecer a possibilidade de distintas *éticas do habitar* no espaço urbano e mesmo rural.

Por esta razão é tão comum, e quase sempre inconsciente, o desejo constante de uma ‘casa’ durante toda a vida, desde os primeiros desenhos infantis. O indivíduo que nunca alcançar uma casa-mercadoria, mesmo assim ‘habitará’ alguma ‘casa’ de sua imaginação. Esta é uma das questões essenciais para o entendimento dos movimentos sociais por habitação, muito embora pouco reconhecida socialmente, tanto no plano do conhecimento acadêmico, como no da prática política.

O que sustenta a busca constante por uma casa concreta relaciona-se a diferentes dimensões simbólicas da existência humana, para além das razões econômicas, tais como: a) a dimensão subjetiva, individual, pois o ‘teto’ contribui para proteger a vida interior, possibilita um contato singular com nossos pensamentos e imaginação, envolvidos em lidar continuamente com a complexa e tensa relação que vivemos entre o mundo exterior e o mundo interior; b) culturais, uma vez que ‘casa’ também é sinônimo de família (em suas várias definições); neste caso, o espaço auxilia diretamente na ordenação de determinados valores éticos e morais para a hierarquia e convivência familiar e social; c) devaneios de casa futura, de projetos de vida, revelados em imagens, como desenhos; significa almejar outra forma de vida, autonomia; d) pertencer ao espaço público, expressão de participação política coletiva para estabelecer e cultivar sociabilidades, tanto com o local de moradia



(o bairro) como com o universo social mais amplo da cidade em que vive, tornar-se cidadão.

Entre os sem teto, significa também, como vimos, por fim ao sentimento de ‘pária’, de ‘invasor’, de ‘inimigo interno’ da ‘nação’.

A maioria das políticas habitacionais do país não possuem qualquer relação com as complexas culturas do habitar que nos envolve, mas elas estão no imaginário social dominante: um dos mais conhecidos valores culturais é o tão propalado ‘sonho da casa própria’. (LOPES, 1998)

É preciso cuidado, porém, para não entendê-lo literalmente (apenas a casa-mercadoria, objeto material), mas também de acordo com as várias dimensões da *ética do habitar*. A dinâmica cultural que sustenta a incansável luta por uma moradia dos trabalhadores sem teto – um ‘canto no mundo’ –, mesmo que ilegal, aparece para o senso comum apenas como ‘invasão irracional’ da cidade, ‘ignorância’ destes moradores.

Como a grande maioria destes sem teto estão totalmente submetidos ao modo de vida provisório, portanto, vivenciando o desemprego e um despejo atrás do outro, enfrentam rupturas sociais diversas em suas histórias de vida e identidades. Este processo social reproduz a *exclusão social*. São perdas de relações sociais de parentesco, de vizinhança, de escolaridade, de saúde, religiosas, incluindo um sofrimento moral e psíquico profundo, devidamente ocultado pela vergonha familiar e pelas estatísticas oficiais ou de mercado.

Se a sociologia e outras ciências humanas puderem definir seus instrumentos de pesquisa social como compromissos de humanização do conhecimento, então é preciso reconhecer o papel fundamental da imaginação social e não apenas o papel do pensamento racional na dinâmica da realidade.

Do ponto de vista do estudo das ocupações urbanas, cremos que é preciso reconhecer nestes movimentos sociais por direito a habitação uma capacidade de sonhar, imaginar socialmente, porque são tentativas organizativas coletivas e preparadas por um longo tempo. A grande diferença entre um homem de rua e uma família de sem teto é exatamente a sua contínua tentativa em criar algum canal de negociação com os poderes públicos.

Esta capacidade de sonhar, imaginar outra vida social, está praticamente perdida, na maioria dos casos, entre moradores de rua, conforme indicam as análises sociológicas sobre estes moradores, preocupadas em colaborar com estudos que resgatem sua cidadania. (ROSA, 1995)

Por isto nossa discussão sobre os trabalhadores sem teto também teve este objetivo, abordar a questão da luta pela moradia do ponto de vista da *exclusão social* e da *ética do habitar* por reconhece-los como sujeitos sociais dotados de capacidade de conquistar a sua cidadania, sempre que houver uma relação democrática do Estado com esta população. Devemos considerar estes moradores ‘ocupantes’ e não ‘invasores’, porque a ocupação urbana é o último recurso de moradia e de direito a vida, princípio humano fundamental a ser defendido também pelas ciências sociais contra a exclusão social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDRADE, Carlos Drumond. *Corpo*. Rio de Janeiro. 10ª ed., Editora Record, 1987
2. LOPES, Doraci Alves. Casa, despejo e cultura do habitar. *Cadernos CERU (FFLCH/USP)*, FFLCH – USP, n. 13, p. 193-209, 2002.
3. ——— “Casa, despejo e cultura. Por uma discussão da ética do habitar de trabalhadores sem teto”, *Humanitas Revista do ICH*, vol. II, nº 02, ago/1998:135-170.
4. ——— “*Marginais da história? O Movimento dos favelados da Assembléia do Povo*”, Campinas, SP, Ed. Alínea, 1997.
5. *Os Anos 90: política e sociedade no Brasil*. Org. Evelina Dagnino. São Paulo: Brasiliense, 1994
6. PERROT, M., “*Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*”, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
7. ——— *População de Rua: Brasil e Canadá*. Cleisa M. Maffei Rosa. (org.) Ed. Hucitec. 1995.
8. SIMMEL, Georg. *Sociologia*. Organizador (da coletânea) Evaristo de Moraes Filho, Trad. Carlos A. Pavanelli, São Paulo. Ed. Ática. 1983.

9. SINGER, Paul e BRANDT, Vinicius C. *São Paulo: o povo em movimento*. 4ª ed. São Paulo, Petrópolis:CEBRAP, Vozes, 1983 (1ª ed.1980)
10. SPOSATI, A. de O., “*Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo*”, São Paulo, EDUC, 1996:126.

### SUGESTÕES DE MATERIAIS DIDÁTICOS

Ler, Discutir em grupos e Levantar valores éticos destacados pelos autores, sociais e subjetivos, que influenciam certos modos de habitar a casa e a sociedade em que vivemos. Pesquisar outros valores que envolvem a defesa da vida humana, o direito a habitação e práticas políticas da cidadania ativa.

#### Poesia de Carlos Drumond de Andrade

Dentro de Nós (Favelário Nacional).

Guarda Estes nomes: *bidonville, taudis, slum, witch-town, sanky-town, callampas, cogumelos, corraldas, hongos, barrio paracaidista, jacale, cantegril, bairro de lata, gourbville, champa, court, villa miseria,* favela.

Tudo a mesma coisa, sob o mesmo sol, por este largo estreito do mundo.

Isto consola?

É inevitável, é prescrito,

Lei que não se pode revogar nem desconhecer?

Não, isto é medonho, faz adiar nossa esperança da coisa ainda sem nome que nem partidos, ideologias, utopias sabem realizar.

Dentro de nós é que a favela cresce

E, seja discurso, decreto, poema

que contra ela se levante,

não pára de crescer.

**ANDRADE**, Carlos Drumond. *Corpo*. Rio de Janeiro. 10ª ed., Editora Record, 1987

#### Crônica de Ana Miranda

##### *A minha Casa*

Cada detalhe significa um instante da minha vida.

Amo a minha casa. Passo quase todo o tempo de minha vida por aqui. É um lugar onde me sinto realmente em paz, pelo senso de intimidade que o ambiente me proporciona. Posso ser feliz aqui, orgulhosa pelo que construí, com muita obstinação. Há marcas e lembranças alheias, que posso pressentir, mas, apesar disso, minha casa é uma das expressões mais reveladoras de mim. Cada detalhe significa um instante da minha vida, um gesto meu, uma fraqueza, um erro, uma escolha, um momento de amor ou de felicidade. Se alguém entra em minha casa, é como se estivesse entrando em minha alma, caminhando dentro de mim, descobrindo quem sou. A sapateira na entrada (andamos descalços dentro de casa), a mesa de vidro, os sofás, o vaso de flores, o aparador antigo, o homem de legumes, de Archimboldo, na parede da cozinha, as cadeiras austríacas, os bancos altos na mesa da cozinha, muitas cestas de fibras naturais, uma pequena adega de madeira, castiçais com velas por todo lado, um bule de ágata com colheres de pau, xícaras inglesas de cerâmica, monstros mexicanos, sereias. Tudo são lembranças pessoais.

Mas não apenas os objetos que a povoam são lembranças pessoais, a própria casa o é: suas cores, seus revestimentos, seus trincos, interruptores, torneiras, venezianas, os pisos, as madeiras, os granitos, a iluminação. Tudo são relíquias, uma grande parte escolhida em alegres reuniões com meus dois amigos arquitetos, regadas a café e pão de queijo, entre conversas sobre política (eles são petistas ferrenhos), ética, música (um deles é compositor nas horas vagas, e tem um talento inacreditável), recordações da adolescência; amigos tão antigos, e nos amamos tanto, que são capazes de compreender as minhas ânsias domésticas mais sutis, minhas necessidades luxuriantes de beleza, proporcionando-me maior refinamento em minha sensibilidade estética. Advinham as cores que me dão prazer, cores austeras, neutras, as texturas que me agradam, o meu sentido de conforto e aconchego. A beleza

simples, o despojamento, a presença calorosa e intensa dos livros, uma divisão justa do espaço entre as pessoas que a habitam, uma casa que é também local de trabalho: tudo foi sonhado, pensado, sentido, conversado, calculado, orçado e realizado.

Uma das qualidades que mais amei em meu marido sempre foi seu desinteresse pelos assuntos domésticos. Ele compreendeu minha necessidade de ter um reino pessoal, e viveu sempre na casa como um hóspede suave, delicado, amigo. Eu era da casa, e ele era do mundo, sempre viajando, sempre trabalhando fora. Dizem que as mulheres inventaram a casa (o fogo, a panela), por sua

necessidade de se fixar para a gestação do filho. A casa é essencialmente feminina. A visão masculina da casa é, quase sempre, sedentária; um lugar onde o homem descansa dos problemas mundanos, onde ele se estende, fica tranqüilo, é recebido para ter amor. A casa para a mulher tem um sentido de movimento, não é apenas o estar à vontade, mas também uma relação de trabalho, ainda que ela tenha um emprego na rua, e de expressão pessoal quase mágica, onde guarda os seus segredos de feminilidade. Minha casa é como se fosse um livro que escrevi, ou um filho que criei.

**MIRANDA**, Ana. *Revista Caros Amigos*.  
Fevereiro de 1999.



## O TRABALHO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

### *WORK IN CONTEMPORARY WORLD*

Vera Lúcia Graziano da Silva RODRIGUES\*

Quando olhamos a sociedade hoje, fica claro que um dos grandes desafios é solucionar a questão do desemprego. Pobreza, violência, segurança, apenas para mencionarmos alguns dos problemas sociais mais sentidos pela população e mencionados nas propostas de políticos de qualquer partido, parecem estar relacionados com a falta de trabalho enfrentada por grande parte tanto dos jovens como adultos.

Para podermos discutir a questão do desemprego precisamos entender as alterações que têm acontecido naquilo que vem sendo chamado mundo do trabalho. Afinal, o desemprego é um reflexo destas transformações.

### O MUNDO DO TRABALHO HOJE

Uma primeira mudança que chama atenção é que no capitalismo contemporâneo houve uma diminuição significativa da classe operária industrial tradicional. Ou seja, o grande avanço tecnológico teve como contrapartida uma diminuição do número de trabalhadores nas indústrias. Agora, um número reduzido de trabalhadores consegue uma produtividade muito maior graças a máquinas e instrumentos de trabalho cada vez mais sofisticados.

Em outras palavras, o avanço tecnológico possibilitou às indústrias continuarem a aumentar a

produção utilizando um número cada vez menor de trabalhadores. O operário de macacão, este grande representante da classe operária tradicional, foi o primeiro a sentir o desemprego na pele. A crise da indústria automobilística é um bom exemplo desta nova realidade onde o antigo trabalhador foi substituído por um grande número de robôs.<sup>1</sup>

As novas formas de gestão do processo de trabalho também desempenharam um papel importante neste aumento de produtividade. A fábrica deixou em grande parte de ser o local de uma produção em massa, onde o trabalhador, controlado pelo cronômetro, executava permanentemente as mesmas funções para se tornar o espaço de um processo de trabalho mais flexível.

Se antes o processo de trabalho baseava-se na produção em série através da linha de montagem e produtos homogêneos; no trabalho parcelar, ou seja, na fragmentação das várias funções embasada numa divisão do trabalho rígida; pela separação entre execução e elaboração no processo de trabalho; nas grandes unidades fabris concentradas e verticalizadas, hoje esta realidade está bastante modificada. Em grande medida não encontramos mais aquele processo de trabalho e aquele trabalhador tão bem representados por Charles Chaplin e seu Carlitos em Tempos Modernos. Dizemos em grande medida porque não podemos afirmar que houve uma simples e total “substi-

---

<sup>(\*)</sup> Doutora em Sociologia. Professora Faculdade de Ciências Sociais. Centro de Ciências Humanas. Membro do Laboratório de Estudos Sociedade, Ética e Cidadania – LESEC. *E-mail*: fcs@puc-campinas.edu.br

<sup>(1)</sup> Ricardo Antunes e Márcio Pochmann são alguns dos autores que têm estudado profundamente estas alterações. É principalmente no primeiro que estamos nos baseando nesta primeira parte do artigo.

tuição” da antiga forma de organizar o trabalho pela nova. Além disto, muitas formas intermediárias surgiram entre os dois modelos.

De qualquer maneira, no geral, a gestão do processo de trabalho está hoje muito mais voltada para uma acumulação flexível, que pode ser caracterizada por uma menor rigidez, pelo aparecimento de novos setores de produção, pelo surgimento de novas formas de oferecimento de serviços financeiros, novos mercados e, principalmente, por uma intensa taxa de inovação tecnológica, comercial e organizacional. Nesta nova forma de gestão, a produção é variada, diversificada e voltada para a demanda, ou seja, para o consumo. É este quem decide o que será produzido e não ao contrário, como acontecia antes. Ao invés da produção em massa, o objetivo é um melhor aproveitamento possível da produção e a existência de um estoque mínimo. Com relação a este último aspecto, a inspiração é o funcionamento dos supermercados, que só repõe as mercadorias nas prateleiras à medida que vão sendo vendidas.

A flexibilidade atinge também o próprio trabalhador. Agora o operário não fica mais restrito a uma única máquina e a uma única operação, mas alterna funções e máquinas num trabalho de equipe. É neste sentido que o operário do século XXI se diferencia do nosso Carlitos acima mencionado, eternamente apertando parafusos.

Resumindo, a fábrica no capitalismo contemporâneo passou por mudanças importantes que permitiram uma redução significativa do contingente de operários tradicionais, que realizavam um grande número de tarefas manuais. “Para atender às exigências *mais individualizadas* de mercado, no melhor tempo e com melhor *qualidade*, é preciso que a produção se sustente num processo produtivo flexível” (Antunes, 1998: 26). Para tanto o trabalhador tem que possuir grande capacidade de adaptação e um certo grau de autonomia.

Pode-se dizer que de maneira geral houve até mesmo uma certa diminuição da separação entre elaboração e execução, entre quem planeja e quem realiza o processo de trabalho. Ao mesmo tempo que diminuiu o operário fabril tradicional desqualificado, que não tinha necessidade de conhecer o processo de produção para realizar suas tarefas, aumentou a necessidade do trabalho qualificado, intelectualizado.

Em outras palavras, a desqualificação do trabalhador, é agora acompanhada por um processo de qualificação de parte dos trabalhadores. Só a título de exemplo, o processo de trabalho inclui hoje técnicos de manutenção, programadores, controladores de qualidade, técnicos da divisão de pesquisa, engenheiros responsáveis pela gestão e coordenação técnica da produção, etc.

O que se pode afirmar com segurança é que a classe trabalhadora, ou melhor, a classe que vive do trabalho está se tornando cada vez mais complexa, heterogênea e fragmentada.

Além da diminuição do contingente de operários industriais e fabris, do movimento contraditório de qualificação e desqualificação já mencionados, temos um aumento de um contingente de trabalhadores assalariados bastante diversificado.

Temos sem dúvida um significativo aumento do contingente feminino no mundo do trabalho<sup>2</sup>, bem como um crescimento de assalariados no setor de serviços, ou setor terciário<sup>3</sup>.

Mais que isto, a classe trabalhadora vivencia hoje um intenso aumento do trabalho informal, precário, temporário, subcontratado, “terceirizado”, etc.

Isto quer dizer que houve uma diminuição dos trabalhadores com emprego regular, fixo, com carteira assinada e um aumento daqueles que sobrevivem graças às várias formas informais de assalariamento. Este contingente pode ser englobado naquilo tem sido denominado dos “sem carteira”. Pode-se dizer que dobrou a proporção

<sup>(2)</sup> Apenas a título de exemplo, apesar das diferenças nacionais, a presença feminina representa mais de 40% do total da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados (Harvey e Freeman in Antunes, 1998:46).

<sup>(3)</sup> Novamente só para exemplificar, na Itália, “contemporaneamente cresce a ocupação no setor terciário e no de serviços, que hoje ultrapassa 60% do total de ocupações” (Stuppini, in Antunes, 1999:47).

de empregados sem carteira na indústria, o mais formal dos setores da economia.

Os últimos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que, se em 1990, dez a cada cem funcionários da indústria das seis principais regiões metropolitanas do país não estavam formalizados, hoje, para cada cem empregados há 20 “sem carteira”. Em dez anos-entre 1989 e 1998-, o número de trabalhadores formais caiu em 2,5 milhões, contra um aumento de 3,4 milhões de trabalhadores sem carteira e de 2,8 milhões de autônomos. Embora nem todos os autônomos sejam informais, o próprio IBGE considera pequena a participação dos legalizados entre os autônomos (Folha de São Paulo, página B1, 9 de outubro de 2000).

Apesar da heterogeneidade, “essas diversas categorias de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial” (Antunes, 1998:44).

Obviamente que o crescimento deste tipo de emprego não pode ser considerado uma boa notícia. Ao contrário, é um sintoma de que o desemprego continua alto. Afinal, o mercado informal, por ser movimentado pelos desempregados, está estreitamente ligado ao formal.

Em resumo, o que se quer enfatizar é que o mundo do trabalho hoje está muito mais complexo, heterogêneo e fragmentado. A classe que vive do trabalho compõe-se de um grande contingente diversificado de assalariados, mostrando dois tipos de alteração. Uma, de natureza quantitativa, visualizada na diminuição do operariado industrial fabril; outra, qualitativa, detectada pela mudança na própria forma de ser do trabalho, que de um lado impulsiona para uma maior qualificação e de outro para uma maior desqualificação.

Se o mundo do trabalho já está bastante modificado se pensarmos apenas no que vem acontecendo nas cidades, a realidade fica ainda mais complexa se acrescentarmos as alterações

que vêm ocorrendo na relações entre o rural e o urbano.

A grande questão a ser considerada aí é que não se pode mais pensar estes dois mundos como sendo separados como foram até a algum tempo. Campo e cidade, rural e urbano, agricultura e indústria, estão hoje intimamente ligados. Mas este é um assunto para uma outra conversa.

De qualquer forma, urbano ou rural., o desemprego é algo que não deve ser tomado como algo que devemos aceitar como natural, inevitável. Afinal, percebemos que ele é fruto de determinadas relações que os homens estabeleceram entre si. Neste sentido, estas relações vêm se alterando e podem continuar se alterando. Desta vez na direção de uma sociedade que desfrute de uma melhor qualidade de vida, onde o emprego é um componente importante.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo – **Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do Trabalho.** São Paulo, Cortez editora, 1988
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro,** Instituto de Economia, UNICAMP, 1999.

## SUGESTÕES DE MATERIAIS DIDÁTICOS

Pesquisa em sites importantes sobre a questão do mundo do trabalho:

[www.dieese.org.br/](http://www.dieese.org.br/)

[www.seade.gov.br/](http://www.seade.gov.br/)

Ver Filme Tempos Modernos, C. Chaplin

## ATIVIDADES PROPOSTAS PARA SEREM DESENVOLVIDAS EM SALA DE AULA

1. A partir da leitura do texto, apresente e discuta o significado do trabalho informal hoje.



## QUALIDADE DE VIDA E TRABALHO: TER OU SER?

### *LIFE QUALITY AND WORK: TO HAVE AND TO BE?*

Sônia Regina da Cal Seixas BARBOSA<sup>1</sup>

Um dos grandes problemas da sociedade contemporânea é associar o ter, o possuir, o ser dono de bens de consumo, muitas vezes supérfluos, a uma boa qualidade de vida. Assim, ocorre que a necessidade do trabalho, muitas vezes está exclusivamente centrada na possibilidade de ter uma atividade remunerada que permita desfrutar ou possuir uma série de bens essenciais à vida, e que acabam por criar a *fantasia* de que com todo esse conjunto de bens as pessoas poderiam tornar-se mais felizes e realizadas.

Porém, essa forma de pensar não nos tem auxiliado em quase nada para viver na sociedade contemporânea, e muito menos tem nos permitido compreender que, para termos uma qualidade de vida digna e um trabalho que nos dê prazer, precisamos de outros valores que ultrapassem aqueles voltados para a base da sociedade capitalista: *produzir e consumir*.

Assim, proponho discutir neste texto algumas possibilidades no sentido de ultrapassar tal binômio ou, pelo menos, promover um questionamento procurando valorizar outras formas de pensar ou, no dizer da Sociologia: *refletir sobre uma nova ética*.

#### **Outra forma de pensar...**

O binômio *produzir e consumir* são a realidade exclusiva da sociedade capitalista. Isso

significa uma conduta visando exclusivamente o lucro, base de sustentação desta mesma sociedade. Tal afirmação significa uma ética. Assim, é possível afirmar que a vida na sociedade tem por base uma determinada ética. Ética, questionável ou não, dependendo dos valores, da formação cultural e moral de quem a questiona.

A Sociologia ao analisar a problemática da sociedade contemporânea tem auxiliado bastante no questionamento desta ética tradicional. É preciso, então, a partir daí evidenciar essa discussão e questionar essa ética, contribuindo para um outro debate, onde é possível concluir que ter qualidade de vida é ter a oportunidade de participar coletivamente da sociedade, num ambiente saudável; ter relações afetivas prazerosas, ter moradia, ter trabalho digno e que nos permita a utilização da criatividade e das próprias capacidades intelectuais, físicas e emocionais; ter acesso a bens coletivos básicos, como lazer, transporte, segurança pública, saúde pública, educação, respeito à cultura em todos os seus aspectos; respeito pela diferença, seja ela étnica, sexual ou religiosa. Como se pode observar, nesta lista não estão incluídos, necessariamente, bens que possam exclusivamente ser adquiridos pela utilização do dinheiro...E, por mais que isso possa ser espantoso para o leitor, nem sempre o são mesmo. Observemos como.

---

<sup>1)</sup> Doutora em Ciências Sociais. Professora de Sociologia. Faculdade de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas – PUC-Campinas; membro do Laboratório de Estudos Sociedade, Ética e Cidadania (LESEC). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM), da UNICAMP. E-mail: fcs@puc-campinas.edu.br

Em geral nosso trabalho, nossas atividades remuneradas, permitem que realizemos, que conquistemos uma parte dos valores da qualidade de vida, mas penso que a conquista da maior parte dos bens que permanecem conosco – *o ser* – são adquiridos pela nossa forma mais essencial de ser no mundo...Essa maneira de *ser no mundo*, ou melhor, explicando, essa *nova ética*, exigem de nós alguns esforços diferenciados. Muitas vezes a maior parte deles são conquistados por nossa participação e envolvimento na vida e nos problemas da sociedade que partilhamos. Em uma pesquisa que realizei para quatro municípios do Estado de São Paulo, pude perceber que as pessoas que apresentavam uma qualidade de vida mais plena eram justamente aquelas que conseguiram partilhar seus problemas e suas necessidades com pessoas que apresentavam as mesmas carências (Barbosa, 1996).

Quando reconhecemos nossas carências, por exemplo: não termos um trabalho criativo, não termos um ambiente saudável e, a partir deste reconhecimento, conseguimos identificar que o amigo, o vizinho, ou mesmo o irmão, também apresentam as mesmas faltas e carências que eu e que podemos discutir essas carências em grupo ou ainda, podemos nos organizar na direção do resgate desses bens e valores, estamos retomando nossa dignidade em sermos respeitados e valorizados na sociedade que habitamos.

Sei que você, caro leitor, pode ainda estar perplexo frente a essas afirmativas, mas me dê ainda uma chance de mostrar mais detalhadamente minha idéia, essa outra ética proposta aqui.

A Sociologia tem nos alertado, principalmente nesta última década, para a existência de transformações muito significativas na sociedade atual se consideramos todo esse conjunto de mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas. Sem dúvida, podemos afirmar que o emprego é o que tem expressado mais detalhadamente tais mudanças. O que tem ficado evidente é que mais do que a ausência ou presença de emprego para todos, o trabalho em nossa sociedade é repetitivo, burocrático, desgastante, ocorrendo num ambiente frio, muitas vezes desumano e, o mais importante de tudo, não despertando a criatividade e o prazer de realizá-lo (De Masi, 1999). Podendo ser

resumido, apenas, como aquele conjunto de ações que nos permite sobreviver no sentido biológico, com o mínimo de decência, isso, quando ocorre.

Recentemente li num livro importante de um famoso sociólogo italiano que defende significativa mudança na forma de organizar o trabalho na sociedade para a presente e as futuras gerações que, um rapaz de 20 anos, ao viver uns 60 anos (no mínimo), vive o equivalente a 525 mil horas. Se o nosso jovem encontrar hoje um trabalho estável e, se trabalhar em paz até os 60 anos, todos os dias, é o suficiente para acumular duas mil horas de trabalho por ano, ainda assim, no todo, sua experiência não superaria as 80 mil horas. Ele gasta ainda uma parte considerável de sua vida para os cuidados com seu corpo, sono, afazeres domésticos, tudo isso somando 219 mil horas de sua existência (De Masi, 1999). Ainda assim o nosso jovem tem diante de si uma parte considerável de sua existência de tempo livre. No entanto, em toda a sua vida, sua família, a escola, o governo, a mídia, todo o conjunto da sociedade o preparará para *ter uma profissão, um trabalho* e muito pouco para aprender a ser um *cidadão*, para *ser criativo* e para utilizar o seu tempo livre de forma mais *completa e criativa* – enfim, para desfrutar de uma qualidade de vida que o permita envolver-se realmente com a sociedade onde vive, além apenas, de *produzir e consumir*.

### Ser ou ter?

A nova ética para conquistar uma qualidade de vida mais plena e digna para todos, será aquela que almeja, de fato, novos valores para uma vida melhor. Em primeiro lugar, essa definição do *ser* e menos do *ter* (como valor orientador das condutas e práticas humanas) deverá estar presente para definirmos uma alternativa coletiva mais fundamentada (Sen, 2000). Em segundo lugar, é necessário definir socialmente qual a perspectiva de desenvolvimento social que se busca, com certeza, uma opção de desenvolvimento que ultrapassa o progresso econômico exclusivamente, mas que impõe compartilhar a vida em sentido amplo para a população como um todo. Cada vez mais, sabemos que é impossível imaginarmos a possibilidade de ter boa qualidade de vida se a



maioria da população vive *excluída socialmente*. Impõe-se a existência com políticas sociais e envolvimento social por parte dos indivíduos, que estes se percebam enquanto cidadãos, nas questões essenciais e que demandam decisões coletivas. Caso contrário, continuaremos a viver nós todos, excluídos e inseridos, num panorama violento, ambientalmente empobrecido ou destruído, socialmente degradado e desigual em todos os sentidos (Barbosa, 1996 e 1999).

Desta forma, sem participação, sem organização e sem definição social de um projeto político desta natureza, continuaremos, provavelmente, a pensar que *ter* (apenas) um trabalho o qual nos acrescenta pouco, nos impõe tarefas e obrigações repetitivas e desgastantes, para ao final vivermos uma vida isolada, individualizada e excluída, mas, enfim nos garante a ilusão que podemos comprar e possuir objetos que teoricamente nos fazem pensar que somos felizes ou realizados. A única saída será a conquista do direito de sermos livres e cidadãos que almejam e decidem coletivamente por uma qualidade de vida com base num projeto social digno e inserido em outras práticas sociais.

### SUGESTÕES DE LEITURAS

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Qualidade de vida e suas metáforas. Uma reflexão sócio-ambiental.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 1996.

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Dores sentidas, dores vividas.* **Cadernos do**

**ICH**, nº 9, 1999. Campinas, Instituto de Ciências Humanas – PUC-Campinas.

DE MASI, Domenico. **O Futuro do Trabalho.** Fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Ed. Da UnB, 1999.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

### ATIVIDADES PROPOSTAS PARA SEREM DESENVOLVIDAS EM SALA DE AULA

1. Procure analisar os principais conceitos abordados pela autora, utilizando-se de exemplos do seu cotidiano para tal.
2. O que é qualidade de vida para você, a partir da leitura do texto anterior?
3. Como você pode explicar o *binômio produzir e consumir* na sociedade capitalista atual?
4. Como o trabalho é organizado na sociedade capitalista atual?
5. De acordo com as possibilidades apresentadas pela autora, como você acredita que o futuro do trabalho se apresentará?
6. Imagine que o futuro pode ser melhor. Para isso, aponte algumas soluções para os problemas apresentados no texto, bem como para se conquistar uma qualidade de vida melhor e para todos.

## LEITURAS COMPLEMENTARES

### 1. Mudança dos Padrões de consumo

#### A. Exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo

##### Bases para a ação

1. A pobreza e a degradação do meio ambiente estão estreitamente relacionadas. Enquanto a pobreza tem como resultado determinados tipos de pressão ambiental, as principais causas da deterioração ininterrupta do meio ambiente mundial são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados. Motivo de séria preocupação, tais padrões de consumo e produção provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios.
2. Como parte das medidas a serem adotadas no plano internacional para proteção e a melhora do meio ambiente é necessário levar plenamente em conta os atuais desequilíbrios nos padrões mundiais de consumo e produção.
3. Especial atenção deve ser dedicada à demanda de recursos naturais gerada pelo consumo insustentável, bem como ao uso eficiente desses recursos, coerentemente com o objetivo de reduzir ao mínimo o esgotamento desses recursos e de reduzir a poluição. Embora em determinadas partes do mundo os padrões de consumo sejam muito altos, as necessidades básicas do consumidor de um amplo segmento da humanidade não estão sendo atendidas. Isso se traduz em demanda excessiva e estilos de vida insustentáveis nos segmentos mais ricos, que exercem imensas pressões sobre o meio ambiente. Enquanto isso os segmentos mais pobres não têm condições de ser atendidos em suas necessidades de alimentação, saúde, moradia e educação. A mudança dos padrões de consumo exigirá uma estratégia multifacetada centrada na demanda, no atendimento das necessidades básicas dos pobres e na redução do desperdício e do uso de recursos finitos no processo de produção.
4. Malgrado o reconhecimento crescente da importância dos problemas relativos ao consumo, ainda não houve uma compreensão plena de suas implicações. Alguns economistas vêm questionando os conceitos tradicionais do crescimento econômico e sublinhando a importância de que se persigam objetivos econômicos que levem plenamente em conta o valor dos recursos naturais. Para que haja condições de formular políticas internacionais e nacionais coerentes é preciso aumentar o conhecimento acerca do papel do consumo relativamente ao crescimento econômico e à dinâmica demográfica.

##### Objetivos

É preciso adotar medidas que atendam aos seguintes objetivos amplos:

- (a) Promover padrões de consumo e produção que reduzam as pressões ambientais e atendam às necessidades básicas da humanidade;
- (b) Desenvolver uma melhor compreensão do papel do consumo e da forma de se implantar padrões de consumo mais sustentáveis.

Fonte: Adaptado da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992: Rio de Janeiro): **AGENDA 21** – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996: 39-40.



## 2. COMO TOLERAR O INTOLERÁVEL

Indubitavelmente, quem perdeu o emprego, quem não consegue empregar-se (desempregado primário) ou reempregar-se (desempregado crônico) e passa pelo processo de dessocialização progressivo, *sofre*. É sabido que esse processo leva à doença mental ou física, pois ataca os alicerces da identidade. Hoje, todos partilham um sentimento de medo – por si, pelos próximos, pelos amigos ou pelos filhos – diante da ameaça de exclusão. Enfim, todo mundo sabe que a cada dia aumentam em toda Europa o número de excluídos e os riscos de exclusão, e ninguém pode em sua consciência esconder-se atrás do véu demasiado transparente da ignorância que serve de desculpa.

Por outro lado, nem todos partilham hoje do ponto de vista segundo o qual as vítimas do desemprego, da pobreza e da exclusão social seriam também vítimas de uma injustiça. Em outras palavras, para muitos cidadãos, há aqui uma clivagem entre sofrimento e injustiça. Essa clivagem é grave. Para os que nela incorrem, o sofrimento e injustiça é uma adversidade, é claro, mas essa adversidade não reclama necessariamente reação política. Pode justificar compaixão, piedade ou caridade. Não provoca necessariamente indignação, cólera ou apelo à ação coletiva. O sofrimento somente suscita um movimento de solidariedade e de protesto quando se estabelece uma associação entre a percepção do sofrimento alheio e a convicção de que esse sofrimento resulta de uma injustiça. Evidentemente, quando não se percebe o sofrimento alheio, não se levanta a questão da mobilização numa ação política, tampouco a questão de justiça e injustiça.

Para compreender o drama que representa a precariedade da mobilização contra o desemprego e a exclusão, seria preciso analisar precisamente as relações ou os vínculos que se estabelecem ou se desfazem entre sofrimento alheio e injustiça (ou justiça).

As pessoas que dissociam sua percepção do sofrimento alheio do sentimento de indignação causado pelo reconhecimento de uma injustiça adotam freqüentemente uma postura de *resignação*. Resignação diante de um fenômeno: a crise do emprego considerada uma fatalidade, comparável a uma epidemia, à peste, à cólera até à AIDS. Segundo essa concepção, não haverá injustiça, mas apenas um fenômeno sistêmico, econômico, sobre o qual não se poderia exercer nenhuma influência. (No entanto, mesmo no caso de uma epidemia como a AIDS, constata-se que as reações de mobilização coletiva são possíveis, e que não se é obrigado a aceitar o *fatum* ou aderir à tese da causalidade do destino, a qual seria antes consequência de uma paralisia das capacidades analíticas [Flynn, 1985].) Acreditar que o desemprego e a exclusão resultam de uma injustiça ou concluir, ao contrário, que são fruto de uma crise pela qual ninguém tem responsabilidade não é algo que dependa de uma percepção, de um sentimento ou de uma intuição, como é o caso do sofrimento. A questão da justiça ou da injustiça implica antes de tudo a questão da responsabilidade pessoal: a responsabilidade de certos dirigentes e nossa responsabilidade pessoal estão ou não implicadas nessa adversidade?

As noções de responsabilidade e de justiça concernem à ética e não a psicologia. O juízo de atribuição, por sua vez, passa principalmente pela adesão a um discurso ou a uma demonstração científica, ou ainda a uma crença coletiva, que seja incontestável para o sujeito que julga.

A meu ver, a atribuição da adversidade do desemprego e da exclusão à causalidade do destino, à causalidade econômica ou à causalidade sistêmica não advém de uma inferência psico-cognitiva individual. A tese da causalidade do destino não é resultado de uma invenção pessoal, de uma especulação intelectual ou uma investigação científica individual. Ela é dada ao sujeito, exteriormente.

Fonte: DEJOURS, Christophe. **A Banalização da injustiça social**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

**Responda:**

1. Porquê a discussão dos padrões de consumo são importantes para a sociedade atual?
2. A seu ver, qual é a importância da sociedade ser *preparada* ou melhor *educada* para novos padrões de consumo, que levem em conta as desigualdades sociais, o ambiente e a degradação dos recursos naturais?
3. Em sua opinião, estamos vivendo, no Brasil atual, a banalização da injustiça social? Porquê?

## IMPACTOS DO CONSUMO SOBRE A CULTURA MODERNA

### *IMPACTS OF CONSUMPTION ON MODERN CULTURE*

Thales Haddad Novaes de ANDRADE\*

A cultura moderna é um assunto que interessa a várias pessoas, especialmente os cientistas sociais. As manifestações culturais e os seus veículos são vários, e cada grupo social entende a cultura de maneira específica. Nesse texto especificamente procuraremos discutir algumas características da cultura nesse final do milênio, o consumo, mostrando a importância das noções de ética e cidadania para se pensar essa questão.

#### ETERNO PRESENTE E ENTRETENIMENTO

O indivíduo moderno é em certo sentido um privilegiado. Sem muito esforço ele consegue se aproximar todo os dias de eventos espetaculares, como shows, dramas, performances, simulações e jogos. Ele não precisa sair de casa para entrar em um mundo fascinante, cheio de prazeres e beleza em que todas as coisas a sua frente são criadas para uma livre apreciação.

O cinema, a televisão e a *Internet* possibilitam às pessoas experiências fascinantes constantemente. A cultura veiculada por esses instrumentos é diferente em relações a formas culturais antigas. Antigamente a cultura era baseada em valores religiosos, em tradições antigas ou normas familiares. Não existia necessariamente a produção

de coisas novas, mas as atividades culturais tinham o papel de renovar as crenças antigas. O Natal, por exemplo, é uma festa que se propõe essencialmente a relembrar o nascimento de Cristo, e não a criar novidades.

A cultura moderna é diferente, sempre cheia de situações novas. Um programa de televisão, as ofertas no *shopping center* ou um *site* na rede de computadores está continuamente apresentando coisas inéditas, muitas vezes sem ligação com eventos do passado. É aquilo que se chama de perenização do presente, em que as manifestações culturais são sempre novas e sem nenhuma relação com os fatos anteriores. Ou seja, sem compromisso com valores, sejam religiosos, familiares, formas de conhecimento etc. É como se vivêssemos em um presente constante, que não tem nenhuma relação com os eventos do passado<sup>1</sup>.

Além disso, essa cultura moderna tem outra característica essencial: transforma as diferentes atividades humanas em entretenimento. Em 1981 surgiu nos Estados Unidos algo que é um bom exemplo disso, o canal de televisão Music Television (MTV). Nesse canal, continuamente os telespectadores podem assistir a videocliques, em que músicas e imagens são sincronizadas unicamente para seu deleite e entretenimento. Sem dúvida, é um canal de televisão especial pois só há shows e entretenimento, e nenhuma

---

<sup>(\*)</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, Professor de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da PUC-Campinas e membro do Laboratório de Estudos sobre Sociedade, Ética e Cidadania (LESEC). *E-mail*: fcs@puc-campinas.edu.br

<sup>(1)</sup> Ver SARLO, 1997.

informação ou compromisso com situações reais do mundo cotidiano.

Um fato concreto que ocorra em uma grande cidade (enchente, assalto a banco, eleição etc.), independentemente de sua importância, pode simplesmente não aparecer na MTV, uma vez que não consegue se adequar ao seu formato. Ou seja, tudo aquilo que não se encaixa como performance ou entretenimento não tem condições de adentrar no show sem fim que é a MTV.

Essa emissora não é um caso especial. Ao contrário, ela é considerada um exemplo típico da cultura do mundo moderno. Existem canais especializados em esportes, outros em filmes, turismo etc., sendo que em todos o entretenimento passa a ser o aquilo que molda a programação.

A televisão é um bom exemplo dessa ligação entre a cultura moderna e o entretenimento. Ela é um meio que se destaca por mostrar as imagens dos eventos simultaneamente à sua ocorrência, ou seja, ao vivo. Ocorre muitas vezes que a realidade social é menos importante do que as imagens montadas pela televisão.

Muitas vezes se diz que a televisão é um meio de comunicação que engana as pessoas, no sentido de falsificar ou distorcer as coisas que ela mostra. Isso eventualmente pode ocorrer, mas não é assim tão decisivo. O que os cientistas afirmam é que ela mostra de fato aquilo que acontece, mas, principalmente, transformando em algo bonito, prazeroso de se ver, um espetáculo<sup>2</sup>.

Por exemplo, quando assistimos a uma reportagem televisiva sobre guerra. Geralmente vemos imagens de impacto, como bombas caindo ou pessoas desesperadas correndo de suas casas, ou soldados em combate. Ao mesmo tempo, nos são passados vários dados sobre número de civis mortos, áreas bombardeadas e posicionamentos dos exércitos etc. Mas é interessante notar que todas as informações transmitidas são por nós inverificáveis, não dá para saber se o número de mortos foi aquele mesmo etc, a realidade nunca pode ser atestada.

Por outro lado, a força das imagens “diz tudo”, e é isso que realmente interessa. Vemos na

televisão as imagens da guerra que foram escolhidas como as mais importantes, e não necessariamente aquilo que é mais importante para a sociedade saber sobre a guerra. O impacto visual das imagens da guerra conta muito mais do que o impacto da guerra sobre a sociedade, é isso que nos fascina e dá poder à televisão. Muito mais do que um meio de comunicação, ela seria um meio de entretenimento.

Nesse sentido, a televisão enche o nosso cotidiano de informações geralmente verdadeiras mas que são escolhidas por sua força enquanto imagem. Essa passa a ser a regra fundamental da televisão: não basta falar algo correto, é necessário haver também uma beleza ou força em termos de imagem.

Mesmo quando quer nos informar sobre situações concretas, o veículo televisão o faz de maneira espetacular. Se observarmos com atenção o telejornal, vemos como isso está presente o tempo todo. Geralmente, uma notícia de impacto não é apresentada de uma vez: ela vai sendo descrita aos poucos, como em uma pequena novela. Os dados vão sendo mostrados um por vez, até chegar ao clímax da situação. Esse é um recurso da ficção utilizado frequentemente pelo jornalismo que busca, além de informar a população, montar uma situação de suspense sobre os assuntos que veicula.

## CULTURA E CONSUMO

As pessoas podem ter contato com a cultura de diferentes maneiras. Através de um programa na televisão, show de música, sanduíche do McDonald's, filme de cinema, danceteria, etc. Diversas são as formas de se vivenciar a cultura no mundo atual, pois existem muitos meios e suportes diferenciados.

Entretanto, existe algo que é comum a todas essas manifestações culturais, o consumo. Hoje milhões de pessoas têm contato com uma cultura feita basicamente para ser consumida, em que o valor mercadológico e a busca por audiência passam a ser fundamentais.

<sup>(2)</sup> Ver ANDRADE, 1999.

Uma música que toca no rádio constantemente não está em evidência pelas suas qualidades rítmicas ou melódicas, mas unicamente por seu potencial de vendagem e consumo. Mesma coisa acontece com um filme, uma roupa, programa de televisão ou comida. São valorizados aqueles que se enquadram no padrão médio do consumidor, este por sua vez estabelecido por intermédio de levantamentos estatísticos e pesquisas de mercado .

Anunciantes, índices de audiência e as projeções de venda são mais importantes que as qualidades culturais. Quem assiste televisão sabe que os anúncios definem quais são os bons e os maus programas, assim como um usuário da *Internet* está exposto a várias possibilidades de ofertas para compra. Muitas pessoas entram na rede somente para comprar coisas, e não para ampliar seus conhecimentos, e isso porque introjetaram os valores da cultura de consumo.

É cada vez mais importante a ligação entre a cultura e o consumo, e isso pode ser percebido pela presença marcante da publicidade e da propaganda em nosso cotidiano. Podemos notar que a maioria das propagandas são realizadas por atores de novela. Mistura-se aí o mundo da ficção, da novela, com produtos reais que são colocados à venda para os telespectadores. A identificação do consumidor com o produto é feito por meio de pessoas que tem destaque na ficção, o que demonstra com clareza a importância da arte (atores de novela) para a realização das trocas capitalistas (consumo). É interessante destacar também que no Brasil os diretores de filmes de publicidade são muitas vezes diretores de cinema, ou seja, profissionais da ficção, do entretenimento<sup>3</sup>.

Para os profissionais de propaganda e marketing, uma boa propaganda é aquela que consegue “seduzir” o consumidor, com belas atrizes e curtos enredos interessantes. E o ato de sedução implica em uma qualidade que é considerada por muitos como artística. Mais uma vez, fica patente a ligação entre a cultura do nosso cotidiano e as fórmulas de criar consumo.

<sup>(3)</sup> Ver RAMOS, 1995.

<sup>(4)</sup> Ver SEVCENKO, 2001.

## CONCLUSÃO

E um problema importante se coloca hoje para os estudos sobre a sociedade moderna: a necessidade de um pensamento ético que de alguma maneira controle e estabeleça limites para o consumo. Qualquer produto pode ser anunciado, e nem por isso ele é uma boa obra cultural. As constantes novidades que são oferecidas aos cidadãos e o entretenimento possibilitado pelos veículos de comunicação precisam ser avaliados em suas próprias qualidades, e não devido ao seu potencial de publicidade.

A expansão do *marketing* tem sido muito relevante para o fortalecimento do mercado, mas não colabora diretamente com a ampliação da cidadania. As campanhas eleitorais tendem a esvaziar o conteúdo ideológico dos candidatos em favor do potencial de publicidade e da gestão da imagem. Isso tende a sacrificar as idéias e torna os gastos com publicidade aquilo que diferencia os políticos. Quem tem melhor marketing é considerado um político mais eficiente. Esse é um parâmetro lógico de mercado, mas que não funciona em termos de cidadania.

Felizmente hoje em dia existem grupos sociais que procuram se opor a essa ditadura do consumo. No Canadá foi fundada uma Organização Não-Governamental (ONG) chamada “Adbusters Media Foundation” que criou nos anos 90 a campanha “Dia Internacional do Não-Consumo”, no dia 24 de novembro. Essa é a época do dia de Ação de Graças, período em que o comércio promove grandes liquidações já com vistas ao Natal.

Essas ações anti-consumistas vem crescendo em diversos países, promovidas pelos chamados “embaçadores culturais”, cujo slogan em uma manifestação em 2000 nos Estados Unidos dizia abertamente: “Pare de comprar, comece a viver: não compre nada!”<sup>4</sup>

Essas iniciativas são um sinal claro de que o consumismo não é algo que atende às necessidades de todos os segmentos sociais. E faz-se necessário no mundo atual um contrato ético que não permita que o consumo tome conta de todas as manifesta-

ções culturais. Isso significaria o esvaziamento das questões referentes à cidadania e o poder crescente na mão de grupos sociais que controlam o capital mas que não têm compromissos com os valores da ética e da democracia. Estes últimos, é bom dizer, não estão e nunca estarão à venda.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Thales “Ética e estética”, *Humanitas, Revista do ICH*, vol.2, n.1: 13-23, 1999.
- RAMOS, José Mário *Televisão, publicidade e cultura de massa*, Petrópolis, Vozes, 1995.
- SARLO, Beatriz *Cenas da vida pós-moderna*, Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.
- SEVCENKO, Nicolau *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

## SUGESTÕES DE MATERIAL DIDÁTICO

### 1-Ler o texto a seguir e discutir as questões.

“Quando se tem a percepção do tempo como história, tem-se o varal onde dependurar os valores. Ou seja, a vida ganha um sentido. E esse é o bem maior que todos nós procuramos: um sentido.

Quem teve a oportunidade de assistir à entrevista do geógrafo Milton Santos ao jornalista Boris Casoy viu o professor fazer uma distinção sábia. Ele afirmou que o nosso projeto de sociedade está, hoje, ancorado em bens finitos, quando o projeto da felicidade humana deveria estar ancorado em bens infinitos. A nossa frustração é que os bens finitos são finitos, e o desejo é infinito. Quando centrado em bens finitos, o desejo não encontra satisfação.

Os bens da dignidade, da ética, da liberdade são infinitos, como a paz e o amor. Como esses bens não tem valor de mercado, não podem ser adquiridos na esquina. Até tentam nos vender simulacros. A publicidade sabe que todos nós

buscamos a felicidade. E, como não pode nos oferecer a felicidade, tenta nos convencer de que felicidade é o resultado da soma de prazeres. Tomo este guaraná, visto esta roupa, tenho conta neste banco, ando neste automóvel, viajo de férias para este paraíso, aí vou ser feliz, pois veja como as pessoas que estão lá são felizes! Todo o projeto é baseado no ter e não no ser.

Trecho de artigo de Frei Betto, *Efeitos do pensamento único, Caros Amigos*, ano IV, número 40, p. 18-19.

Discutir a relação entre os valores humanos e o consumismo.

Qual o caminho que o autor aponta para se fugir dos falsos prazeres?

### 2- Música “Salão de Beleza” de Zeca Baleiro.

Vem você me dizer que vai a um salão de beleza  
Fazer permanente, massagem, rinsagem  
Reflexo e outras cositas más...

Baby você não precisa de um salão de beleza

Há menos beleza num salão de beleza

A sua beleza é bem maior do que qualquer beleza  
de qualquer salão

Mundo velho e decadente mundo

Ainda não aprendeu a admirar a beleza

A verdadeira beleza

A beleza que põe mesa

E que deita na cama

A beleza de quem come

A beleza de quem ama

A beleza do erro do engano e da imperfeição.

Belle belle como Linda Evangelista

Linda linda como Isabelle Adjani.

1- Na música são feitas relações entre a beleza e o consumo. Aponte essas relações e discuta.

2- O que a música quer dizer com “a verdadeira beleza”?



**O SINDICALISMO NO BRASIL DIANTE DAS  
NOVAS TENDÊNCIAS NO MUNDO DO TRABALHO**

***LABOUR – UNIONISM IN BRAZIL AHEAD OF THE  
NEWS TRENDS IN THE WORK WORLD***

Roselene dos ANJOS

**RESUMO**

*Este artigo trata-se de uma adaptação do 1º capítulo da dissertação de Mestrado com o título "O DISCURSO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES EM SEU 7º CONGRESSO NACIONAL – BUSCANDO A IDENTIDADE E CONSTRUINDO O ENFRENTAMENTO", defendida pela autora em outubro/2002, no Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada da PUC - São Paulo. Com a perspectiva de contextualizar a análise dos textos produzidos durante o 7º Congresso Nacional da CUT, o capítulo busca a contribuição de estudos sobre o sindicalismo brasileiro para discorrer sobre as origens da CUT e trazer à tona recentes discussões sobre as novas tendências no mundo do trabalho, abordadas do ponto de vista do sindicalismo.*

**Palavras-chave:** *sindicalismo, trabalho, CUT.*

**ABSTRACT**

*This article is an adaptation of the first chapter of the master dissertation, under the title "The Discourse of the Labour Union Confederation", in its 7<sup>th</sup> National Congress – Searching for an Identity and Building Confrontation, presented by the author in October 2002, as part of the post graduation programme of Applied Linguistics at the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC), aiming to contextualize the analysis of the texts produced during the 7<sup>th</sup> national congress of the labour union confederation. The chapter focuses the contribution of studies on Brazilian trade union, to discuss the origin of labour union confederation, CUT, and to highlight the latest discussions on the new trends within the work world from the labour union point of view.*

**Key words:** *trade union; work; CUT (Labour Union Confederation).*

---

<sup>(\*)</sup> Mestre em Lingüística Aplicada (PUC-São Paulo), Professora da FESB (Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista) e Diretora do Sindicato dos Professores de Campinas e Região.

As transformações profundas que o mundo do trabalho sofreu nas últimas décadas têm sido tema de uma série de debates e pesquisas. Dentre os autores que discorreram sobre este tema está Claus Offe que, em meados da década de 80, questionava a validade de se manter a centralidade da categoria *trabalho* como chave para o entendimento sociológico. Segundo ele, o trabalho estaria deixando de situar-se como o fato social principal, o que diminuiria radicalmente a capacidade das esferas do trabalho e da produção estruturarem e organizarem a vida social e abriria, portanto, espaço para “novos campos de ação caracterizados por novos agentes e por uma nova forma de racionalidade” (OFFE, 1994:197).

Em oposição a esta avaliação, vários autores se debruçaram sobre o tema, buscando explicar as transformações do mundo do trabalho a partir de outras perspectivas<sup>1</sup>, mas, para os objetivos deste artigo, procuraremos nos concentrar naqueles que localizam seus enfoques no contexto brasileiro, notadamente nas ocorrências políticas que se associam a estas transformações e promovem alterações na organização sindical. Por reunir estudos de vários autores, trazendo à tona e articulando suas interpretações, Marco Aurélio Santana (2000)<sup>2</sup> terá aqui seu trabalho considerado em destaque.

Em ensaio intitulado *Trabalho, trabalhadores e sindicatos em meio ao vendaval contemporâneo*, Santana se contrapõe à análise de Offe por considerar que nela não está presente a conjugação necessária entre as rápidas transformações ocorridas no contexto europeu dos anos 70 e 80 e a força da pressão *neoliberal*. Assim, defende a tese de que, para evitar avaliações parciais e limitadas, é preciso articular a discussão sobre trabalho com a análise de suas esferas de organização política, vinculando-as ao cenário circundante mais amplo – como as formas de regulação e o sistema político, por exemplo.

É exatamente partindo para esta articulação que o autor analisa, no cenário brasileiro, os atuais desafios que os sindicatos enfrentam, seus limites e possibilidades em um quadro de extrema adversidade. Segundo ele, “entender melhor o processo de montagem das estruturas de regulação (da economia e do trabalho) que caracterizaram uma época determinada ajuda a compreender o desmantelo das mesmas” (SANTANA, 2000).

No referido ensaio, Santana cita Rodrigues<sup>3</sup> para mostrar que fatores políticos, ideológicos e eleitorais podem estar contribuindo para a diminuição das taxas de sindicalização e a correspondente crise dos sindicatos tanto quanto elementos mais vinculados às relações de trabalho e à vida produtiva no interior das empresas (tais como as mudanças na estrutura do emprego provocadas pelo avanço tecnológico e a automação).

Assim, de acordo com a análise dos autores, são também fatores determinantes para a crise do sindicalismo: a existência de “governos amigos” – geralmente, governos social-democratas ou trabalhistas – ou de “governos inimigos” dos sindicatos – governos conservadores; a natureza da organização sindical, do sistema de negociação mais ou menos centralizada; o fim dos regimes socialistas do Leste Europeu e as derrotas eleitorais de partidos de esquerda na década de 80; o avanço das concepções liberais e individualistas conjuntamente com o declínio das concepções holísticas; e a hostilidade de parte importante da opinião pública com relação aos sindicatos.

Seguindo sua análise, Santana observa:

É possível afirmar que assim como o sindicato nem sempre existiu na história, ele pode desaparecer. Todavia, não se pode deixar de assinalar que esta forma organizativa já enfrentou contextos desfavoráveis antes, talvez menos intensos, é certo, mas nem por isso deu sua trajetória por encerrada. Soube, em cada caso, daí sua tamanha diversificação,

<sup>(1)</sup> Um dos autores que merecem destaque aqui é Ricardo Antunes, que discorreu sobre o tema em *Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho* (CORTEZ: 1995), *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra* (CORTEZ/Unicamp: 1998) e *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (Boitempo: 1999)

<sup>(2)</sup> Este ensaio de Santana não foi encontrado para consulta no formato publicado pela Revista Dados. Foi consultado em versão digitada, publicada via internet, por este motivo não é possível indicar as páginas das citações.

<sup>(3)</sup> RODRIGUES, Leôncio M. (1999), *Destino do Sindicalismo*. São Paulo, Edusp.

reinventar-se, adequando-se aos novos contextos que se lhe apresentavam. (Santana, 2000)

A partir de então, começa a mostrar como Brasil pode fornecer exemplos da diversidade de formas sindicais desde os primórdios de sua industrialização, todas elas servindo à sua maneira para a representação dos interesses dos trabalhadores. Segundo ele,

A montagem da estrutura de regulamentação do trabalho ocorre no Brasil com o advento da revolução de outubro de 1930. Ela aparece associada às formas de regulação da organização dos trabalhadores. Daí que acabou por sofrer críticas severas tanto de setores do patronato como de setores dos movimentos operário e sindical. Era protetora demais na visão dos empregadores e controladora demais na visão dos trabalhadores. Apesar de todas as críticas e ações contrárias à sua implantação, essa estrutura produziu um verdadeiro milagre de durabilidade, servindo, praticamente intacta, a democracias e ditaduras. (SANTANA, 2000)

Novamente chamando para seu ensaio autores que se debruçaram sobre a temática, Santana cita Werneck Vianna<sup>4</sup> para mencionar como este autor demonstra a inclusão alcançada pelo trabalho no ordenamento social brasileiro.

Assim Werneck Vianna analisa como a pressão organizada do trabalho no início do século XX inseriu o ator coletivo *sindicato* como interlocutor na lógica individualista da ordem liberal até então vigente e induziu mudanças na ordem institucional-legal que incluíam o trabalho e sua regulamentação no centro das preocupações com a organização social.

Nesse trajeto, elabora-se uma estrutura que, ao mesmo tempo, reconhece a esfera do trabalho como interlocutora necessária, admitindo seus direitos, mas o faz na medida em que regula sua forma organizativa. Werneck Vianna mostra a maneira como as classes dominantes, em cada momento determinado, lançavam mão de artifícios para diminuir, sempre que possível, as extensões

tanto do controle e regulamentação do mercado pelo Estado e suas agências, quanto das movimentações e ingerências das organizações dos trabalhadores.

Um exemplo ilustrativo destas ações da classe dominante é um memorial enviado, em 1926, pelas associações empresariais paulistas (embrião da atual FIESP) ao presidente da República, Artur Bernardes. Nesta época, em função das pressões dos trabalhadores, o governo decidiu instituir a lei de férias, de 15 dias. Tentando dissuadi-lo da idéia, os empresários argumentavam no referido memorial:

que fará um trabalhador braçal durante 15 dias de ócio? Ele não tem o culto ao lar, como ocorre nos países de padrão de vida elevado. Para nosso proletariado, para o geral de nosso povo, o lar é um acampamento – sem conforto e sem doçura. O lar não pode prendê-lo e ele procurará matar as suas longas horas de inação nas ruas. A rua provoca com freqüência o desabrochar de vícios latentes e não vamos insistir nos perigos que ela representa para o trabalhador inativo, inculto, presa fácil dos instintos subalternos que sempre dormem na alma humana, mas que o trabalho jamais desperta! (WERNECK VIANA, 1976: 80)

Segundo Santana, A Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT – instituída em 1943, trazia esta dupla face: direitos do trabalho e estrutura sindical corporativa. A partir dessa configuração, capital e trabalho têm seu conflito regulado.

Em seu percurso, o trabalho passa de uma *ordem liberal* ortodoxa, na qual sua regulamentação se dava de forma *fraca*, para uma *ordem corporativa* que, se pretende reconhecer o conflito entre capital e trabalho, entendidos como forças organizadas e diferenciadas, trabalha no sentido de ordenar tal conflito em nome da força maior da *harmonia social* e do bem público, saindo da esfera meramente privada proposta pelo liberalismo ortodoxo. Ao fazer isso, a nova ordem *publiciza* o privado, regulamentando

<sup>(4)</sup> WERNECK VIANA, Luiz. (1999), *Liberalismo e Sindicato no Brasil* (4ª ed.). Belo Horizonte, Editora da UFMG.

áreas antes estranhas às normas jurídicas. (SANTANA, 2000)

Na visão do autor, esta seria a marca de diferenciação entre o pré e o pós-30. Escapa-se, portanto, da visão difundida pelo *Estado Novo* de que a marca estaria em que a questão social teria passado de caso de *polícia* a caso de *política* e, assim, o direito do trabalho, até então inexistente, teria sido outorgado pelo Estado benemerente e não fruto das tensões oriundas dos padrões de acumulação decorrentes do desenvolvimento capitalista em nosso país.

Lutando pela ampliação e manutenção de direitos, coube ao movimento organizado dos trabalhadores lidar com os limites impostos pela faceta controladora da nova regulação que, entre outras coisas, baniu o sindicato do interior das fábricas e impedia-lhe formas livres e autônomas de organização.

Segundo Werneck Vianna, esta etapa do corporativismo brasileiro teve seu período de maturação na conjuntura 1946/1964, quando a base legal saída da Carta de 46 fez recair sobre a Justiça do Trabalho a tarefa de encaminhar e resolver os conflitos individuais e coletivos, mais do que sobre o Estado.

Ficava pelo caminho a forte marca *estatista-autoritária* do Estado Novo. Assim, o mercado de trabalho e a própria empresa eram vistos como pontos centrais para a constituição de uma sociedade “equânime e equilibrada”. Nutria-se a utopia de comunhão e solidariedade entre capital e trabalho. A economia deveria ceder espaços ao “mundo da jurisdição” como elemento orientador desse processo. (SANTANA, 2000)

Visando garantir e ampliar os níveis de acumulação capitalista, o golpe militar de 1964, impõe alterações sucessivas que acabam com a *estabilidade no emprego* (substituída pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS) e deslocam o eixo da Justiça do Trabalho (que, inclusive, serviu de elemento de resistência às primeiras investidas do governo militar contra os direitos dos trabalhadores), colocando novamente

o Estado, de corte ditatorial, no centro de mediação dos conflitos.

Agora, as classes dominantes estariam livres do ideal *solidarista*, privatizando novamente o mercado e deprimindo os direitos trabalhistas. Por sua vez, aos trabalhadores e ao seu movimento restava a faceta *corporativo-controladora* já existente na estrutura sindical. Se haviam se identificado com processos anteriores que, ainda que limitadamente, lhes abriam espaços de *inclusão* e *reconhecimento*, as classes subalternas perdiam, de forma abrupta, essa possibilidade. (SANTANA, 2000)

Todo este processo que ocorreu no Brasil mostrado por Werneck Vianna indica como se deu a inclusão do trabalho no ordenamento brasileiro. O que o ensaio de Santana pretende fazer é, a partir da compreensão destas formas de inclusão, mostrar que, nos dias atuais, em meio ao predomínio do chamado *pensamento único*, todo esforço do neoliberalismo está voltado exatamente para o esvaziamento deste quadro, ou seja, para a exclusão do trabalho nesta ordenação.

No caso brasileiro, a partir dos anos 90, entrou em pauta o ataque ao que seria a *era Vargas*, o significaria por abaixo, principalmente, as extensões do Estado na economia, as formas de regulação e proteção do trabalho, bem como as formas organizativas dos trabalhadores. A sempre decantada “modernidade do país”, que já dependera de outros fatores, agora dependeria exatamente disso. Todos os entraves ao mercado deveriam ser suspensos.

Buscando os estudos de outro pesquisador, o ensaio de Santana apresenta o trabalho de Cardoso<sup>5</sup> como uma importante análise desse quadro, indicando a existência de variados interesses, oriundos do capital e do trabalho, no sentido de reformar tanto a estrutura sindical como a legislação trabalhista, fazendo crer que ambas não seriam mais adequadas ao atual estado de coisas.

Ao mesmo tempo que advogam uma mudança radical da legislação do trabalho, empresa-

<sup>(5)</sup> CARDOSO, Adalberto M. (1999). *Sindicatos, Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal – A Era Vargas Acabou?* Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas Editora.

riado e Estado parecem nem tão *modernos* no que diz respeito à emancipação do trabalho de sua canga *corporativista*. Repete-se, de forma pretensamente *moderna*, o que já acontecera em outros momentos. Mais uma vez esta seria uma tarefa dos trabalhadores no sentido de propugnar e constituir formas democráticas de representação para além do corporativismo sindical. Para que se tenha uma idéia do grau de *modernização* em relação à organização do trabalho, basta ver as dificuldades que os trabalhadores enfrentam no que diz respeito à sua organização a partir dos locais de trabalho. Esta que sempre foi coibida pelo Estado e pelo patronato, e que se constituiu em um instrumento importante do acervo organizativo dos trabalhadores ao longo da história de seu movimento, assumiria agora, segundo Cardoso, um lugar cada vez mais central, já que se localizaria exatamente no espaço privilegiado das transformações atuais. (SANTANA, 2000)

Após buscar em todas estas análises elementos para compreender as formas encontradas no contexto brasileiro para a inclusão e depois para a exclusão do trabalho no centro das preocupações com a organização social, Marco Aurélio Santana termina seu ensaio levantando os seguintes questionamentos:

Durante muito tempo, foi do trabalho que espalharam movimentos universalizantes de direitos para toda a sociedade. Será ela, agora, prescindindo daqueles atores, capaz de formular novos direitos inclusivos ou continuará acelerando o passo atual em direção a novas desigualdades e ao aumento da exclusão? No caso brasileiro os dilemas são ainda maiores, já que o país foi surpreendido em meio ao vendaval sem nem mesmo ter resolvido outros problemas sociais mais básicos. Sairemos dele melhores ou piores como sociedade? Enfim, estas são algumas das muitas questões que parecem ainda estar em aberto, sem muitas resoluções fáceis, seja no campo da teoria, seja no campo da prática dos agentes. (SANTANA, 2000)

Até agora, o que nos preocupou foi mostrar como, no ordenamento social brasileiro, a inclusão do trabalho se dá sempre de uma forma tensa e conflituosa, colocando, de um lado, o interesse das classes dominantes e, de outro, a luta das classes trabalhadoras para se organizarem e garantir seus interesses. O Estado, por sua vez, reflete constantemente esta situação contraditória: mesmo controlado pelas elites, em muitos momentos viu-se diante da necessidade de ceder às pressões e considerar as necessidades básicas dos trabalhadores. Antes de prosseguir para outras questões, é importante falar de como se deu, no contexto brasileiro, organização das centrais sindicais.

### A ORGANIZAÇÃO DAS CENTRAIS SINDICAIS NO BRASIL

Submergido após o duro impacto promovido pelo golpe militar de 1964, que lhe havia deixado pouco ou quase nenhum espaço de atuação, o sindicalismo de perfil progressista reemergia, em fins dos anos 70, em meio a movimentos grevistas e manifestações populares, cobrando a ampliação dos espaços para a representação dos interesses da classe trabalhadora. É neste contexto que, em 28 de agosto de 1983, é fundada a CUT – Central Única dos Trabalhadores, representando na sua fundação a oposição acirrada ao regime político e à estrutura sindical vigente na época.

Faremos aqui um breve relato para mostrar como se deu a reorganização do movimento sindical brasileiro, mostrando os acontecimentos e circunstâncias que possibilitaram seu ressurgimento depois de alguns anos de reclusão e repressão a partir de 1964 e durante os anos 70, em um campo político marcado pela luta entre Forças Armadas e guerrilha. Para tanto, buscaremos subsídios no artigo de Leôncio Martins Rodrigues (1991), *As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais*<sup>6</sup>.

De acordo com Rodrigues, o movimento sindical brasileiro reorganizou-se rapidamente após anos de calma que se seguiram à repressão das greves de Contagem e Osasco em 1968 devido a

<sup>6</sup> In: Boito (1991 – org.) *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*.



três fatores preponderantes. Em primeiro lugar, a estrutura sindical oficial permaneceu intacta durante toda a ditadura, pois os governos militares concentraram seus esforços no sentido de dominá-la e não destruí-la. Assim, no período de transição democrática, as novas lideranças sindicais puderam contar com uma infra-estrutura administrativa e um volume considerável de recursos capazes de possibilitar a realização de greves e o financiamento de muitos encontros, reuniões, conferências, publicações e outras atividades políticas e sindicais.

Em segundo lugar, depois das cassações das lideranças ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), forma-se uma nova geração de dirigentes sindicais não vinculada ao esquema comunista-petebista anterior a 64 e nem ligada às organizações de esquerda clandestinas ou semiclandestinas que se formaram após o golpe militar. A ascensão desta geração na estrutura sindical oficial deu-se de modo quase imperceptível e, devido à não ligação com as organizações políticas da época, não foi barrada pelo Ministério do Trabalho ou pelos organismos de segurança

E, finalmente, o autor destaca a mudança na política da Igreja católica ou de suas alas “progressistas” que possibilitou a aproximação dos movimentos populares por ela influenciados com as lideranças do denominado “sindicalismo autêntico” que surgia no ABC e em outras regiões do país. Ao avançar a transição democrática, portanto, esta aproximação dos sindicalistas “autênticos” com os setores “progressistas” da igreja proporcionou ao movimento sindical apoio material e cobertura política.

Em função da conjugação destes fatores que, por volta do final dos anos 70, quando a abertura política se acelerou, as novas lideranças sindicais começaram a se articular. O V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais, realizado no Rio de Janeiro em julho de 1978, em que um grupo de dirigentes dos sindicatos oficiais opôs-se à cúpula da CNTI, é considerado um marco desta articulação. Este grupo de sindicalistas – do qual faziam parte, de um lado, a nova geração de diretores de sindicatos (dentre eles, Lula) e, de outro, os sindicalistas com vinculações partidárias, basicamente com o

PCB – passou, a partir de então, a ser denominado “sindicalistas autênticos”.

Estes dois grupos que se aproximaram na crítica aos dirigentes da CNTI e na defesa de uma postura mais militante do sindicalismo divulgou uma Carta de Princípios que exigia a redemocratização do país (eleições diretas), a convocação de uma assembléia nacional constituinte, revogação das leis de exceção etc. e, no plano sindical, pedia direito de greve sem restrições, substituição do contrato individual de trabalho pelo contrato coletivo, liberdade de filiação a organismos sindicais internacionais etc.

Mas, de acordo com Rodrigues, a “esquerdição” do comportamento da Igreja, sua oposição ao governo militar e ao modelo econômico capitalista, foi o dado novo que veio a alterar profundamente o quadro das lutas sindicais no país. Ressalta o surgimento, a partir de 1974, da Pastoral Operária que, sob inspiração da Teologia da Libertação, esforçou-se no sentido de aproximar os movimentos populares do movimento sindical e transformou os bairros operários em um local de articulação operária.

Muitos trabalhadores, ligados aos grupos comunitários, passaram a atuar nos sindicatos, geralmente nas oposições a diretorias consideradas excessivamente moderadas ou “pelegas”, introduzindo novos conceitos e reivindicações no campo da militância sindical (democracia de base, autonomia sindical, organização a partir do local de trabalho e dos bairros, comissões de fábricas, etc.). (RODRIGUES, 1991: 17)

O chamado “Encontro de João Monlevade” (MG), realizado em fevereiro de 1980 no Sindicato dos Metalúrgicos, é considerado por Rodrigues o evento mais significativo no marco das relações entre a Igreja “progressista” com o sindicalismo brasileiro. Dele participaram líderes de pastorais operárias, de movimentos populares, de atividades comunitárias de base, das oposições sindicais, além de diretores de sindicatos oficiais que, além de iniciarem debates pela formação de uma organização intersindical, estabeleceram princípios básicos ligados à luta pela “democratização da estrutura sindical”, tais como



(...) o fim da CLT e sua substituição por um Código de trabalho, o estabelecimento de contratos coletivos de trabalho em lugar dos contratos individuais, a liberdade e a autonomia sindicais de acordo com a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (“preservado o princípio da unidade sindical”), o fim da legislação restritiva ao direito de greve, a negociação direta entre empregados e empregadores, com o fim da intervenção do Estado, etc. O encontro também recomendou o estabelecimento de mecanismos de consulta, de troca de experiência e de reunião que seriam o “embrião de uma futura organização intersindical”, pensada mais provavelmente como uma ampla entidade agrupando sindicatos urbanos e rurais e associações ligadas aos movimentos sociais da Igreja. (RODRIGUES, 1991:18)

Cinco meses depois da reunião de João Monlevade, as mesmas tendências voltaram a se reunir na cidade de Taboão da Serra (SP), continuando a forte influência das organizações da Igreja. Segundo afirma Rodrigues, em relação ao encontro anterior, este assinalou um conjunto mais amplo e radical de reivindicações, dentre elas a luta pela posse da terra dos trabalhadores rurais e urbanos, unificando ainda mais as suas ações dos dois segmentos. Por influência das entidades ligadas aos movimentos sociais, o documento do encontro enfatizava a unificação dos movimentos sociais com o sindicalismo, considerando o sindicalismo como parte de outros movimentos populares e, pela primeira vez, explicitou-se a necessidade de um partido político que contribuísse para a libertação das classes populares.

(...) Além da reivindicação de uma “nova estrutura sindical”, do apoio à Convenção 87 da OIT<sup>7</sup>, os participantes manifestaram-se a favor da criação de uma central única dos trabalhadores e de uma “nova estrutura sindical” “democrática e autônoma”, da

formação de intersindicais reunindo trabalhadores rurais e urbanos, etc. Como principais bandeiras de luta foram estabelecidas a reforma agrária, a garantia de emprego, as eleições diretas em todos os níveis de representação, o direito de greve, o contrato coletivo de trabalho e a recondução dos dirigentes sindicais cassados. (RODRIGUES, 1991:20)

A aproximação da Igreja aos sindicalistas “autênticos” prosseguiu em junho de 1981 em uma reunião em Vitória (ES). Nesta reunião, da qual os sindicalistas ligados ao PCB já não participaram, foram aprovadas propostas, tais como: a reforma agrária sob controle dos trabalhadores: a realização de uma greve geral envolvendo, além das organizações sindicais, todas as associações e movimentos urbanos e rurais; a estabilidade no emprego; o fim da estrutura sindical atrelada ao Ministério do Trabalho; a formação de uma central única de trabalhadores etc.

Paralelamente à movimentação que reuniu os sindicalistas “autênticos” e depois estes com os movimentos influenciados pelos setores “progressistas” da Igreja, ocorreu a tentativa de rearticulação de outras correntes do meio sindical, as chamadas “oposições sindicais”. Esta tentativa partiu do Primeiro Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, realizada em abril de 1979, que convocou um Encontro Nacional das Oposições Sindicais (ENOS). Apesar de muitas divergências, a aproximação entre a maior parte dos ativistas das oposições com os sindicalistas “autênticos” acabou se concretizando no Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), realizado entre 13 e 14 de setembro de 1980, em Nova Iguaçu (RJ). Este encontro viria a reforçar o bloco que daria origem à CUT.

O ano de 1980 foi marcado, assim, pela intensa movimentação das numerosas

<sup>7)</sup> As normas fundamentais do trabalho representam uma parte da atividade normativa da OIT – Organização Internacional do Trabalho. Desde sua criação, a OIT e suas estruturas tripartites construíram um sistema de normas internacionais sob a forma de Convenções e Recomendações. As **Convenções** são tratados internacionais sujeitos a ratificação dos países membros e as **Recomendações** são instrumentos opcionais, que tratam dos mesmos temas que as Convenções, e estabelecem orientações para a política e a ação nacionais. A Convenção 87 diz respeito à liberdade sindical e proteção do direito de sindicalização (data de 1948): estabelece o direito de todos os trabalhadores e empregadores de constituir organizações que considerem convenientes e de a elas se afiliarem, sem prévia autorização, e dispõe sobre uma série de garantias para o livre funcionamento dessas organizações, sem ingerência das autoridades públicas.

tendências que resultaram numa febre de reuniões de caráter regional e nacional. A essa altura, no plano partidário, iam adiantadas as articulações para a formação do PT. (RODRIGUES, 1991:25)

Setores progressistas da Igreja, remanescentes da esquerda da década de 60, intelectuais, sindicalistas do setor auto-definido como combativo e independente e os movimentos de oposição sindical que patrocinaram a criação do novo partido foram os defensores da formação de uma “CUT pela base”, que englobaria tanto os sindicatos quanto as oposições sindicais e associações profissionais não reconhecidas como sindicatos (caso dos funcionários públicos que não tinham direito à sindicalização).

A formação do PT viria acentuar as divergências já existentes no interior do sindicalismo brasileiro. Os comunistas, além de serem desfavoráveis a uma central especificamente sindical, não poderiam ver com simpatia o surgimento de outro partido que viesse disputar com os PCs o controle do movimento trabalhista. (RODRIGUES, 1991:27)

De acordo com Rodrigues, às vésperas da realização da CONCLAT, a primeira grande conferência nacional da classe trabalhadora após 1964, podem-se distinguir a atuação de quatro grandes tendências no sindicalismo brasileiro:

1. *A Unidade Sindical* – reunia sindicalistas que seguiam orientações do PCB, do PC do B e do MR-8. Além de ser contra a criação do PT, defendia aliança com o PMDB e com outros setores para garantir a transição democrática. Entendia que as mobilizações dos trabalhadores deveriam acontecer com prudência para evitar o confronto com os militares. Rejeitava a idéia de uma greve geral e opunha-se, em nome da manutenção da unidade sindical, à Convenção 87 da OIT.

2. *O Bloco dos sindicalistas “independentes” também denominados “autênticos” e mais tarde “combativos”* – reunia sindicalistas que entraram em conflito direto com o Ministério do Trabalho, organizando

várias greves em torno de reivindicações contrárias à política salarial do governo. Essa nova geração de sindicalistas (dentre os quais, Lula) tinha pouca ou nenhuma experiência de participação política.

3. *As “oposições sindicais”* – reunia militantes sindicais que estavam em oposição às diretorias consideradas acomodadas ou “pelegas”. Delas faziam parte facções “obreiristas” bastante radicais que exaltavam a atuação direta e de repúdio à atuação parlamentar. A maioria de seus membros se ligava à Igreja católica através das pastorais operárias. Rejeitava a aliança com outros setores sociais e políticos da “burguesia liberal”.

4. *A extrema esquerda* – denominação em que Rodrigues engloba tanto os vários grupos de ativistas sindicais (ou de militantes políticos) dos pequenos partidos de ideologia leninista quanto as tendências extremas não organizadas partidariamente. Estas organizações tinham como objetivo lutar pelo socialismo por meio de uma prática radical de agudização do conflito social.

Todas estas forças militantes do sindicalismo brasileiro participaram conjuntamente, em agosto de 1981, de um grande encontro de trabalhadores realizado em Praia Grande, litoral do estado de São Paulo. Esta reunião tomou o nome de Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). De acordo com RODRIGUES (1991),

Em larga medida, a importância dessa CONCLAT advém do fato de ter sido a primeira (e última) grande conferência em que participaram praticamente todas as facções militantes do meio sindical. O número de entidades que dela participaram foi bastante elevado (...) num total de 1126 entidades e 5247 delegados. A presença de um número elevado de representantes de associações pré-sindicais ao lado de federações e confederações é por si mesma indicativa da participação de muitas facções, uma vez que os delegados das federações e confederações tendiam a ser mais moderados

e eram, habitualmente, alvo dos ataques das tendências mais radicais. É significativo, nesse sentido, que o congresso que, dois anos depois, levou à formação da CUT tenha contado com a participação de apenas uma confederação. (RODRIGUES, 1991:31)

Apesar de todas as divergências, desconfianças e recíprocas hostilidades, foi possível neste encontro chegar-se a um acordo para a eleição de uma Comissão Nacional Pró-CUT, através de uma chapa única formada por 56 sindicalistas de todas as tendências, que deveria preparar, para o ano seguinte (1982), um novo congresso para a formação de uma central única de trabalhadores. Entretanto, os conflitos no interior da comissão não possibilitaram a realização do congresso em 1982 e acabaram por precipitar a cisão no interior da CONCLAT e do sindicalismo brasileiro.

Na impossibilidade de um consenso, o bloco mais à esquerda decidiu convocar por sua conta, para agosto de 1983, o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, que recebeu o nome de I CONCLAT. Esse congresso, que se efetuou sem a participação de várias tendências, principalmente as mais moderadas, reuniu um número bastante elevado de delegados e marcou a fundação da CUT.

O bloco contrário resolveu também convocar o seu Congresso Nacional da Classe Trabalhadora para novembro do mesmo ano de 1983, também com o nome de CONCLAT. Cerca de três anos depois, em março de 1986, a CONCLAT realizou outro congresso que resultou na formação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Embora concordassem quase totalmente quanto às reivindicações trabalhistas, as duas Centrais tinham diferenças marcantes: a CGT tinha um caráter muito mais moderado na formulação das reivindicações (exigia a realização de uma reforma agrária sem exigir que ela fosse realizada sob controle dos trabalhadores, por exemplo) e, no plano sindical, contava com grande parte de seus membros repudiando expressamente a Convenção 87 da OIT, além não fazer qualquer menção à realização de uma greve geral.

Nesta divisão de blocos, na CUT ficaram os chamados sindicalistas “combativos”, junto com

os militantes das oposições sindicais, da esquerda católica e dos pequenos grupos de orientação marxista, leninista ou trotskista. Na CGT ficaram os dois partidos comunistas, o MR-8, os sindicalistas ligados ao PMDB e ainda os dirigentes mais próximos do sindicalismo norte-americano, liderados por Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo.

Reunindo um conjunto muito amplo de tendências em aliança conjuntural – dentre as quais havendo posições ideológicas consideradas incompatíveis – o bloco de sindicalistas que deu origem à CGT dificilmente poderia subsistir por muito tempo. A quebra da unidade deste bloco começou a ser definida a partir da aliança entre Luís Antônio Medeiros (na época, novo dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo) e Antônio Rogério Magri. A aliança entre os dois dirigentes objetivava lançar o chamado “sindicalismo de resultados”, que se opunha ao “sindicalismo de contestação” preconizado pela CUT.

Pretendendo-se mais pragmático do que ideológico, o sindicalismo de resultados preferia os acordos isolados com as empresas, colocando em primeiro lugar a negociação e, depois, a greve. No plano ideológico, enquanto a CUT no seu segundo congresso (1986) manifestava-se oficialmente pelo socialismo, o “sindicalismo de resultados” manifestava-se a favor da economia de mercado.

Além das grandes divergências que separavam profundamente as tendências dentro da CGT (PCB, PC do B, MR-8 e mais a corrente do “sindicalismo de resultados”), esta opção por assumir explicitamente a defesa da economia de mercado tornou inevitável o conflito com os comunistas do PCB e do PC do B.

Derrotados pelo “sindicalismo de resultados”, os militantes do PC do B criaram, em 1988, a Corrente Sindical Classista. Em 1989, a CSC realizou seu Primeiro Congresso Nacional e optou por aderir à CUT e participar do IV Congresso Nacional desta Central. Mais tarde, como veremos, também o PCB decidiu aderir à CUT.

Em seu Segundo Congresso (ocorrido entre 27 de abril e 1º de maio de 1989) a CGT elegeu para a presidência Antônio Rogério Magri, que defendia um sindicalismo apartidário e anticomunista. Derrotados neste congresso, o PCB e o MR-8

(apoiavam o outro candidato, o antigo dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão) decidiram convocar outro congresso, elegendo Joaquinzão como seu presidente. Assim, passaram a co-existir duas CGTs: a Confederação Geral do Trabalho, de Magri, e a Central Geral dos Trabalhadores que se reunia em torno do PCB e do MR-8.

A decisão de grande parte dos sindicatos influenciados pelo PCB de adesão à CUT enfraqueceu a Central Geral dos Trabalhadores, que atualmente conta apenas com alguns sindicatos ligados ao MR-8.

A Confederação Geral do Trabalho viu-se também enfraquecida pela fundação, em 1991, da Força Sindical, que surgiu como uma alternativa politicamente moderada, aberta ao diálogo com o governo e os empresários. Como legítima representante do “sindicalismo de resultados”, é a Força Sindical que hoje aglutina um grande número de sindicatos e mais se contrapõe à CUT no cenário do sindicalismo brasileiro.

No início deste século XXI, passados vinte anos de sua fundação, e sofrendo forte concorrência da Força Sindical, a Central Única dos Trabalhadores – CUT – mantém-se como o projeto mais duradouro da história do sindicalismo nacional, incorporando uma de suas parcelas mais significativas.

Com grande participação nas questões nacionais, as lideranças da CUT foram as principais formuladoras, no período da Constituinte e nos últimos anos, de propostas de mudanças na estrutura sindical e na legislação trabalhista. Dentre outras reivindicações que consolidaram sua fundação, até os dias atuais a Central vem mantendo nos estatutos a defesa da ratificação da Convenção 87 da OIT, encontrando-se organizada em todo o país e representando, segundo os documentos do 7º CONCURT, mais de 6 milhões de trabalhadores sindicalizados.

### **A CRISE DO SINDICALISMO: ALGUNS APONTAMENTOS**

Citando como exemplo o trabalho recente de Leôncio Martins Rodrigues, *Destino do*

*Sindicalismo*, que trabalha com os conceitos de sociedade industrial e sociedade pós-industrial (ou sociedade de serviços) e conclui que “as características gerais da sociedade pós-industrial abrem pouco espaço para a organização sindical.” (Rodrigues 1999: 301); Armando Boito Jr., professor de Ciência Política, afirma no artigo *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*:

(...) Há alguns anos diversos pesquisadores vêm proclamando a morte do sindicalismo. Mesmo que não desaparecesse por completo, o sindicalismo seria um movimento fadado à decadência e a desempenhar um papel de pequena importância no século XXI. As novas tecnologias, os novos métodos de organização do trabalho, o declínio da indústria e o crescimento dos serviços, o desemprego, o crescimento do setor informal – esses e outros fatores condenariam o sindicalismo à decadência irreversível. Há trabalhos de fôlego defendendo essa tese. (BOITO JR, 2001: 12)

Enquanto o livro citado de Martins Rodrigues defende a tese segundo a qual o recuo atual da organização e da atividade sindical representaria a decadência do sindicalismo, Boito Jr. entende que o correto é caracterizar o recuo atual como uma fase de crise e de refluxo temporários. Para o autor, o recuo do sindicalismo é um fenômeno internacional, real em relação aos anos 70, mas que não colocou o sindicalismo num patamar de organização e de atividade inferior ao que ele apresentava nos anos 50 e 60, como uma situação de refluxo e não de decadência histórica do movimento sindical. Segundo seu ponto de vista este recuo é desigual e contraditório e parece já ter superado seu ponto mais baixo. Ele cita o caso brasileiro como exemplo, afirmando que no período da industrialização desenvolvimentista e do populismo, não existiu nada no Brasil que pudesse ser comparado à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A maioria dos autores aponta como causas da crise do sindicalismo fatores como as mudanças econômicas, sociais e tecnológicas que estariam ocorrendo nos últimos anos. Afirmam que por serem, na maioria das vezes, concebidas como irreversíveis, estas mudanças teriam selado a sorte



do sindicalismo. Argumenta-se que os postos de trabalho em expansão na economia não favoreceriam a organização e a atividade sindical e que o novo operariado teria baixa propensão à sindicalização.

Outra explicação que passou a ser muito difundida desde meados da década de 1980 foi a apresentada por Claus Offe<sup>8</sup>, segundo a qual teria ocorrido um processo de “heterogeneização e fragmentação sócio-econômica da classe trabalhadora”. Essa tese é muito difundida tanto entre autores de esquerda quanto entre autores conservadores. A fragmentação teria colocado em crise – segundo os autores de esquerda – ou inviabilizado de modo definitivo – segundo alguns conservadores – a unidade política e sindical da classe operária e dos demais trabalhadores.

Em relação às duas explicações para a crise do sindicalismo, Boito Jr (2001) faz o seguinte comentário:

(...) Os dois argumentos são de ordem econômica, imaginam que o sindicalismo está perdendo a sua base e podem sugerir que o recuo atual tende, por isso, a se perpetuar ou agravar. Porém, uma reflexão crítica sobre esses argumentos permite conceber o recuo do sindicalismo de uma outra maneira – como um fenômeno conjuntural e passageiro. (Boito Jr., 2001: 14)

De acordo com o autor, é muito cedo para dizermos, simplesmente, que os setores emergentes da classe operária não apresentam propensão à sindicalização. Em sua análise, afirma que os novos setores da classe operária que ganham importância econômica atualmente precisarão de muito mais tempo para se organizar sindicalmente, pois, ao contrário dos trabalhadores mais organizados da fase anterior do capitalismo (que puderam se beneficiar da expansão do movimento socialista em escala internacional ao longo da primeira metade do século XX), estes setores iniciam sua luta sindical numa conjuntura política muito desfavorável, marcada pela crise do movimento socialista e pela ofensiva neoliberal em escala internacional.

O cientista político argumenta também que a história do movimento sindical está repleta de setores aparentemente pouco propensos à sindicalização que, dadas determinadas condições históricas, passaram massivamente à luta sindical. Cita como exemplo a história mais recente do processo de incorporação da classe média ao sindicalismo. Na década de 1950, trabalhadores como professores, médicos e funcionários públicos mantinham-se indiferentes ou resistentes ao sindicalismo. Tinham uma postura elitista e viam esse movimento como algo apropriado aos trabalhadores manuais, não à classe média. Hoje, o sindicalismo da baixa classe média, com suas particularidades, é um setor amplo e ativo do movimento sindical em escala internacional. Para o autor:

O fundamental é o seguinte: no capitalismo, o trabalhador é explorado, trabalha coletivamente, possui liberdade pessoal e vincula-se ao processo produtivo através de um contrato de trabalho. Todos esses fatores permitem e podem até estimular a organização sindical. Claro que há pré-condições. O tempo de maturação é um fator importante. Outro é a situação política. Mas, apesar da existência muito recente e do momento político desfavorável, em alguns dos novos setores de serviço já surgem importantes manifestações sindicais. (BOITO JR., 2001: 16)

Quanto ao segundo argumento para explicar a crise e refluxo do sindicalismo – aquele que afirma ter ocorrido uma crescente “fragmentação e heterogeneização econômica da classe trabalhadora” – Boito afirma que essa explicação pela economia, muito difundida tanto entre autores de esquerda quanto entre autores conservadores, comete dois erros: um erro histórico e outro teórico: no plano histórico, ela supõe que, em alguma época do passado remoto ou recente, a classe trabalhadora teria sido homogênea, ou algo próximo da homogeneidade e, no plano teórico, analisa a classe operária e o sindicalismo separadamente do processo político nacional e internacional.

<sup>8</sup> Dois textos que pretendem explicar o refluxo do movimento sindical recorrendo à tese de Claus Offe sobre a “fragmentação/heterogeneização da classe trabalhadora” são o livro já citado de Leôncio Martins Rodrigues e o livro de Ricardo Antunes *Adeus ao Trabalho?* – São Paulo, Editora Cortez, 1995.

Analisando a história das classes trabalhadoras, o autor constata que diferenças de remuneração, de qualificação, de setor econômico, de sexo, de idade, de etnia, de capacidade de organização etc sempre foram uma constante. Para ele, é certo que atualmente existem novas fragmentações, a principal delas dividindo os trabalhadores com contrato em tempo integral e com duração indeterminada dos trabalhadores em tempo parcial, com contrato precário, subempregados ou desempregados<sup>9</sup>, porém, a fragmentação econômica dos trabalhadores não é um processo linear e, para produzir efeitos no terreno da organização sindical, depende da conjuntura política.

Conforme aponta o autor, há fragmentações econômicas antigas que desapareceram ou foram reduzidas nos últimos anos, como as que separam: os trabalhadores de classe média dos operários; os trabalhadores de diferentes nacionalidades dos países integrantes dos novos espaços econômicos supra-nacionais, como a União Européia e o Mercosul; os trabalhadores das trabalhadoras (até há pouco a classe operária estava dividida entre as mulheres que ficavam em casa e os homens que trabalhavam) etc.

Analisa ainda que é preciso considerar que a conjuntura política incide sobre a própria definição de fragmentação. A presente conjuntura é a conjuntura da ofensiva neoliberal em que fragmentações sócio-econômicas antigas, até há pouco “adormecidas”, como a divisão econômica que separa o trabalhador do setor público do trabalhador do setor privado, ganham importância e significados novos. De acordo com o autor,

Foi o privatismo neoliberal da atual conjuntura que construiu a divisão política e sindical entre funcionários públicos e trabalhadores do setor privado. A obra de todo movimento social e político da classe operária e das demais classes trabalhadoras sempre foi superar a fragmentação sócio-econômica, que sempre existiu, para alcançar a unidade no plano político e sindical. (Boito Jr., 2001: 16)

Em resumo, o autor entende que as classes trabalhadoras sempre apresentaram uma hetero-

geneidade e fragmentação sócio-econômica muito grande, que se renova e se transforma a cada nova etapa do capitalismo. Sua importância e significado dependem, também, da conjuntura política, econômica e social. Para ele, somente a conjuntura e a luta poderão dizer se é possível unificar os trabalhadores num amplo movimento social e político.

Concluindo seu artigo, Boito Jr. (2001) afirma que o recuo internacional do sindicalismo não é uma decadência histórica que adviria de uma mudança econômica irreversível das sociedades atuais. Para ele, este fenômeno é sintoma de uma crise, oriunda de causas reversíveis, que pode ser superada. Essa crise aponta, também, para um processo de mutação do movimento sindical:

Na Europa Ocidental e na América, declinou o sindicalismo de antigos setores operários, tanto da indústria (siderurgia, metalurgia), quanto dos serviços (portos, ferrovias). Parte desse movimento poderá readquirir a importância que teve no passado; parte dele parece definitivamente condenado a desempenhar um papel de importância menor. Está crescendo o sindicalismo do novo proletariado de serviços. Parece consolidado, pelo menos a médio prazo, o sindicalismo de classe média, principalmente no setor público. Ampliando o horizonte da análise, cabe acrescentar que em inúmeros países da Europa Oriental e da Ásia, graças ao processo de democratização e o vertiginoso processo de industrialização dos últimos anos, só agora o sindicalismo de indústria vem dando os seus primeiros passos. Ele deverá ter uma importância crescente nesses países nos próximos anos. (Boito Jr., 2001: 16)

Santana (1999) indica que, no Brasil e no mundo, o movimento sindical, apesar das adversidades, tem buscado articular-se a outros movimentos sociais, procurando atenuar a degradação das condições de vida e trabalho, ampliando sua atenção até mesmo para com aqueles que se encontram excluídos do mundo do trabalho. O autor considera possível afirmar que, assim como o

<sup>9</sup> Ricardo Antunes (1999) também dedicou muitas páginas de seu livro *Os Sentidos do Trabalho* para mostrar que o neoliberalismo acentua esta heterogeneidade.



sindicato nem sempre existiu na história, ele pode desaparecer. Todavia, não se pode deixar de assinalar que esta forma organizativa já enfrentou contextos desfavoráveis antes, talvez menos intensos, é certo, mas nem por isso deu sua trajetória por encerrada. Soube, em cada caso, daí sua tamanha diversificação, reinventar-se, adequando-se aos novos contextos que se lhe apresentavam. O caso brasileiro pode fornecer muitos exemplos da diversidade de formas sindicais desde os primórdios de nossa industrialização, todas elas servindo à sua maneira para a representação dos interesses dos trabalhadores.

Assim, pode ser que, apesar dos impactos mais duros do processo de reestruturação produtiva, os sindicatos continuem servindo como instrumento de agenciamento de demandas coletivas. Por outro lado, pergunta Santana: se o processo de reestruturação produtiva por si só já traz o enfraquecimento dos sindicatos, por que o empresariado se entregaria tão intensamente ao combate dos mesmos?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. (1999) *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo.
- BOITO Jr., Armando (1999) *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã.
- \_\_\_\_\_. (1991) *O sindicalismo de Estado – Uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo, Unicamp/Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (1994) “De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro”. São Paulo, Perspectiva, SEADE.
- \_\_\_\_\_. (org.) (1991) *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1996) “Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil”: Revista Crítica Marxista, nº 3. São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (2001) “O sindicalismo tem futuro?” revista PUCVIVA, ano 3, n.11, janeiro-março de 2001, pp. 12-17. São Paulo.
- FEITOSA, V. (1998) “Escritos de trabalho: recortes analíticos.” *Linguagem e Trabalho*. Rio de Janeiro, Ed. Lucerna.
- GIANNOTTI, V. e NETO, Sebastião (orgs.) – Para onde vai a CUT?. São Paulo, Scritta.
- \_\_\_\_\_. CUT por dentro e por fora. São Paulo, Vozes.
- \_\_\_\_\_. CUT ontem e hoje – O que mudou das origens ao IV Concut –. São Paulo, Vozes.
- OFFE, Claus. (1994), *Capitalismo Desorganizado* (4ª ed.). São Paulo, Brasiliense.
- OLIVEIRA, Marco Antônio de (1998) “Notas sobre a crise do novo sindicalismo brasileiro”, São Paulo: Revista Perspectiva, v.12, nº1, jan./mar.
- RODRIGUES, Iran Jácome (1995) “O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva”. In: São Paulo: Revista Perspectiva, 9 (3), jul./set. de 1995
- RODRIGUES, Leôncio Martins (1990a) *Os militantes e a ideologia*. São Paulo, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1990b) “O sindicalismo nos anos 80: Um balanço”. In: São Paulo: Revista Perspectiva, vol.4, nº1, jan/março de 1990.
- \_\_\_\_\_. (1996) “Para onde vai o mundo do trabalho? Crise e perspectiva do movimento sindical” in DIAS, E e outros, A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes. Brasília, Outubro.
- \_\_\_\_\_. (2000a) “O mercado avança, mas Estado e sindicatos recuam”. Jornal da Tarde – 19/02/2000
- \_\_\_\_\_. (2000b) “Uma Nova Etapa na Vida da CUT”. Jornal da Tarde – 10/09/2000
- SANTANA, Marco Aurélio (2000) “Trabalho, Trabalhadores e Sindicatos em Meio ao Vendaval Contemporâneo” Revista Dados Vol. 43/2, 2000
- \_\_\_\_\_. “Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro” (Publicado na Internet)
- VIANNA, Luiz Werneck (1976). *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- \_\_\_\_\_. (1986) “Atualizando uma bibliografia: ‘novo sindicalismo’, cidadania e fábrica”. In: *Travessia: Da Abertura à Constituinte de 86*. Rio de Janeiro, Liv. Taurus Editora.
- 7º CONCURTO, “Emprego, Salário, Direitos Sociais e Democracia”, Serra Negra – SP. *Texto Base da Direção Nacional*, maio de 2000.
- 7º CONCURTO, “Emprego, Salário, Direitos Sociais e Democracia”, Serra Negra – SP. *Encarte: Subsídios para o Debate*, maio de 2000.
- 7º CONCURTO, “Emprego, Salário, Direitos Sociais e Democracia”, Serra Negra – SP. *2ª Etapa: Discussões nos CECUTs*, 26 de junho/2000.
- 7º CONCURTO, “Emprego, Salário, Direitos Sociais e Democracia”, Serra Negra – SP. *3ª Etapa: Discussões na Plenárias Finais do 7º CONCURTO*, agosto/2000.
- 7º CONCURTO, “Emprego, Salário, Direitos Sociais e Democracia”, Serra Negra – SP. *Resoluções*, fevereiro/2001.

## ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA DEMOCRÁTICA

### *ESSAY ON DEMOCRATIC BLINDNESS*

José Alberto da Silva CURADO\*

#### RESUMO

*O advento do modo de produção capitalista trouxe consigo as Declarações dos Direitos Humanos, que definem o que seria a cidadania. A sua existência é a capa legitimadora e diferenciadora deste sistema econômico perante aqueles que a ele estão submetidos. Entretanto, a “roda viva” da base econômica permite que somente os ‘homens de bens’ sejam considerados ‘homens de bem’. Por isso, apesar de haver uma Constituição que, estando acima das leis, deve ser respeitada por todos, ela vem sendo sistematicamente violada, em matéria de direitos sociais, pelos ‘homens de bens’. Esta contradição entre o que está definido no universo jurídico-político e como se organizam as relações de produção econômica permite proliferar a ilegalidade nas relações de trabalho, de propriedade, de reprodução social, o que será justificado pela afirmativa de que o respeito aos direitos fundamentais de caráter social estaria submetido ao princípio da ‘reserva do possível’. Desta maneira, está consolidado o embate entre tribunais acusados de insensibilidade econômica e governos – representantes dos ‘homens de bens’ - acusados de insensibilidade jurídica.*

**Palavras-chaves:** “direitos”, “deveres”, “trabalho”, “desemprego estrutural”, “democracia representativa”, “democracia participativa”, “direitos humanos”.

#### ABSTRACT

*The advent of capitalist production has brought the Declarations of Human Rights, which define what citizenship should be. Their existence is the legitimating and differentiating cover of this economic system for those that are submitted to it. Nevertheless, the “living cycle” of the economic basis allows that only “rich men” are considered “good men”. Thus, although there is a Constitution, which is above all laws, and must be respected by all, it has been systematically violated, as far as human rights are concerned, by the “rich men”. This contradiction between what is legally and politically defined and how the economic relationships are organized leads to the proliferation of the illegitimacy in work relationships, property, social reproduction, what will be justified by the affirmation that the respect of the social fundamental*

---

(\*) Sociólogo, Fundador, diretor e pesquisador do Instituto de Humanização (IDH) com sede em Montevideo (República Oriental do Uruguai) e sub-sede em Porto Alegre (Brasil). Presidente da ONG Campinas Viva

*rights would be submitted to the principle of “possible reserve” (?). Thus, the shock between the courts accused of economic insensibility and the governments, representing “rich men”, accused of legal insensibility, has been consolidated.*

**Key words:** *rights; duties; work; structural unemployment; representative democracy; participative democracy; human rights.*

## ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA DEMOCRÁTICA

### I – O que possibilitou a existência da cidadania no mundo moderno: comentários iniciais sobre um doce na vitrine (a cidadania) que não é consumido pela maioria.

Não constitui uma novidade afirmarmos que somos – enquanto cidadãos – consequência direta da “*Declaração Francesa dos Direitos Humanos e do Cidadão*” (1789), que possui, entre outros, dois princípios soberanos:

- *Que a vontade daqueles que estão no poder não pode ser a justificativa final e válida de ações que afetam os interesses vitais dos indivíduos;*
- *Que o simples fato de ser humano já basta por si só para autorizar a reivindicação de bens específicos que são fundamentais para uma vida digna e autônoma.*

Se o primeiro, destes princípios, limita o poder de um governante, já que tendo sido eleito em nome de uma cidadania, em seu nome exercerá o seu poder; no segundo, está descrita como a sociedade democrático-burguesa enxergaria, a partir desse momento, cada ser que nasce.

A partir deste princípio, torna-se possível afirmar que o que nos distingue, do que ocorria nas sociedades anteriores, é que cada ser que nasce, nasce cidadão; portanto, não surge, imediatamente, como trabalhador. E, sendo assim, ao ser gerado, tem uma série de direitos perante a sociedade que o recebe e, esta, tem em relação a ele, uma série de deveres, que se materializam nas condições sociais que lhe serão asseguradas, e que lhe irão permitir um desenvolvimento digno e autônomo, nas diversas etapas da sua evolução.

Este “*contrato social*” – usando um conceito rousseauiano – permitirá a cada cidadão que

nasce vestir, na fase adulta, o papel de produtor de bens materiais ou simbólicos, de uma maneira produtiva e criativa, podendo, dessa maneira, retornar para a sociedade, os direitos que dela recebeu nas etapas anteriores da sua vida; e, então, assumir os deveres perante os novos seres que nascerão.

Esta mudança qualitativa na forma de olhar a relação humana, conseguida com o advento da Revolução Francesa, irá, mais tarde, possibilitar outras Declarações, que detalharão o que significa ter o status de cidadão, em diversos campos da existência humana.

Assim, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, adotada em 10/12/1948 pela Assembléia Geral das Nações Unidas, estipularia no artigo 23 que:

- *Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições eqüitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego;*
- *Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual;*
- *Quem trabalha tem direito a uma remuneração eqüitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família, uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social.*

Por sua vez, o Preâmbulo da Constituição francesa de 1946 irá afirmar que:

- *Cada um tem o direito de trabalhar e de obter um emprego. [...] A nação garante a todos, sobretudo à criança, à mãe e aos trabalhadores idosos, a proteção da saúde, a segurança material, o repouso e o lazer. Todo ser que, em razão de sua idade, de seu estado físico*

*ou mental, da situação econômica, se encontra na incapacidade de trabalhar, tem o direito de obter da coletividade, meios decentes de existência. A nação garante o acesso tanto da criança quanto do adulto à instrução, à formação profissional e à cultura.*

Este preâmbulo é característico da sociedade salarial, que se aprimora no período pós Segunda Guerra Mundial, e que desenvolve uma vigorosa sociologia crítica em torno de três temáticas principais:

- A colocação em evidência da reprodução das desigualdades, sobretudo nos domínios da educação e da cultura;
- A denúncia da perpetuação da injustiça social e da exploração da força de trabalho;
- A recusa ao tratamento, que seria indigno de uma sociedade democrática, reservado a algumas categorias da população: prisioneiros, doentes mentais, indigentes, idosos...

É importante realçar que em todas estas Declarações e Preâmbulos se fala em direitos, já que eles estão desenhando o que seria uma sociedade constituída, prioritariamente, por cidadãos participantes (um mero pleonasma) da *polis* e, depois, pelos demais papéis sociais a serem exercidos por cada um dos seres humanos (mão-de-obra assalariada, pai, mãe, filho, amante, vizinho, etc...).

Para não provocar um sentimento maior de estranheza ou um ataque incontrolável de riso, ao compararmos o que está declarado como princípios definidores do que seria uma democracia com o desrespeito, com relação a estes mesmos Princípios, que as diversas sociedades ditas democráticas e modernas têm demonstrado cotidianamente, não iremos citar alguns artigos esclarecedores da nossa “Constituição Cidadã” (apelido carinhoso dado pelo então deputado federal Ulisses Guimarães) de 1988.

Para não ficarmos cétricos, em demasia, procuramos, em alguns dados atuais, nos tornarmos

cientes de que um grande esforço deveria estar sendo realizado pelas diversas lideranças mundiais buscando concretizar o que está definido nestas diversas Declarações e Preâmbulos e chegamos aos seguintes resultados:

### 1. Internacional:

1:1) Enquanto, as três pessoas mais ricas do planeta possuem hoje uma fortuna superior à soma dos PIBs dos 48 países mais pobres do mundo (um quarto do planeta); enquanto, em 1960, os 20% mais ricos do mundo tinham uma renda 30 vezes superior à dos 20% mais pobres, e em 1995, a diferença chegava a 82 vezes; a cada ano, 30 milhões de pessoas morrem de fome no planeta.<sup>1</sup>

1:2) Segundo o relatório “*World Development Report*” (Relatório Mundial de Desenvolvimento) de 2003 do Banco Mundial (Bird), entre 1990 e 1998, a quantidade de pessoas vivendo com menos US\$ 1 por dia (indigência total), sem a China, cresceu de 916 milhões para 961 milhões. Incluindo este país, caiu de 1,276 bilhão para 1,175 bilhão.<sup>2</sup>

### 2. Brasil:

#### 2:1. Déficit de moradia e o direito de morar:

Em São Paulo, um paradoxo salta aos olhos: com um déficit habitacional de 380 mil domicílios, a cidade de São Paulo possui 420.327 moradias vagas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como compatibilizar imóveis vazios com tantas pessoas necessitando moradia? São em torno de 40 milhões de brasileiros morando em situação informal ou irregular. São necessários 6,6 milhões de novas unidades, existem cerca de 4,6 milhões de imóveis vazios e mais de 12 milhões precisam ser qualificadas. Sabe-se que 100% desse déficit está nas famílias com renda de 12 mínimos, mas a maior parte está nas de zero a três mínimos.

A crise de moradia e de saneamento básico é antiga e se agrava na medida em que o Estado

<sup>(1)</sup> Editorial do *Le Monde Diplomatique*, novembro/98.

<sup>(2)</sup> *Folha de São Paulo*, 21/09/2003, p. B-3.



brasileiro – União, Estados e Municípios – pouco trabalhou e pouco vem investindo nessas questões.

A orientação é respeitar o Estado de Direito democrático e as leis. E todas as partes têm que fazer isso. Está na lei, por exemplo, que o governo tem de fazer a reforma agrária. Se as leis não correspondem às necessidades, há formas democráticas de mudá-las. Inclusive a Constituição.<sup>3</sup>

Eis uma situação que exemplifica a conhecida assimetria social brasileira e pela qual o mercado, por si só, não parece ser capaz de fazer muito. As maiores vítimas do déficit habitacional obviamente são pobres. Segundo a secretária-executiva do Ministério das Cidades, Ermínia Maricato, 85% desse contingente estão na faixa de renda abaixo de cinco salários mínimos. Nem mesmo os programas públicos de habitação popular têm conseguido beneficiar essas pessoas...

Divergências como essas estão a exigir a definição de políticas que possam integrar as diversas esferas envolvidas e atender à demanda dos mais necessitados. É preciso articular as ações dos governos federal, estaduais e municipais com vistas a otimizar recursos, estabelecer critérios para subsídios e atrair a iniciativa privada para parcerias.

Preocupada, muito justamente, com a fome que ainda assola parcelas da população, a nova administração federal tem um papel crucial a desempenhar na formulação e aplicação dessas políticas – caso pretenda cumprir suas promessas de governar para o social.<sup>4</sup>

## 2:2) Uma Reforma Estratégica

O Brasil foi o último país das três Américas a abolir a escravidão. Infelizmente, ainda não abolimos a discriminação, pois, dissociada da reforma agrária, ela não assegurou aos escravos libertos o acesso à terra, condenando-os a uma dupla discriminação – por serem negros e por serem pobres. Aliás, as melhores terras do nosso país foram entregues aos desempregados europeus.

Mais de cem anos depois da abolição, também não realizamos a nossa reforma agrária, o que é mais um entre tantos paradoxos neste território de dimensões continentais, que tem cerca de um terço de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza, da qual mais de 4 milhões de famílias expulsas da terra, nos últimos anos, devido à expansão do latifúndio, à alta dos juros bancários e à construção de barragens.

Este país possui 600 milhões de hectares cultiváveis, dos quais 250 milhões são latifúndios – em sua maior parte improdutivos. Basta dizer que 138 milhões de hectares estão nas mãos de apenas 28 mil proprietários; 85 milhões de hectares estão nas mãos de apenas 4.236 proprietários.

Desde os anos 70, quando houve um intenso movimento migratório do sul para o centro-norte do país, o nosso território encontra-se loteado. Não há mais “terra de ninguém”. Pelo contrário; como ocorre no Pontal do Paranapanema, há inúmeros espaços ilegalmente ocupados por grileiros. Hoje, cerca de 113 mil famílias sobrevivem em acampamentos, suportando condições desumanas, à espera de serem assentadas.

A reforma agrária é uma exigência de modernização do capitalismo brasileiro, a começar por sua capacidade de absorção da mão-de-obra desempregada. Ainda é o campo que mais absorve trabalhadores, mas nem sempre permite que se tornem também produtores.

O Programa Fome Zero, que visa assegurar alimentos em quantidade e qualidade suficientes a cerca de 44 milhões de pessoas, só terá êxito se respaldado pela reforma agrária... A obtenção de terras para a sua efetivação deverá passar, necessariamente, pela desapropriação social, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal.

O importante é superar a miséria e assegurar a inclusão social dessas milhares de famílias que querem também um lugar de sol, motivadas por um dos pilares do capitalismo: o direito à propriedade. Sem a reforma agrária, nem sequer se pode garantir a elas o direito à vida, como fenômeno biológico, e à cidadania, como conquista política.<sup>5</sup>

<sup>(3)</sup> Entrevista com o Ministro das Cidades, Olívio Dutra – *Folha de São Paulo*, 11/08/2003, p. A-12.

<sup>(4)</sup> Editorial da *Folha de São Paulo*, 01/08/2003, p.A-2.

<sup>(5)</sup> Extratos do artigo **Uma reforma estratégica**, *Folha de São Paulo*, 09/08/2003, p. A-3.



### 2:3) Os sem-terra existem. E são assassinados

Para quem se espanta com o número de invasões promovidas pelos sem-terra neste ano de 2003 (101 até julho, ante 581 em 1999), seria bom prestar atenção neste dado: segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), de janeiro a agosto, 44 trabalhadores rurais foram assassinados em conflitos agrários. É praticamente uma morte a cada duas invasões e a maior média mensal de crimes (5,5) desde 1990.

A CPT também forneceu dados históricos que expressam a dramaticidade do conflito de terra no País. De 1985 a 2002, ocorreram 1.280 assassinatos de camponeses, advogados, técnicos, lideranças sindicais e religiosos ligados à questão agrária. Desse total, apenas 121 casos foram levados a julgamento. Entre os acusados de ser mandantes dos crimes, só 14 chegaram às barras dos tribunais. Metade foi absolvida.

O presidente da CPT, dom Tomás Balduino, disse que os números indicam “*parcialidade do Judiciário e do aparelho policial*”. À *Folha de São Paulo*, Andréa Pachá, diretora de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros, afirmou: “*A legislação do País foi feita para beneficiar a elite*”.

Já para os que gostam de negar a necessidade de uma reforma agrária, a CPT compilou dados mais recentes da concentração de terras e da organização produtiva no campo. Menos de 50 mil proprietários possuem áreas superiores a mil hectares e controlam 50% dos terrenos cadastrados. Cerca de 1% dos fazendeiros detém cerca de 46% de todas as áreas rurais. Em contraposição, as fazendas com mais de mil hectares empregam 4,2% da mão-de-obra rural. As propriedades entre 100 e mil hectares absorvem 39,9% dos trabalhadores. Os outros 40,7% trabalham em áreas com menos de 10 hectares.<sup>6</sup>

### 2:4) Estudo mostra 21,7 milhões em pobreza extrema

A transferência de R\$ 50 mensais para todas as famílias que vivem em pobreza extrema

diminuiria em um terço o número de brasileiros indigentes. Os cálculos foram feitos com base em informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001 (Pnad), do IBGE, pelos professores Sônia Rocha e Roberto Cavalcanti de Albuquerque. Com dados de outra pesquisa, o Censo 2000, eles concluíram que estão abaixo da linha de pobreza 57,7 milhões de pessoas no País, sendo que 21,7 milhões em situação de pobreza extrema.

O conceito de pobreza extrema refere-se à população que tem renda familiar per capita mensal inferior ao preço de uma cesta básica. Os valores em reais variam. Foram definidas 27 linhas de pobreza extrema, sendo a mais baixa de R\$ 19,67 per capita para o Norte rural e a mais alta de R\$ 44,29 per capita para a região metropolitana de São Paulo.

No estudo *Geografia da Pobreza Extrema e Vulnerabilidade à Fome*, Sônia Rocha e Roberto Cavalcanti, diretor-técnico do Instituto Nacional de Altos Estudos, mostram que o Nordeste tem a maior proporção de pobreza extrema – 21,4% da população. São 11,4 milhões de pessoas, ou 52,8% do total de indigentes. As maiores proporções de extremamente pobres estão nas cidades pequenas, de até 50 mil habitantes.

Extrema Pobreza		
Número de pessoas com renda familiar per capita abaixo do valor da cesta básica		
Brasil – 21,7 milhões de pessoas – 12,9% da população		
Região	Nº de pessoas	% da população
Nordeste	11,4 milhões	24,1
Sudeste	5,4 milhões	7,57
Norte	2,4 milhões	18,8
Sul	1,5 milhão	6,1
Centro-Oeste	855 mil	7,4

Fonte: Estudo “*Geografia da Pobreza Extrema e Vulnerabilidade à Fome*”, com base no Censo 2000<sup>7</sup>

<sup>6</sup> Revista *Carta Capital*, 03/09/2003, p. 19.

<sup>7</sup> *O Estado de São Paulo*, 19/09/2003, p. A-4.

### 2:5) 67% dos brasileiros são analfabetos funcionais

Apenas 25% dos brasileiros entre 15 e 64 anos são capazes de ler, entender totalmente o que está escrito e escrever corretamente, enquanto 8% são analfabetos. Outros dois grupos, nos níveis 1 e 2 de alfabetização, são analfabetos funcionais. Embora saibam ler e escrever não têm como usar esse conhecimento para entender mais de uma frase. São, respectivamente, 30% e 37% da população.

Os dados constam de uma pesquisa realizada com 2 mil pessoas em todo o País pelo Instituto Paulo Montenegro/Ibope em parceria com a organização não-governamental Ação Educativa. Um dos destaques do trabalho é o aumento, entre 2001 e 2003, da presença de mulheres no nível 3, o dos plenamente alfabetizados. Fazem parte do grupo 29% de mulheres e 21% de homens, ante, respectivamente, 28% e 24% em 2001.

Em relação a 2001, o índice de analfabetos caiu de 9% para 8% e o de analfabetos funcionais do nível 1, de 31% para 30%. O percentual de alfabetizados de nível 3 caiu de 26% para 25%, a variação que permanece dentro da margem de erro da pesquisa.

*“O que explica esses números é o brutal déficit educacional brasileiro. Cerca de 60% da população não teve oito anos de estudo”,* explica a secretária-executiva da Ação Educativa, Vera Masagão. Para reduzir o analfabetismo funcional, que causa queda de US\$ 6 bilhões anuais na produtividade dos brasileiros, ela sugere promover acesso aos livros e dar maior ênfase no ensino à leitura e à escrita.<sup>8</sup>

Enquanto Isso:

### 2:6) Bancos elevam lucros em dólar no governo Lula

O lucro de 12 dos maiores bancos do país, nos primeiros seis meses do governo Lula, foi superior ao apresentado durante todos os primeiros semestres dos oito anos do governo FHC (1995-2002). De acordo com o trabalho da

Austin Asis, o lucro nominal dos bancos no primeiro semestre deste ano somou R\$ 4,29 bilhões. O resultado é superior ao do mesmo período de 2002, que foi de R\$ 4 bilhões, tido como recorde na história do país.

Em dólar, o lucro dos bancos no primeiro semestre atingiu US\$ 1,49 bilhão, contra US\$ 1,41 bilhão de 2002 e US\$ 1,47 bilhão de 2001. Segundo Erivelto Rodrigues, presidente da Austin Asis, o lucro recorde dos bancos se deve, em primeiro lugar, à política monetária de juros altos do Banco Central. E, em segundo lugar, à volatilidade do câmbio. *“Os bancos ganham dinheiro tanto na alta como na baixa do dólar”,* afirma. Outro fator que explica o alto lucro dos bancos é o *“spread”* (diferença entre o custo de captação do dinheiro e o que é cobrado do tomador) de **cerca de 33%** ao ano cobrado pelos bancos nas operações de empréstimos. *“São os maiores ‘spreads’ do mundo”.*

	Lucro em reais (R\$ milhões)	Cotação do dólar usada na conversão, em R\$
Jun/95	603,46	0,922
Jun/98	966,991	1,158
Jun/00	2.482,611	1,8
Jun/01	3.400,651	2,305
Jun/02	4.018,774	2,844
Jun/03	4.291,252	2,871

(\*) cotação em 30 de junho de cada período Fonte: Austin Asis<sup>9</sup>

Para este ano, a Austin Asis prevê que o lucro dos bancos seja o maior da história.

### 2:7) Sinal dos Tempos

Reportagens publicadas pela *Folha*<sup>10</sup> revelam o profundo desequilíbrio entre os setores econômicos brasileiros. De um lado, ganhos elevados das instituições financeiras; de outro, a

<sup>(8)</sup> *O Estado de São Paulo*, 09/09/2003, p. A-10.

<sup>(9)</sup> *Folha de São Paulo*, 11/08/2003, p. B-1.

<sup>(10)</sup> *Idem*.

penúria industrial. O lucro nominal de 12 bancos atingiu R\$ 4,3 bilhões no primeiro semestre, resultando em uma rentabilidade média de 23,8% sobre o patrimônio líquido, de acordo com a consultoria Austin Asis.

A lucratividade bancária está associada à política de juros altos do Banco Central, à volatilidade da taxa de câmbio e às elevadas tarifas e taxas praticadas no mercado de crédito – em média 38,6% ao ano para empresas e 81,4% para pessoas físicas durante o mês de junho.

Em contraste com o mundo financeiro, estudo elaborado pelo Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) mostrou que a produção de eletroeletrônicos, de produtos farmacêuticos, de cimento e de materiais plásticos regrediu ao mesmo patamar de 1991. A produção de eletroeletrônicos estaria apenas 2,3% acima da registrada no primeiro semestre daquele ano. Se comparada à do primeiro semestre de 2002, caiu 22%. A produção de vestuários foi 36% inferior à do início dos anos 90. Em relação ao primeiro semestre do ano passado, houve uma queda de 20,2%. São números que revelam os impactos das políticas monetária e fiscal restritivas. Os mais prejudicados foram os que dependem do mercado interno e do crédito bancário.

Esse panorama demonstra que a política econômica continua prejudicando os setores produtivos, geradores de renda e de emprego. A taxa de juros real paga por empresas e consumidores encontra-se em patamares elevadíssimos, mantendo os altos lucros bancários e o baixo crescimento da atividade econômica. Não é demais insistir que, diante de tal cenário, caberia ao Banco Central adotar uma política mais agressiva de queda dos juros básicos. A alternativa é continuarmos assistindo ao triste “espetáculo da recessão”.<sup>11</sup>

Apesar de termos sérias dúvidas, depois de termos acesso a estas informações, quanto aos esforços que vêm sendo realizados por nossas elites para concretizar o que estava escrito naquelas Declarações, sempre tínhamos algumas esperanças à medida que nos convencíamos das suas afirmativas de que:

- “Esperando o bolo crescer, sobrará alguma coisa para todos”;
- “Abrindo nossas fronteiras aos produtos estrangeiros, nossas empresas seriam obrigadas a se modernizar e todos lucrariam com isso;
- “Possibilitando a compra das nossas empresas públicas pelo capital estrangeiro, só teríamos a lucrar, pois elas passariam a ser comandadas por quem detinha a exclusividade da modernidade tecnológica nas mãos”.

Entretanto, ficamos mais assustados e perplexos à medida que nos mostraram que hoje as condições já existentes para concretizar o que está escrito naquelas Declarações são infinitamente maiores do que na época em que foram formuladas. Depois do advento da Terceira Revolução Técnico-científica, a partir da década de 70 do século passado, que introduziu, como auxiliares na produção de riquezas mundiais, a robótica, a informática, a automação, a engenharia genética, os novos materiais, acompanhados das novas formas de organização e administração das relações de trabalho (reengenharias, células de trabalho, terceirização, etc.), a produção de riqueza no planeta atingiu montantes impensáveis até pouco tempo atrás.

Assim, lendo um artigo recente do jornalista Washington Novaes, perdemos definitivamente nossa inocência ao constatar que:

*“A cada dia, 100 mil pessoas morrem no mundo em conseqüência de deficiências na nutrição, de infecções e epidemias que afetam mais os desnutridos. São 36 milhões por ano, 58% das mortes no mundo (total de 62 milhões/ano). E, como nascem uns 150 milhões de pessoas por ano, o saldo é de 88 milhões. Só que boa parte dessas pessoas vai sofrer dos mesmos problemas, porque descende de 1,2 bilhão de habitantes do planeta que têm menos de um dólar por dia, 70 reais por mês... Hoje, diz a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), 826 milhões de pessoas passam fome no mundo.... E, no entanto, diz a mesma FAO, o*

<sup>(11)</sup> Editorial da *Folha de São Paulo*, 12/08/2003, p. A-2.

*planeta poderia tranqüilamente alimentar até 12 bilhões de pessoas, o dobro da população atual, fornecendo a cada uma delas, no mínimo, 2 mil a 2.700 calorias por dia (a necessidade varia segundo o clima e outros fatores). Hoje mesmo já se produzem mais calorias que o necessário para todos os habitantes do planeta, mas nem todos podem comprá-las”.*<sup>12</sup>

Afetados, a partir deste momento, pelo vírus da curiosidade ao examinarmos mais detalhadamente os dados acima citados, verificaremos que:

“... A crise de moradia e de saneamento básico é antiga e se agrava na medida em que o Estado brasileiro – União, Estados e Municípios – pouco trabalhou e pouco vem investindo nessas questões”;

“... A orientação é respeitar o Estado de Direito democrático e as leis. E todas as partes têm que fazer isso. Está na lei, por exemplo, que o governo tem de fazer a reforma agrária. Se as leis não correspondem às necessidades, há formas democráticas de mudá-las. Inclusive a Constituição”;

“... Preocupada, muito justamente, com a fome que ainda assola parcelas da população, a nova administração federal tem um papel crucial a desempenhar na formulação e aplicação dessas políticas – caso pretenda cumprir suas promessas de governar para o social”;

“... A obtenção de terras para a sua efetivação deverá passar, necessariamente, pela desapropriação social, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal”;

“... A lucratividade bancária está associada à política de juros altos do Banco Central, à volatilidade da taxa de câmbio e às elevadas tarifas e taxas praticadas no mercado de crédito – em média 38,6% ao ano para empresas e 81,4% para pessoas físicas durante o mês de junho”.

Portanto, se a crise de moradia, da saúde pública, da educação pública e de saneamento básico (entre tantas outras deficiências que constituem o universo de existência da grande maioria da população brasileira) é antiga e se

agrava na medida em que o Estado brasileiro – União, Estados e Municípios – pouco trabalhou e pouco vem investindo nessas questões, e que se a enorme lucratividade dos bancos está associada à política de juros altos do Banco Central, concluímos que a análise feita por Pierre Bourdieu, a respeito do predomínio da “mão direita” do Estado (burocratas do ministério das Finanças, dos bancos públicos, do ministério do Planejamento, do Banco Central, etc..) sobre a “mão esquerda” do Estado (os chamados Ministérios Sociais: Educação, Saúde, Trabalho e Previdência Social, etc..) “cai como uma luva” na situação brasileira.

Bourdieu afirma que os tecnocratas da “mão direita”, banhados por uma visão mercantilista da causa pública, ligados à ótica dos interesses do mercado financeiro internacional, não querem pagar o preço das políticas públicas e promovem a retirada do Estado de uma série de atividades que eram sua incumbência e pelas quais era responsável. Mais do que isso, insistem em manter em dia os pagamentos dos elevadíssimos juros das dívidas já pagas há muito tempo, respeitando contratos financeiros, mesmo que isso implique em desrespeitar todos os contratos sociais anteriormente assumidos, que possibilitariam atender as necessidades vitais de toda a população do país.

Ele chega a constatar que: “*o que surpreende é que tenham contribuído (governos socialistas e social-democratas) a tal ponto para a depreciação da coisa pública: primeiro nos fatos, por todo tipo de medidas ou políticas, visando a liquidação das conquistas do welfare state e principalmente, talvez, no discurso público de elogio à empresa privada (como se o espírito de empreendimento não fosse possível em outro terreno a não ser na empresa), de estímulo ao interesse privado. Tudo isso tem algo de surpreendente, sobretudo para aqueles que são enviados à linha de frente, para desempenhar as funções ditas ‘sociais’ e suprir as insuficiências mais intoleráveis da lógica do mercado, sem que lhes sejam dados os meios de cumprir verdadeiramente a sua missão*”.<sup>13</sup>

<sup>(12)</sup> NOVAES, Washington; *O Estado de São Paulo*, 24/05/2002, p. A-2.

<sup>(13)</sup> BOURDIEU, Pierre; *Contrafogos – táticas para enfrentar a invasão neoliberal*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1998, p. 11.



## II – Como foi construído este enredo e o que está se passando:

Na evolução do sistema capitalista, os Direitos Humanos (os direitos da cidadania) passaram a ser respeitados na lei, mas não em sua aplicação. Ficaram limitados ao discurso oficial, como um balizador que não baliza, ou como um farol permanentemente apagado, mas existente:

O fato de ser cidadão não é visto como definidor dos direitos, pelo contrário, é o fato de ter direitos que é visto como definidor de cidadania: “um homem de bem é definido como sendo aquele homem portador/proprietário de bens”.

O paradoxo iria se aguçar:

O que iria ocorrer nas relações econômicas no mundo capitalista (local onde se reproduziria uma concentração de poder nunca vista e desigualdades sociais cada vez maiores) se contrapunha e inviabilizaria o que estava definido no campo jurídico-político: ou seja, como essa mesma sociedade, dita moderna e democrática, se desenharia no tocante às relações sociais, à qualidade de vida, ao acesso à produção cultural e aos seus espaços formais de divulgação, à educação pública e de qualidade para todos, à saúde pública, universal e de qualidade, à infra-estrutura básica de existência (esgoto tratado, água potável, iluminação pública, redes de transporte público de qualidade, coleta e tratamento do lixo público e industrializado, proteção de mananciais de água e preservação de florestas, etc...). Estes direitos definidores da existência de uma cidadania ficariam restritos aos “homens de bens”: os direitos de uma cidadania ficariam reduzidos a serem privilégios de um setor social com poder político de reivindicá-los.

Mas, ao mesmo tempo, o modo de produção capitalista não poderia ignorar o que estava definido a nível jurídico-político – a qualidade de vida é um

direito de todos os cidadãos –, pois estas Declarações constituíam, simplesmente, a sua legitimidade perante si próprio e o que o distinguia das sociedades anteriores: o mundo escravocrata e o feudal. Além de constituírem uma base de propaganda ideológica que o iria contrapor às experiências socialistas, surgidas posteriormente.

Não é por acaso, que nenhum líder, mesmo os ditadores, falavam, ou se expressam, contra estas Declarações. Ou melhor, até as mais cruéis ditaduras, que iriam perpetrar os maiores crimes contra os Direitos Humanos, se legitimavam afirmando que eram defensoras destes mesmos Direitos, que teriam sido ameaçados por supostos “inimigos internos” da Democracia e dos valores da família e da religião. Vale dizer, as relações econômicas do mundo capitalista por mais cruéis que fossem teriam que conviver, contraditoriamente, com a força histórica da Declaração dos Direitos Humanos; evidentemente, não a negando, mas procurando tratá-la como norma programática e procurando retirar dela a sua eficácia plena.<sup>14</sup>

Aqui temos problemas no campo jurídico-político:

- As nações e seus líderes que aderiram à Declaração Universal dos Direitos Humanos, à Declaração Francesa dos Direitos Humanos e do Cidadão cometeram e estão cometendo ato de perjúrio: a responsabilidade dos líderes de uma nação, perante o Direito Internacional e o Tribunal Penal Internacional, não está somente quando praticaram atos de tortura física e de eliminação de opositores às suas diretrizes governamentais; mas também, na tomada de decisões, que afetem os interesses vitais dos indivíduos, quando abundam recursos materiais e humanos que possibilitariam, caso fossem utilizados, uma vida digna e de qualidade para todos.

<sup>14</sup> As normas programáticas, conforme salienta Jorge Miranda, “são de aplicação diferida, e não de aplicação imediata; mais do que comandos-regras, **explicitam comandos-valores**; conferem *elasticidade* ao ordenamento constitucional; têm como destinatário primacial – embora não o único – o legislador; a cuja opção fica a ponderação do tempo e dos meios em que vêm a ser revestidas de plena eficácia (e nisso consiste a discricionariedade); **não consentem que os cidadãos ou quaisquer cidadãos as invoquem já (ou imediatamente após a entrada em vigor da Constituição)**, pedindo aos tribunais o seu cumprimento só por si, pelo que pode haver quem afirme que os direitos que delas constam, *máxime os direitos sociais, têm mais natureza de expectativas que de verdadeiros direitos subjectivos; aparecem, muitas vezes, acompanhadas de conceitos indeterminados ou parcialmente indeterminados*” (MORAES, Alexandre; *Direito Constitucional*, Editora Atlas S.A, 2004. p. 45 – citado em: Miranda, Jorge. *Manual de direito constitucional*. COIMBRA Editor, 1990. t.1, p. 138).

- Podemos afirmar que: em vários momentos da evolução da sociedade capitalista ser a favor da justiça é se voltar contra a justiça constituída; ser a favor da legitimidade seria se colocar na ilegalidade; portanto, ao se querer cumprir uma Constituição, que está acima das leis, que deve ser respeitada por todos, governantes e governados, principalmente no tocante ao respeito dos direitos sociais, a cidadania poderá ser responsabilizada legalmente por tentar cometer tal ato insano.

Como um exemplo, entre inúmeros, poderíamos citar que no recente período ditatorial brasileiro, legalizado por Atos Institucionais, quando se estabeleceu, praticamente, a proibição do direito legítimo da greve, reconhecido, com raríssimas exceções, em todo o planeta como uma conquista da democracia, ser a favor da justiça (estar do lado de um direito e de uma conquista internacionalmente reconhecidos) era se colocar na ilegalidade e passível de ser preso.

Poderíamos citar outros exemplos, envolvendo diversos conflitos sociais, que estão diariamente nos jornais; ou então, reler os dados acima citados a partir destas observações.

### **III – A reação da cidadania humaniza gradativamente o Capitalismo, ao mesmo tempo, que o vai viabilizando:**

A evolução do Capitalismo – tendo como parâmetro, a construção das democracias nos países mais avançados econômica, científica e tecnologicamente – pode ser estudada como a luta permanente e incessante da cidadania, em geral, e da classe trabalhadora, em particular, em suplantarem este paradoxo. E como o fizeram:

Tomando como empréstimo a ‘psicopatologia do trabalho’ – um dos ramos científicos dedicados ao estudo do que ocorre com o corpo humano nos diversos processos de trabalho – poderíamos afirmar que através das diversas etapas de evolução do capitalismo, duas facetas do mesmo corpo humano entravam em choque: enquanto o lado mão-de-obra se alienava, se deteriorava nas diversas rotinas de trabalho, o lado cidadão se articulava, gradativa-

mente, em diversas formas de organização social, lutando para melhorar as condições de trabalho. Num primeiro momento, procurando alterar qualitativamente a organização de trabalho, num segundo momento; e, simultaneamente, buscando mudar qualitativamente a sua vida, atuando diretamente na busca da melhoria das condições de moradia, e exigindo o acesso aos diversos serviços públicos.

Assim, a luta pela melhoria das condições de trabalho e pela reforma qualitativa da organização do trabalho, significava: prevenir acidentes e doenças ocupacionais; ter o direito às informações, a um trabalho que fosse mais criativo e, portanto, mais saudável; a eliminação dos degraus burocráticos, inúteis, que dificultavam o fluxo de informações e da criatividade dentro da empresa; o acesso ao significado das rotinas do trabalho, etc..

Em seu conjunto, e isso é importante para qualificar uma democracia, essas lutas constituíram fases importantes na formação de um trabalhador mais consciente dos direitos e de seus deveres, logo, foram, e são, instrumentos importantes na formação da cidadania e na solidificação da democracia. Assim como, concomitantemente, a conquista gradativa de um Estado de Bem-Estar Social; do direito a um ensino público, gratuito e de qualidade; à saúde pública, universal e de boa qualidade; ao transporte urbano de qualidade; à moradia decente; à infra-estrutura básica, etc., vão fazer, e fazem, parte da constituição de uma cidadania real.

Sem a existência destas lutas e das organizações populares que, com sua credibilidade, articulam a massa cidadã nestes conflitos sociais, uma democracia perde sentido.

Sintetizando, poderíamos afirmar, que pressionado, externamente, pelas experiências socialistas (o inimigo benéfico) e, internamente, pela organização crescente dos diversos segmentos da classe trabalhadora e da cidadania, o capitalismo foi sendo obrigado a se democratizar, a lucrar distribuindo melhor a renda, a conviver com uma maior participação social (das mulheres, dos negros, dos estudantes, das ditas minorias, dos imigrantes, dos trabalhadores, dos jovens, etc..).



Por isso, no período histórico de 1945-1975, conhecido com as “*Três Décadas de Ouro do Capitalismo*” (segundo o historiador Eric Hobsbawm),<sup>15</sup> este modo de produção cresce economicamente a índices não mais atingidos, ao mesmo tempo, que ocorre uma distribuição de renda progressiva. Por isso, a classe trabalhadora em seus diversos segmentos - diferenciada internamente em função da posição ocupada no universo produtivo e do maior ou menor grau de organização -, possuindo uma retaguarda crescente de serviços públicos e a segurança de um trabalho de longa duração, podia planejar com certa margem de segurança o futuro de seus filhos. É o momento histórico, no Capitalismo, onde o sacrifício dos pais adquire sentido, pois eles tinham uma certa garantia que o futuro de seus filhos seria melhor que o deles. Assim, a Democracia parecia ser viável e podia ser utilizada pelas elites ocidentais capitalistas, como bandeira ideológica, se contrapondo às experiências socialistas, então existentes.

Cria-se, portanto, uma cultura histórica, na qual trabalhar passa a ter como complemento obrigatório, o direito a um trabalho “digno” e “justamente” remunerado – pelo menos assim passava a ser gradativamente percebido pela população. Para que a pessoa pudesse cumprir o ato de trabalhar, a sociedade tinha a responsabilidade ética de promover e apoiar uma cultura baseada num trabalho digno, assegurando-o aos adultos como direito, enquanto as crianças e os jovens passavam a ter o direito a uma formação escolar sólida, sendo proibido a sua utilização prematura no trabalho – se concretiza o direito internacional da infância e da adolescência.

Neste período histórico, a economia, a obtenção e a reprodução do lucro, passam a ser, gradativamente, balizados, pela ética e pela vigilância da cidadania.

Em resumo, esta fase do Capitalismo significou para a classe trabalhadora, devido às suas lutas, “*a perspectiva de sair progressivamente da miséria, da instabilidade, da incerteza do futuro e da opressão desenfreada, que basicamente caracterizaram até aquele momento a condição proletária. É juntamente*

*a garantia de adquirir direitos, não só formais (direitos cívicos e políticos), mas reais (direitos sociais), cujo respeito seria garantido pelo Estado, e de ter acesso a uma vida senão agradável, pelo menos suportável (aceitável).”<sup>16</sup>*

#### **IV – A batalha entre conceitos ou como é difícil ser democrata:**

A esquizofrenia existente, no modo de produção capitalista, entre o que está declarado a nível jurídico-político e o que realmente ocorre no cotidiano das relações sociais e econômicas, aguça o conflito entre formas de existência: a participação ativa nas macro-decisões sociais (o que define a cidadania) versus a mera reprodução de um cotidiano, seja ele, na produção de bens materiais ou simbólicos, seja em outras formas de existência (o que define um comportado e eficiente trabalhador, carregando, na melhor das hipóteses, diariamente, em todos os instantes, o seu crachá – a sua verdadeira identificação social e que busca constantemente a sua “empregabilidade”).

#### **IV:1) O trabalho enquanto direito versus o trabalho enquanto dever:**

##### **1) Trabalho enquanto direito:**

*“Na historia das culturas e do desenvolvimento da civilização ocidental, o conceito de trabalho foi o que sofreu a mais radical revalorização, coisa que não se pode imaginar com dramaticidade suficiente. Se identificarmos a alvorada da civilização ocidental com a Antiguidade grega, o trabalho era o estigma que excluía as pessoas da sociedade. Os que trabalhavam não eram membros da sociedade, que, na época, se concebia como comunidade política. Mulheres e escravos, que se encarregavam do trabalho, eram externos, a eles se negavam até mesmo as qualidades humanas essenciais que estavam*

<sup>(15)</sup> HOBBSAWM, Eric; *Era dos extremos – o breve século XX 1914-1991*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

<sup>(16)</sup> BIHR, Alain; *Da grande noite à alternativa – o movimento operário europeu em crise*, São Paulo, Boitempo editorial, 1998, p. 38.

*ligadas, sobretudo, às relações políticas na polis*".<sup>17</sup>

Quando se pensa o trabalho enquanto direito, define-se que um cidadão ao chegar à idade adulta, passa a ter o direito a desempenhar o papel de produtor de bens materiais ou simbólicos, produtor de riquezas sociais e, assim passa a contribuir para aumentar o bem-estar da sociedade e a lhe devolver e aos novos seres que nascem, sob a forma de deveres, aqueles direitos que a ele foram garantidos nas etapas anteriores da sua vida.

Isso quer dizer que ele, além de trabalhar, continua a exercer o papel de cidadão ativo nas decisões sociais. E, só assim, consegue alterar qualitativamente o modo de existência, as condições e a forma de trabalhar.

Além disso, o trabalho enquanto direito, ao não centralizar toda a vida no ato de trabalhar, permite a cada indivíduo desempenhar de forma ativa outros papéis sociais, o que lhe irá possibilitar, ao se aposentar, não perder todo o seu universo de existência e de identificação social.

### **1:2) O trabalho enquanto dever:**

Com o início da Primeira Modernidade<sup>18</sup> – naturalmente diante do pano de fundo das revoluções burguesas, da ascendente economia de mercado, do capitalismo em rápida expansão –, o trabalho passou a ser a característica central da identidade social, da posição social, da segurança existencial do homem. O conceito de trabalho foi totalmente remodelado. E nisso há uma ironia histórica, *“pois, no começo do desenvolvimento da civilização ocidental, era ínfimo o valor que se atribuía ao trabalho, sendo que havia uma grande quantidade de outras ocupações, como a atividade política, a criação artística ou os ofícios, todos importantes na medida em que com elas se produziam objetos importantes, ao passo que o trabalho se anula permanentemente no consumo do seu próprio produto. Mas a civilização ocidental recalçou e esqueceu as*

*outras formas de atividade, erigiu a sociedade unicamente sobre o trabalho e, desse modo, procedeu à revalorização desse conceito. Agora, porém, por causa da racionalização crescente, o trabalho está se extinguindo*".<sup>19</sup>

O indivíduo é reconhecido e identificado socialmente porque exerce a função de trabalhador e não porque seja um cidadão. Aliás, esta postura – de cidadão – passa a ser vista como impeditiva do exercício daquele papel: o trabalhador seria tão mais “empregável”, quanto menos cidadão fosse. Coerentemente, o sistema educacional passou a priorizar a “preparação dos educandos para o trabalho e não para a cidadania”. A “sua” empresa preencheria toda a sua existência e no “*happy hour*”, carregando o seu crachá, continuaria a falar sobre os problemas do “seu” trabalho com outros felizes carregadores de crachá.

Centralizando toda a identificação social no ato de ser trabalhador, o desemprego passa a ser uma ameaça radical para a sua existência, pois ele não só para de trabalhar, como deixa de existir socialmente, apesar de, “infelizmente”, continuar vivo. Agora, porém, por causa da racionalização crescente – o advento da Terceira Revolução Técnico-Científica e a sua apropriação pelos interesses da especulação financeira internacional – a sociedade do pleno emprego está se extinguindo. Como a sociedade está desobrigada perante os trabalhadores – não mais cidadãos – desempregados, dá para perceber o tamanho dos problemas que hão de surgir para as pessoas privadas do fundamento do trabalho. Desaparecerão, inclusive, as bases de legitimação da desigualdade social – o que irá afetar radicalmente a ordem social existente.

O regime do risco passa a dominar o centro da sociedade produtiva e o medo passa a ser o eixo das relações sociais.

Viver em torno somente do trabalho, numa sociedade neoliberal, é estar condenado ao mais vergonhoso dos sentimentos: o da vergonha. Pois nela: *“o emprego depende do crescimento, o*

<sup>(17)</sup> BECK, Ulrich; *Liberdade ou capitalismo*, São Paulo, Fundação da editora Unesp, 2002, pp. 159/60.

<sup>(18)</sup> Caracterizamos como Primeira Modernidade, a fase histórica que marca o processo da afirmação das revoluções burguesas, e a ascendente economia de mercado, que vão possibilitar, conjuntamente, que o capitalismo se firme como norma estabelecida do modo de produção dominante.

<sup>(19)</sup> idem.

*crescimento depende da competitividade, a competitividade, da capacidade de suprimir empregos. E isso significa dizer: para lutar contra o desemprego, nada melhor do que demitir!”<sup>20</sup>*

Depender totalmente do trabalho como única forma de sobreviver e, muitas vezes, precariamente, é estar condenado a se mostrar permanentemente útil numa economia de cassino, também conhecida como “economia de mercado”. Mostrar-se permanentemente útil, neste tipo de sociedade, é tornar-se sempre rentável; vale dizer, lucrativo ao lucro, tornar-se “empregável”, no discurso ideológico hegemonicamente dominante; “explorável”, na realidade.

*“Mas o que ocorre com o direito de viver quando este não mais opera, quando é proibido cumprir esse dever (de trabalhar) que lhe dá acesso, quando se torna impossível aquilo que é imposto? Sabemos que hoje em dia estão permanentemente fechados esses acessos ao trabalho, aos empregos,... tudo isso impingido sob o signo da fatalidade. Será normal, então, ou mesmo lógico, impor justamente aquilo que está faltando? Será que é legal exigir o que não existe como condição necessária de sobrevivência?”<sup>21</sup>*

O que significa cotidianamente pertencer a uma sociedade neoliberal, na qual a identificação social se dá unicamente pelo fato de estar empregado? É estar envolvido com rotinas bem estranhas: procurando efetiva e permanentemente um trabalho, qualquer que seja e sob qualquer remuneração, que não existe. É estar obrigado “a passar horas, durante dias, semanas, todo mês, todo ano, em vão, barrado previamente pelas estatísticas”. É se perguntar cotidianamente se “será útil viver quando não se é lucrativo ao lucro?” é concluir que “para além da exploração dos homens, havia algo ainda pior: a ausência de qualquer exploração”<sup>22</sup>

É, portanto, se considerar “desfiliado”, “supérfluo”. E por essa razão nocivo. E sendo assim...

Mais do que nunca se coloca a questão de como chegamos a este estado de coisas, numa sociedade que continua a se identificar com a Declaração dos Direitos do Homem e da Cidadania e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos? Mais, ainda, é se perguntar como chegamos neste estado de retrocesso social no exato momento histórico em que a raça humana atingiu um patamar tecnológico-científico que permite criar riquezas em proporção muito maior do que as necessidades humanas atualmente existentes?

Mais do que nunca se coloca a questão da cidadania. Se a Democracia ainda tem sentido ou se ela teria que sofrer uma injeção de participação social que a revalidasse perante a população?

#### **IV:2) Democracia representativa versus democracia participativa: A Inviabilidade da democracia no capitalismo?**

##### **1) Introdução: a rebelião das elites**

A partir do meio da década de 70 do século passado, algo inusitado acontece na história do capitalismo, que passou a ser conhecido como “a rebelião das elites”: “*uma vez foi a ‘rebelião das massas’ que se considerava ameaçando a ordem social e as tradições civilizadoras da cultura ocidental. Atualmente, a principal ameaça vem daqueles que estão no topo da hierarquia social. Esta notável mudança nos acontecimentos confunde nossas expectativas quanto ao curso da história e coloca em questão antigas hipóteses*”.<sup>23</sup>

Os séculos 18, 19 e 20 foram caracterizados pela luta dos pobres contra os ricos. As revoluções burguesas do século 18, as revoluções americana e francesa foram todas caracterizadas pela luta dos pobres que queriam conquistar o direito ao mínimo de bem-estar e um mínimo de dignidade.

<sup>(20)</sup> FORRESTER, Viviane; *Uma estranha ditadura*, São Paulo, Fundação da editora Unesp, 2001, p. 9.

<sup>(21)</sup> FORRESTER, Viviane, *O horror econômico*, São Paulo, Fundação da editora Unesp, pp. 14/5.

<sup>(22)</sup> FORRESTER, Viviane; *O horror econômico*, São Paulo, Fundação da editora Unesp, 1997, p. 16.

<sup>(23)</sup> LASCH, Christopher; *A rebelião das elites e a traição da democracia*, Rio de Janeiro, Ediouro, 1995.

Nos últimos anos do século 20, com a queda das experiências socialistas, que contribuíram para o enfraquecimento das organizações dos trabalhadores e da cidadania em cada país, as elites economicamente dominantes puderam utilizar a seu exclusivo interesse as inovações da Terceira Revolução Técnico-científica, o que irá possibilitar-lhes produzir riquezas utilizando cada vez menos mão-de-obra. Um novo tipo de luta surge: uma guerra sem quartel dos ricos contra os pobres. Pela primeira vez, os ricos se mostram mais raivosos do que os pobres. Há uma afirmação de elitismo, de elitização inexistente nos dois séculos anteriores. Hoje, os ricos conquistaram o descaramento de não se envergonharem de sua hegemonia e de sua riqueza cada vez maior.

Eles organizaram uma guerra concêntrica contra os pobres, que tem como objetivo:

- Reduzir/eliminar o Estado de Bem-Estar Social;
- Aumentar o desemprego estrutural<sup>24</sup> e utilizá-lo em benefício da precarização da força de trabalho e do enfraquecimento dos sindicatos;
- Deslocar as fábricas para os países onde haja oferta de mão-de-obra qualificada, capaz e de baixo valor e onde a legislação local seja flexível, a tal ponto, que permita não obedecer às regras internacionais de proteção ambiental e das condições de trabalho;
- Abertura para poder poluir o “Terceiro Mundo”;

- Abertura para reduzir os direitos civis e aumentar as desigualdades sociais.

O predomínio das formas patrimoniais e financeiras, acentuado no final do século passado, vem levando à exasperação os conflitos entre Capitalismo (modo de produção específico) e democracia (regime político que defende a maior participação da cidadania nas decisões de interesse público).

Há um abismo crescente entre as promessas de progresso para todos e a realidade do aumento da pobreza e da desigualdade: a violência é essencialmente uma reação pragmática e ensandecida dos que foram expropriados das utopias da liberdade, igualdade e fraternidade. Não é fácil esconder a fratura entre a liberdade que se proclama e a submissão que se exige.

No mundo em que mandam os mercados da riqueza já produzida, os bem-sucedidos – países e classes sociais – acumulam “tempo livre” sob a forma de capital fictício (títulos que representam direitos à apropriação da renda e da riqueza), enquanto os “liberados” da produção competem desesperadamente pela sobrevivência: seu tempo “livre” é um tempo de desemprego estrutural.

Por isso, Lash afirma que: *“atualmente, entretanto, a democratização da riqueza – a expectativa de que cada geração desfrute de um padrão de vida a que seus antepassados não tinham acesso – cedeu lugar a uma inversão na qual as antigas desigualdades estão começando a se restabelecer, às vezes num ritmo assustador, às vezes tão gradualmente*

<sup>(24)</sup> Caracterizamos como “desemprego estrutural”, a fase histórica, a partir da década de 70 do século passado, na qual se consolidam alguns eventos importantes para a fase neoliberal do capitalismo: a queda das experiências socialistas; a fragilização progressiva das organizações sociais envolvidas diretamente com as questões da organização do trabalho e com as lutas fora dela; a Terceira Revolução Técnico-Científica, que permite, entre outras coisas, a robotização, a automação, e a introdução de novas formas organizativas do processo de trabalho; e, por último, a hegemonização dos interesses do capital financeiro, como fim último a ser alcançado nesta fase do Capitalismo. Viviane Forrester assinala que, neste momento histórico, *“um desempregado não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas alguns setores; agora, ele está às voltas com uma implosão geral, com um fenômeno comparável a tempestades, ciclones e tornados, que não visam ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir. Ele é objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho; vale dizer, empregos. Mas – e esse desencontro tem efeitos cruéis – o social e o econômico pretendem ser sempre comandados pelos intercâmbios efetuados a partir do trabalho, ao passo que este último desapareceu. Os desempregados, vítimas desse desaparecimento, são tratados e julgados pelos mesmos critérios usados no tempo em que os empregos eram abundantes. Responsabilizados por estarem desprevenidos, eles são ludibriados, acalentados por promessas falaciosas anunciando o pronto restabelecimento daquela abundância e a pronta reparação das conjunturas prejudicadas por alguns contratemplos. Resulta daí a marginalização impiedosa e passiva do número imenso, e constantemente ampliado, de ‘solicitantes de emprego’ que, ironia, pelo próprio fato de se terem tornado tais, atingiram uma norma contemporânea; norma que não é admitida como tal nem mesmo pelos excluídos do trabalho, a tal ponto que estes são os primeiros a se considerar incompatíveis com uma sociedade da qual eles são os produtos mais naturais.”* (FORRESTER, Viviane, *O horror econômico*, Fundação da editora Unesp, 1997, p. 11).



*que passam despercebidas. A disparidade global entre riqueza e pobreza, o exemplo mais óbvio desta reversão histórica, tornou-se tão evidente que é quase desnecessário rever as provas das crescentes desigualdades.... Agora mesmo, a devastação é tão grande que a nossa única reação diante dos espetáculos de fome e miséria com as quais a mídia nos presenteia todos os dias não é tanto de indignação quanto de indiferença.”<sup>25</sup>*

## **2:2) Democracia é conflito: democracia participativa dá qualidade à democracia representativa**

A atual intensificação dos conflitos sociais, no Brasil, à medida que os lemas: “quem espera sempre alcança”, “devagar se vai longe”, “é mais um anjinho no céu” ou “quem dá aos pobres empresta a Deus”, vão perdendo a sua força de convencimento, preocupa os setores conservadores que priorizam a ordem em relação à justiça. Seus representantes defendem o óbvio fragmentado: que a lei, as suas propriedades e os seus contratos particulares devem ser respeitados. E exigem do Estado o que está longe de ser evidente: que ele não cumpra as suas obrigações com respeito às políticas públicas, favoreça, utilizando verbas públicas, interesses privados e reprima os movimentos sociais, que se organizam pela defesa da lei, do cumprimento dos contratos sociais, do que está estabelecido na Constituição. Será que existe motivo para tanta inquietação?

Dado que o governo não se sente com coragem para inverter a equação perversa de altos juros, do predomínio interno da mão direita sobre a mão esquerda<sup>26</sup>, dado que ele continua a lutar com

medidas econômicas restritivas e de contenção dos gastos sociais em defesa de uma estabilidade monetária coerente com a existência de uma sociedade desestabilizada socialmente, talvez não reste ao povo alternativa senão protestar e pressionar por condições mínimas de emprego e sobrevivência.

Mas o pensamento autoritário seja ele de origem oligárquica, liberal clássica ou tecnocrática sempre dirá que as decisões em favor de uma sociedade com melhor qualidade de vida não serão executadas, por um governo pressionado pelas lutas sociais. Ao mesmo tempo em que afirmam isto, as elites organizam-se, diariamente, nas mais diversas formas de luta – legais ou ilegais – para pressionar este mesmo governo a legislar em sua causa própria.

Para o pensamento oligárquico, porque é autoritário, por definição, as lutas sociais ameaçam o que seria uma democracia ideal, aquela onde reinaria a paz dos cemitérios; para o pensamento liberal clássico, a democracia, no caso predominantemente representativa, significa dar autonomia ao governo eleito para tomar decisões (que só poderão ser avaliadas e questionadas pelos cidadãos nas próximas eleições); já para o pensamento tecnocrático, a razão técnica deve sempre prevalecer, não pode ser poluída por valores éticos ou com preocupações com o bem-estar social.

E o que diz o pensamento democrático preocupado com a viabilidade da democracia?

Afirma que o conflito social e o debate público são dois elementos constituintes das democracias modernas. Não existe democracia sem convivência com conflitos e sua solução através do compromisso

<sup>(25)</sup> Idem, pp. 42/3.

<sup>(26)</sup> utilizamos o conceito “mão esquerda e a mão direita do Estado” de Pierre Bourdieu: “na pesquisa que fizemos sobre o sofrimento social, encontramos muitas pessoas que, como esse diretor de escola, estão mergulhadas nas contradições do mundo social, vividas sob a forma de dramas pessoais...Ele enfrenta contradições que são o limite extremo daquelas que vivem todos os chamados ‘trabalhadores sociais’: assistentes sociais, educadores, magistrados e também, cada vez mais, docentes e professores primários. Eles constituem o que eu chamo de mão esquerda do Estado, o conjunto dos agentes dos ministérios ditos ‘gastadores’, que são o vestígio, no seio do Estado, das lutas sociais do passado. Eles se opõem ao Estado da mão direita, aos burocratas do ministério das Finanças, dos bancos públicos ou privados e dos gabinetes ministeriais. Muitos dos movimentos sociais a que assistimos (e assistiremos) exprimem a revolta da pequena nobreza contra a grande nobreza do Estado...Penso que a mão esquerda do Estado acha que a mão direita não sabe mais, ou pior do que isso, não quer mais saber o que faz a mão esquerda. De qualquer forma, ela não quer pagar o preço. Uma das razões maiores do desespero de todas essas pessoas está no fato de que o Estado se retirou, ou se está retirando, de um certo número de setores da vida social que eram sua incumbência e pelos quais era responsável: a habitação pública, a televisão e a rádio públicas, a escola pública, os hospitais públicos etc...” (BOURDIEU, Pierre, *Contrafogos – tácticas para enfrentar a invasão neoliberal*, JORGE ZAHAR editor, 1998, pp. 9 e 10).

ou da argumentação, ou de uma combinação de ambos.

Recentemente, a professora Marilena Chauí, numa entrevista ao jornal *Folha de São Paulo* deixou clara essa idéia quando afirmou: “*Em vez de falar em crise e em desordem, que são os temas preferidos da classe dominante brasileira na sua tradição autoritária, é hora de comemarmos o fato de que finalmente este país está conhecendo uma experiência democrática. Democracia não é, como querem os liberais, o regime da lei e da ordem. Democracia é o único regime político no qual os conflitos são considerados o princípio mesmo do seu funcionamento*”.<sup>27</sup>

Mesmo com o “peso” da sua autoridade intelectual, a professora Marilena assustou até aqueles intelectuais, que aceitam que os conflitos constituem o princípio de funcionamento da democracia, mas têm uma grande resistência, à afirmativa de que a democracia não seria o regime da lei e da ordem. No máximo aceita-se que a democracia é o regime do conflito social, da argumentação e do compromisso, mas é também o regime da lei e da ordem.

Mas e quando a interpretação da lei e a ordem instituída forem fatores de desestabilidade social e afrontem os Direitos Humanos e o que está definido na própria Constituição do país? E quando os agentes da lei e da ordem já estão a tal ponto corrompidos, numa simbiose quase total entre a ilegalidade e a legalidade, que a reação mais normal e segura da cidadania, quando vê um agente da lei se aproximando, é “chamar o ladrão” para ser devidamente protegida (como já disse o nosso querido compositor Chico Buarque de Holanda). Ora! Não somos, nós cidadãos deste novo século, resultado da Revolução Francesa, onde cabeças de reis foram decapitadas em nome da nova ordem burguesa que estava nascendo?

Entre conflito e ordem existe uma contradição que os regimes democráticos estão forçados a resolver. A idéia de que o império da lei é uma terceira solução entre o regime autoritário dos sábios e a alegada desordem da democracia foi

uma ilusão do liberalismo clássico. Sabemos, que a própria lei jamais é neutra e está longe de resolver bem todos os problemas. A democracia procura se viabilizar e ultrapassar esse tipo de liberalismo exatamente ao procurar ser o regime político mais capaz de combinar e dialogar a lei existente com o conflito social, a ordem precária com as demandas contraditórias das classes sociais e dos grupos de interesse.

Que democracia seria essa?

### 2:3) Democracia participativa: o caso brasileiro

“É fácil falar de democracia. O duro é praticá-la. O ideário da Revolução Francesa fala em liberdade, igualdade e fraternidade. No Brasil escravista e aristocrático, com uma elite muito mais ciosa de seus privilégios do que dos seus deveres, a liberdade teve precedência sobre, digamos, os outros vértices do famoso “triângulo democrático”. Isso surge claramente no movimento abolicionista, quando se invoca mais a ‘liberdade’ do escravo do que a terrível questão da igualdade entre os negros e brancos. Como disse Joaquim Nabuco, livramo-nos da escravidão, mas não do seu sistema. Só décadas depois é que fomos, aos trancos, cogitar de educação de massa.”

“*Sintomaticamente, essa educação massificada e com alguma qualidade só apareceu no ensino superior, naquela faixa de instrução que atendia aos aristocratas e às famílias dos liberais que gritavam palavras e ordem nos jornais*”.<sup>28</sup>

Tivemos acesso, recentemente, via o último trabalho—“Estatísticas do Século XX”—do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a informações que mostram que o século 20 foi aquele em que o Brasil aumentou a sua riqueza, mas não a dividiu. Em cem anos, a riqueza total cresceu quase doze vezes em relação à população; no entanto, a distribuição de renda piorou na segunda metade do século. A concentração de renda é tão grande que, na virada do século 20 para o 21, o 1% mais rico dos brasileiros ganhava praticamente o

<sup>(27)</sup> *Folha de São Paulo*, 03/08/2003.

<sup>(28)</sup> DAMATTA, Roberto; *O Estado de São Paulo*, 25/09/2003, p. D-10



mesmo que os 50% mais pobres. Mesmo com o país mais rico, a estagnação econômica a partir dos anos 80 fez o rendimento real cair cerca de 7,5% em 20 anos. De 1977 a 1999, o número absoluto de pobres aumentou de 40,7 milhões para 53,11 milhões. Houve queda, porém, da parcela que eles representam (de 39,6% para 34,09%).

O Brasil que encerrou o século 20 era um país mais velho, mais urbano, mais feminino, mais alfabetizado, mais industrializado. A desigualdade é a marca nacional, seja desigualdade de renda, racial, de gênero ou regional.

Para complicar, desde 1980, o mau desempenho da economia brasileira, faz com que o crescimento do PIB seja insuficiente para absorver a oferta de mão-de-obra, de forma que o desemprego e a insatisfação aumentam, o que resulta em protesto social e no crescimento acelerado da criminalidade. Sabemos que um certo grau de conflito é inerente a qualquer democracia, mesmo às mais prósperas. É um conflito pela repartição de renda – definida pelo mercado, através dos preços e, pelo Estado, através das leis e políticas públicas. O conflito no mercado expressa-se na competição; o conflito no plano do Estado, na política democrática.

Acentua-se o conflito entre os interesses públicos versus os interesses mercantis dentro da esfera do Estado: *“o público se fundamenta nos cidadãos, nos indivíduos como sujeitos de direitos, enquanto o mercado congrega aos componentes do mercado os consumidores, os investidores. O primeiro tem na sua essência a universalização de direitos, o segundo, a mercantilização do acesso ao que deveriam ser direitos: educação, saúde, habitação, saneamento básico, lazer e cultura. O público se identifica com a democracia, seja pelo compromisso com a universalização dos direitos, seja pela possibilidade de controle pela cidadania, enquanto, ao se mercantilizarem esferas da sociedade, privatizando-as, retira-se da cidadania a capacidade de controle sobre elas.”*<sup>29</sup>

No momento, no Brasil, não são apenas os pobres que promovem o conflito, nas ações do MST e dos sem-teto, embora na mídia, com raras exceções, fique parecendo que só existe este tipo de conflito no país. Também a baixa classe média o faz, por meio das centrais sindicais; a classe média alta, através de movimentos como os dos juízes e das associações profissionais e empresariais. Os ricos, por sua vez, participam do conflito por intermédio de suas organizações, do domínio da mídia, do financiamento das campanhas políticas, do emprego de intelectuais para defender suas posições.

A diferença fundamental está no fato de que os mais ricos defendem posições – senão privilégios – em nome da lei, e os mais pobres buscam conquistar posições que, muitas vezes, só podem ser atingidas desafiando e mudando a lei. E aqui está estabelecido o limite da credibilidade de uma democracia representativa. Se ao governo cabe exigir o respeito à lei a todos os setores sociais – e não é essa a atitude da maioria dos governos de uma democracia representativa, onde o respeito à lei é exigido somente aos setores populares, quando estes reagem por algum motivo -; entretanto, e esta diferença é substancial, quanto mais for um governo democrático, mais garantirá a liberdade do protesto e buscará atender, na medida do possível, as reivindicações sociais. Se for autoritário, tentará apenas impor a ordem injusta.

#### **2:4) Um rumor de igualdade: a tentativa de recompor o tripé da Declaração dos Direitos do Homem e da Cidadania**

*“Pois a igualdade, diferentemente da liberdade, é restritiva. A liberdade cabe no mais ou menos (um rico tem muito mais liberdade do que um pobre), mas a igualdade aciona o confronto e o conflito e, por isso, demanda a clareza da lei e de tudo o que lhe diz respeito (se ele fez ou ganhou, por que não eu?)”.*<sup>30</sup>

Segundo Boaventura de Sousa Santos, professor catedrático de Economia na Universidade de Coimbra (Portugal),<sup>31</sup> desde os anos 60, do

<sup>(29)</sup> SADER, Emir, *Folha de São Paulo*, 19/06/2003, p. A-3.

<sup>(30)</sup> DAMATTA, Roberto, *O Estado de São Paulo*, 25/09/2003, p. D-10.

<sup>(31)</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa; revista *Caros Amigos*, ano VII, nº 78, pp. 34/5.

século passado, ocorreu uma perda da diversidade das formas democráticas. Naqueles anos, se falava e se debatia em democracia representativa, participativa, popular, desenvolvimentista. Apesar de que quando se começa a adjetivar demais um substantivo, é sinal que ele não está conseguindo falar coerentemente, no caso específico, sobre o que realmente vem ocorrendo nas diversas sociedades ditas democráticas.

Só que aquele debate terminou, à medida que no final do século 20, tudo está reduzido a uma forma de democracia e das mais instáveis por ser uma das mais restritivas à participação popular: a democracia representativa, que é aquela promovida pelo Consenso de Washington; portanto, uma democracia com faceta neoliberal.

Esta democracia, por enquanto vitoriosa, coerente com uma sociedade baseada na “*performance*” individual nos diversos campos da atividade humana, é uma democracia restritiva quer no tocante à participação, quer no tocante à representação. A democracia que vinha se constituindo nas sociedades, onde a participação social era mais intensa, era uma democracia que entrava em confronto direto, cada vez maior, com o Capitalismo, à medida que aumentavam as demandas populares que a empurravam a redistribuir socialmente, através das políticas públicas, aquelas riquezas produzidas socialmente. A luta pela inclusão social da maioria da população, resultou em formas mais avançadas de democracia.

Com a “rebelião das elites”, que se realiza em virtude da concomitância de alguns fatos sociais de grande importância, a partir dos últimos 20 anos do século passado: a queda das experiências socialistas, que provocaria, por sua vez, o enfraquecimento, desarticulação e uma crise ideológica nas diversas formas de organização da cidadania; o advento da Terceira Revolução Técnico-científica e das novas formas de racionalização da organização do trabalho que ao serem monopolizados pelos interesses do capital especulativo, possibilitaram transformar o advento do “tempo livre” em tempo de “desemprego estrutural”; surge a necessidade de adequar aquela democracia participativa em uma forma política que restringisse, ao máximo, a

participação da cidadania: ou seja, a democracia representativa.

Com esta democracia restritiva, tornar-se-ia possível, à medida que as formas de luta da cidadania estavam enfraquecidas e com perda de credibilidade, atacar o Estado de Bem-Estar Social e retirar da história, esperamos temporariamente, o fluxo contínuo de conquistas sociais que o período das Três Décadas de Ouro vinha registrando, fazendo com que a qualidade de vida de grande parte da população mundial retroceda acentuadamente.

Esta democracia é aquela onde a representatividade se dá, basicamente, pelo multipartidarismo, eleições livres e justas e liberdade de informação. Só que como a participação real da cidadania caiu, o multipartidarismo quase ficou limitado à ditadura do partido único, já que são poucas as diferenças na forma de governar, independentemente do partido que vier a ocupar periodicamente o poder. As eleições livres deixaram de existir, pois, na prática, nas relações reais de poder, o financiamento, cada vez maior, das campanhas dos principais candidatos os amarram às exigências dos interesses mercantis, que os financiou. Eleições justas, depois da fraude nas últimas eleições norte-americanas, com a participação direta da Suprema Corte, não temos mais nada a comentar. E, finalmente, no tocante à liberdade de informações, o último livro de José Arbex *O Jornalismo Canalha*<sup>32</sup> já tem conteúdo suficiente para colocar o que significa realmente esta liberdade, no período em que a mídia se concentra como nunca no mundo dos negócios.

Deste modo, se acentuou a esquizofrenia entre o discurso que realça a autonomia individual, ao mesmo tempo, que se retira das pessoas a possibilidade real desta autonomia, frente à ameaça do desemprego estrutural. O regime democrático em vez de ser o retrato de uma sociedade que participa ativamente das decisões relevantes, passa a ser uma imposição, na sua forma restrita, que deverá ser assumida por todos os outros países, nem que para isto tenha-se que destruí-los através uma guerra tecnológica moderna e, depois reconstruí-los via acordos com empresas direta-

<sup>(32)</sup> ARBEX Jr., José; *O jornalismo canalha – a promiscua relação entre a mídia e o poder*, São Paulo Editora Casa Amarela, 2003.

mente interessadas em lucrar nesta reconstrução “democrática”.

Assim, no início deste novo século, estamos sob o jugo de uma forma democrática na qual o mercado político – aquele onde trafegam os valores que não têm preço – foi corrompido pelo mercado econômico, onde tudo se negocia, se corrompe, se descarta. O vírus da especulação financeira, das máfias, da lavagem do dinheiro ilegal se introduziu na corrente sanguínea da vida democrática e produziu, via uma metástase generalizada, a falência de todos os órgãos ligados aos valores democráticos e aos interesses públicos.

Foi esta contaminação, esta promiscuidade entre o público e o privado, que comandou o processo das privatizações dos bens públicos na América Latina. Sempre é bom lembrar, para as memórias mais fracas, que o ex-presidente do México, Carlos Salinas de Gortari – um dos primeiros a realizar um processo de privatização nas Américas e, elogiado, na época, como um dos melhores presidentes deste continente, apesar de ter perdido as eleições em 1988 e, chegado ao poder através da maior fraude nas apurações dos votos, até aquele momento, já que as recentes eleições do “presidente” Bush concorrem com grandes possibilidades de sucesso ao primeiro lugar - está até hoje escondido em algum país da Europa, devido ao envio de centenas de milhões de dólares para bancos suíços, depositados em seu nome, como recompensa de um processo de privatização de bens públicos mexicanos realizado com “total transparência” e o seu irmão está preso por cumplicidade no assassinato do candidato presidencial Luis Colosio e por ligação direta com o narcotráfico.

### **2:5) Qual a saída para isto**

Para os que ainda acreditam que seria importante lutar pela democracia, o professor Boaventura de Sousa Santos recentemente indicou um caminho, que talvez seja viável.

Afirma que seria necessário reinventar a democracia representativa, com a complementaridade que lhe pode ser dada, através da democracia participativa. Ou seja, revitalizá-la com o sangue sempre novo da participação popular ampla, geral e irrestrita.

Por vários motivos:

O primeiro é porque os cidadãos constroem a democracia participativa nos espaços públicos, revitalizando-os ao organizarem orçamentos participativos, participando de referendos, quando realizam passeatas, conselhos populares ou elaboram instrumentos de formas de vigilância e acompanhamento das políticas públicas. Como os interesses e a lógica que regem este movimento social não é a lógica mercantil, mas de solidariedade, da busca de direitos, ele pode limpar a democracia representativa, separando o mercado econômico do campo político.

Em segundo lugar, pode ocorrer uma revitalização da democracia representativa ao se restabelecer o mecanismo geral de prestação de contas. Segundo o professor Boaventura, os políticos eleitos, para representar a cidadania, possuem a autorização, para isso, dada pelo resultado das eleições e a lisura do processo eleitoral; mas não podem substituir a cidadania. Só que esta autorização só se complementa se houver canais existentes de prestação de contas à sociedade.

Entretanto, na democracia representativa, com o figurino do Consenso de Washington, a prestação de contas só é feita para aqueles interesses mercantis que financiaram com grandes somas de dinheiro as campanhas eleitorais e, que, portanto, têm abertos canais de cobrança posterior. O restante da sociedade, mesmo que o candidato no poder traia o projeto pelo qual foi eleito, só poderá reagir, não votando nele nas próximas eleições. Como nas próximas eleições, ocorrerão novos financiamentos para os diversos candidatos e o plano de governo a ser executado pelo candidato que vencer, nos seus pontos básicos, estará definido pelos órgãos de financiamento internacional,....

Esta proposta do professor Boaventura é um farol importante para analisarmos o que poderá ocorrer, a partir do governo do presidente Lula no Brasil, sabendo-se que boa parte da sua campanha esteve baseada, exatamente, nestes mecanismos de retomada da participação popular, a partir das experiências administrativas que o seu partido já vinha realizando, com especial destaque à Administração da cidade de Porto Alegre.

Esperemos e lutemos, para que dê certo, pois a população deste continente há muito vem demonstrando uma paciência sem limites para com a crueldade dos seus líderes.

Caso contrário, temos duas perspectivas. A primeira tem duas contribuições ilustres:

Uma é dada pelo economista Celso Furtado ao comentar a recente publicação “Estatísticas do Século XX”, do IBGE. Disse ele:

*“Os problemas estão todos expostos. Ninguém tem dúvida de que é preciso desconcentrar a renda, mas ninguém faz isso. O problema é mais de um imobilismo crônico de uma sociedade que não tem vontade de mudar. Aceita-se a problemática, o diagnóstico, respeitam, elogiam, homenageiam, mas depois...”*. Segundo o periódico *Folha de São Paulo*, a afirmativa provocou risos na platéia...<sup>33</sup>

A outra vem do pensador, escritor Luis Fernando Veríssimo numa crônica intitulada “*Na média, ou Bill Gates no restaurante*”. Ele afirma que:

*“Meu saldo bancário junto com o do Antônio Ermírio de Moraes seria um dos mais altos do Brasil. O fato do Antônio Ermírio ser responsável por 98,2% do saldo não afetaria a exatidão da frase. Se eu estivesse num restaurante com outras 15 pessoas e o Bill Gates chegasse para jantar, a renda média dos presentes – a soma da renda de cada um dividida por 17 – se multiplicaria automaticamente e eu estaria matematicamente rico, pelo menos até o Bill Gates ir embora. Antes de me entusiasmar e gritar “Garçom, suspende a Coca ‘Diet’ e traz um Chateau Petrus!”, no entanto, eu deveria meditar sobre os perigos do dado mal examinado e da estatística enganosa”...*

*...“De certa maneira, o fator Bill Gates no restaurante, ou o raciocínio pela média ilusória, é o que tem mantido a paz social no Brasil. Entre os grandes produtores rurais que nunca produziram e ganharam tanto e as hordas de*

*despossuídos no campo, na média estão todos bem. Entre os bancos que nunca lucraram tanto e o comércio e a indústria que penam, na média todos progridem. Entre a décima economia do mundo e a pior distribuição de renda do mundo, na média não está tão ruim assim. Entre os poucos que vivem a doce vida brasileira e os milhões que padecem da nossa desigualdade histórica, na média somos felizes. Entre uma Bélgica e uma Botsuana, na média somos, sei lá... Um Brasil. E Antônio Ermírio e eu, na média, não temos do que nos queixar.”*<sup>34</sup>

A segunda perspectiva? Bem! Talvez seja melhor não aprofundá-la, nem provocá-la muito. Mas como a paciência histórica tem limites...

Sabemos hoje, que a informalidade ocupa o maior espaço nas relações de trabalho do país, tendência ocorrida, em doses maiores ou menores, em diversos países do mundo. Que a “flexibilização” das relações de trabalho, quer dizer “precarização” real. Que o auto-investimento que cada pessoa está fazendo com maior ou menor intensidade, dependendo das suas condições financeiras, buscando a sua “empregabilidade”, na realidade, tendo acesso às últimas análises feitas pelo economista Márcio Pochmann, não garante o acesso a um emprego coerente com este tipo de investimento ou até a qualquer tipo de emprego. Sabemos, também, que os jovens são os mais afetados por este desemprego, mas, que permanecem sendo reconhecidos socialmente, só se forem “jovens de bens”.

Por isso, coerentemente, com esta sociedade democrática representativa, os ramos da economia que mais progridem são o setor financeiro e o narcotráfico. Aliás, recentemente, estudos mostraram que a empresa do narcotráfico é a que melhor remunera os seus empregados, possui o melhor plano de carreira, melhor processo de avaliação. Não por acaso exerce forte atração no meio dos jovens que querem ser reconhecidos socialmente e que querem consumir nos shoppings, como qualquer outro jovem de classe média alta.

<sup>(33)</sup> *Folha de São Paulo*, 30/09/2003, p. Especial-2.

<sup>(34)</sup> VERÍSSIMO, Luis Fernando; *Correio Popular*, 17/08/2003, p. 3.



Para ilustrar melhor o que significa esta alternativa que o Brasil vem construindo, diligentemente, nos últimos anos, recomendamos o acesso a três filmes brasileiros recentes, que devem ser assistidos na seguinte ordem: primeiro, “*A Cidade de Deus*”, onde poderemos verificar como é enorme a preocupação das nossas elites com a formação da infância e adolescência brasileira e como o futuro desses jovens brasileiros está garantido no narcotráfico. Em seguida, *Carandiru*, no qual teremos acesso a uma das melhores escolas de formação e recuperação dos cidadãos brasileiros que tiveram a grande chance de freqüentá-la. E, mais ainda, poderemos ficar admirados com o alto nível de civilidade e de preparo intelectual, moral e ético de algumas elites da política paulista e da corporação militar deste desenvolvido Estado brasileiro. E, por último, *Amarelo Manga*, onde poderemos constatar que aqueles cidadãos que, por ventura, não estejam trabalhando no narcotráfico, ou freqüentando a escola de formação Carandiru, e estiverem no mercado formal ou informal de trabalho, nas condições atuais, devem, num curto espaço de tempo, almejar ou ir trabalhar naquele setor da economia dita informal-ilegal ou, então, ir para um Carandiru, onde pelo menos a “quentinha” estaria assegurada.

A sorte está lançada e ela depende das escolhas que estarão sendo feitas atualmente por todos nós.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARBEX JR, José; *O Jornalismo canalha – a promíscua relação entre a mídia e o poder*, São Paulo, Editora Casa Amarela, 2003.
- BECK, Ulrich; *Liberdade ou capitalismo*, São Paulo, Fundação da Editora Unesp, 2002.
- BIHR, Alain; *Da grande noite à alternativa – o movimento operário europeu em crise*, São Paulo, Boitempo Editorial, 1998.
- BOURDIEU, Pierre; *Contrafogos – táticas para enfrentar a invasão neoliberal*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.
- DEJOURS, Christophe; *A banalização da injustiça social*; Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.
- FORRESTER, Viviane; *O horror econômico*, São Paulo, Fundação da Editora Unesp, 1997.
- FORRESTER, Viviane; *Uma estranha ditadura*, São Paulo, Fundação da Editora Unesp, 2001.
- Hobsbawn, Eric; *Era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- LASH, Christophe; *A rebelião das elites e a traição da democracia*, Rio de Janeiro, Ediouro, 1995.
- MORAES, Alexandre; *Direito Constitucional*, São Paulo, Editora Atlas S.A., 2004.





## A IMPERIAL ESTAÇÃO AGRONÔMICA DE CAMPINAS – 1887/1897<sup>1</sup>

### *CAMPINAS IMPERIAL AGRONOMIC STATION – 1887/1897*

Reginaldo Alberto MELONI<sup>2</sup>

#### RESUMO

*Nos anos oitenta do século XIX, foi criada uma instituição científica, na cidade de Campinas, com o objetivo de desenvolver um trabalho de apoio e desenvolvimento agrícolas. Trata-se da Imperial Estação Agronômica de Campinas, hoje, Instituto Agronômico de Campinas (IAC). A Estação Agronômica foi fundada oficialmente em 27 de junho de 1887 por iniciativa do governo Imperial e para dirigi-la foi contratado o cientista austriaco Franz Dafert.*

*Neste período as bases que sustentavam a produção agrícola por muitos anos já apresentavam sinais de esgotamento, em função da iminente abolição da escravidão e do processo de plantio que exauria o solo. Além destas questões, havia no país o fortalecimento de uma ideologia que valorizava a ciência.*

*O objetivo deste artigo é analisar o processo de criação desta Instituição e o seu funcionamento durante os dez primeiros anos de sua existência, procurando entender como as questões de natureza econômica, social e ideológica estiveram em interação com a construção do conhecimento, nesta instituição.*

*Como se trata de uma instituição científica, o centro deste trabalho é a produção do conhecimento sobre a natureza realizada por este instituto. No entanto, uma das teses defendidas neste texto é que a criação deste estabelecimento de pesquisa agrícola é parte de um processo de transformação que vinha de desenvolvendo no país.*

**Palavras-chaves:** *Campinas, ciência e agricultura.*

#### ABSTRACT

*A scientific institution was established in Campinas in the 80s of the XIX century. It was officially founded by the royal government on June 27<sup>th</sup> 1887, and it was put under the management of Franz Dafert, an Austrian Scientist. The aim of the institution was to develop a support work and agricultural development. It was named *Campinas**

---

<sup>(1)</sup> Este artigo é parte do estudo realizado para a elaboração da dissertação: *Ciência e Produção Agrícola – A Imperial Estação Agronômica de Campinas – 1887/1897*, FFLCH-USP, SP, 1999.

<sup>(2)</sup> Reginaldo Alberto Meloni é Mestre em História Social, professor de Química da EE Culto à Ciência e atualmente é presidente do Sindicato dos Professores de Campinas.

*Imperial Agronomic Station, which is nowadays the Instituto Agronômico de Campinas (IAC).*

*In the 80s the bases that supported the agricultural production for many years showed the first signs of weakness due to slavery abolition and the increasing degradation of the soil. Besides that, there was an increasing valorization of science in Brazil. The aim of this work is to analyze the process of the foundation of this "Agronomic Station", its development during the 10 first years, and try to understand how the economic, social and ideological issues were connected with the construction of knowledge in this institution during that time. Since it is a scientific institution, the principal aim of this work is the construction of knowledge on nature. However, one of the theses defended in this text is that the foundation of this agricultural research institute is part of a transformation process which was in development in the country.*

**Key words:** *Campinas; science and agriculture.*

No final do Império no Brasil foi criada, em Campinas, a *Imperial Estação Agronômica de Campinas*, uma instituição científica que se destacou por ser uma das primeiras no país a voltar suas atenções para a produção agrícola e por ter se transformado, ao longo do século XX, em uma das principais instituições de pesquisa agrícola do país.

Este artigo partiu da idéia de que o Instituto, nos seus primeiros anos de existência, teve sua atividade marcada por outros fatores, além da atividade científica propriamente dita, que influenciaram a ação dos cientistas em suas atividades de pesquisadores. Ou seja, pretende apontar os nexos entre alguns fatores políticos, econômicos, sociais e culturais com a atividade desenvolvida no IAC.

De outra forma, pode-se dizer que, partindo da idéia de que a ciência é uma atividade social de construção de conhecimento, procurou-se verificar a rede de relações que se estabeleceu em torno dos cientistas pelos setores que financiavam a atividade científica, pelos que a utilizavam para a produção e, ainda, pelos que absorviam o "conhecimento" produzido.

## O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA ESTAÇÃO AGRONÔMICA

No século XIX ocorreu um formidável crescimento da economia de mercado, liderado pelos países industrializados da Europa e pelos Estados Unidos. Na periferia deste processo, ficavam os países de economia "atrasada" que

participavam deste mercado, geralmente, como fornecedores ou de matéria prima ou de produtos alimentícios. O Brasil, a partir de meados do século, foi intensificando cada vez mais sua participação no comércio internacional com o crescimento da produção e da exportação de café.

Cultivadas inicialmente no litoral da província do Rio de Janeiro, com o tempo as plantações foram penetrando na província de São Paulo, fazendo com que o Vale do Paraíba se tornasse, até a década de 1870, o principal produtor nacional de café. Com o esgotamento das terras nesta região - resultado de técnicas de cultivo predatórias -, as plantações foram sendo transferidas para a região de Campinas e se estendendo, até o último decênio do século, à cidade de Ribeirão Preto.

A produção de café no *oeste paulista*, como era chamada esta região, estava baseada na grande quantidade de mão-de-obra de baixo custo e na abundância de terras férteis para o plantio. Usando de poucos recursos, o agricultor trabalhava em suas terras até o limite da produtividade, quando então se deslocava para terras mais produtivas e mais distantes.

No entanto, a partir de meados do século XIX, os problemas relacionados ao esgotamento das terras cultiváveis (muito intenso na província do Rio de Janeiro, desde os anos 1860) e à limitação da quantidade de mão-de-obra (motivado pela extinção do tráfico negreiro em 1850) foram chamando a atenção para os limites do modo de produção que se praticava.

No caso da mão-de-obra, a questão não se restringia à quantidade de braços. Uma idéia que começava a ganhar força desde a década de sessenta era de que os procedimentos usados na agricultura eram muito *atrasados* e que havia chegado a hora de promover a modernização da produção e modificar os *métodos rotineiros*.

Para indicar a formação desta nova mentalidade, é exemplar um artigo publicado em 1870, no periódico *Gazeta de Campinas*. Neste artigo, Campos Sales já indicava o modo como alguns produtores percebiam este processo e afirmava, com o sugestivo título “O Instituto Agronômico”, que

*Quando se pretende tudo melhorar; quando a locomotiva substitue as bestas de carga; quando em lugar de azorrague, até hoje o único estímulo do trabalho, se pretende pôr em atividade a intelligencia e ação do braço livre, único meio de mobilizar e fecundar os esforços do homem; visto é que chegou o momento de desterrar para longe a rotina e chamar os lavradores à cultura aprofundada dos segredos de sua indústria”, (...) não há mal em confessalo, é deplorável o nosso atrazo, e para isso muito tem contribuido o trabalho escravo.*<sup>3</sup>

Uma indicação da existência de uma nova percepção da realidade foi a fundação, nos anos sessenta do século XIX, de várias instituições científicas que tinham o objetivo de instruir ou formar agricultores: em 1864 um decreto imperial impôs que a empresa União e Industria assumisse uma escola de agricultura em Minas Gerais; em 1869 foi criada outra escola agrícola no país, ligada ao Instituto Bahiano de Agricultura; em 1873 foram instaladas fazendas modelo no Piauí e, ainda neste mesmo ano, foi criada a Colônia Agrícola de Santa Isabel, vinculada ao Instituto Agrícola de Pernambuco.<sup>4</sup>

Além destas instituições, na Corte, em 1860, já havia sido criado o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA) que, junto ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, realizou um trabalho importante na tentativa de aclimatar plantas exóticas.<sup>5</sup> Outras iniciativas ocorridas neste período e que merecem destaque foram: a reorganização do Museu Nacional, com a instalação de um laboratório de pesquisas fisiológicas<sup>6</sup> e a criação de cursos de botânica e agricultura<sup>7</sup>; a reforma no observatório do Rio de Janeiro e, no início da década de setenta, as fundações da Comissão Geológica do Império e da Escola de Minas de Ouro Preto.

Seguindo esta tendência, na lei que fixou a *despesa geral do Império para o exercício de 1886–1887*, havia a previsão de recursos para a instalação de uma estação agronômica,<sup>8</sup> além dos recursos destinados para as instituições de instrução prática, em uma demonstração clara para que havia uma demanda para melhorar o aparelho institucional existente no país. É neste processo que também é criada a Estação Agronômica de Campinas, uma instituição fortemente ligada à atividade econômica que é concebida em um período ideologicamente favorável às concepções científicas.

## A FUNDAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO AGRONÔMICA DE CAMPINAS

Oficialmente, a Estação Agronômica, hoje Instituto Agronômico de Campinas (IAC), foi fundada em 27 de junho de 1887 por iniciativa do governo Imperial e, para dirigi-la, foi contratado o químico austríaco Franz Josef Wilhelm Dafert.

O terreno escolhido para a construção da Estação situava-se no bairro do Guanabara e apresentava todas as condições para a instalação da instituição, pois possuía um excelente solo,

<sup>3</sup> *Gazeta de Campinas – O Instituto Agronomico*, 13 de março de 1870.

<sup>4</sup> Domingues, H.M.B., *Ciência: Um Caso de Política. As Relações entre as Ciências Naturais e a Agricultura no Brasil Império*, Tese de Doutorado, FFLCH – USP, 1995, p 262 a 266.

<sup>5</sup> Dean, W., *A Ferro e Fogo: a história da devastação da mata atlântica brasileira*, Cia das Letras, 1996, p 245.

<sup>6</sup> Lopes, M.M., *O Brasil Descobre a Pesquisa Científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*, São Paulo, Hucitec, 1997.

<sup>7</sup> Dean, Op. Cit., p 245

<sup>8</sup> Trata-se da lei 3314 publicada em 16 de outubro de 1886 que fixa a Despesa Geral do Imperio para o exercício de 1886-1887 que prevê, em seu Art. 7º, “auxílios para escolas práticas de agricultura e fundação de uma estação agronômica (...)”.

ficava a pouca distância do gasômetro e estava bem localizado já que, de acordo com o Relatório Anual apresentado ao Ministro da Agricultura em 1888, encontrava-se *sobre uma colina batida pelo sol*.<sup>9</sup> Entre a segunda metade de 1887 e o final de 1888, foi construída a sede da instituição. Os trabalhos da Estação tiveram início em primeiro de novembro de 1888 com o funcionamento do laboratório de análises.<sup>10</sup>

Já no ano de 1889 foi criada uma repartição enológica, visto que havia uma demanda para o cultivo das vinhas no Estado de São Paulo. No ano de 1890 a instituição de Campinas sofreu um processo de reorganização com a criação de quatro seções: analítica, na qual se faziam os trabalhos de laboratório; de experiências, na qual eram feitas as pesquisas de campo; enológica, que deveria se dedicar ao estudo das vinhas e meteorológica, que acompanhava as variações climáticas.

Além destas seções, houve a montagem de uma biblioteca e a instalação de um museu.<sup>11</sup> Ainda neste ano, com o objetivo de ampliar o espaço para a seção de experiências, foi adquirido um terreno no Bairro do Taquaral. No ano seguinte, novos melhoramentos aconteceram: a montagem de uma estufa de ferro e vidro, a construção de nova sala de laboratórios e de residência para os ajudantes, a reforma do piso, a instalação de trilhos e de uma série de câmaras de vegetação.<sup>12</sup>

A instituição também contava com a colaboração de alguns agricultores da região. O principal deles, o Barão Geraldo de Resende, cederia, em 1893, dois terrenos para ampliar novamente a seção de experiências: um chamado “Sítio Santa Amélia” e outro, no Bairro da Vila Marieta, que continha aproximadamente oito mil pés de café.<sup>13</sup>

No ano de 1894, foi alugado um imóvel para a instalação da seção de fitopatologia, em função

do surgimento das pragas do café detectadas desde o ano anterior. O instituto neste ano também criou uma repartição de sementes e estrumes.

Estes dados indicam que havia um investimento constante na instituição, procurando torná-la capacitada para a realização do trabalho de desenvolvimento agrícola. O fato de que em pouco tempo houve um processo de construção de uma instituição com sofisticada estrutura de funcionamento demonstra que, para o poder público, a resolução dos problemas pelos quais passava a agricultura era uma prioridade.

Portanto, neste caso, não se tratava, como já havia acontecido, de criar uma instituição apenas no papel, mas sim de criar um estabelecimento que pudesse corresponder às necessidades de desenvolvimento agrícola existentes em São Paulo na última década do século. Pode-se perceber esta política também pelo investimento em pessoal realizado neste período.

No ano de 1887 o Instituto contava apenas com Dafert, sendo o primeiro ajudante, Adolpho Barbalho Uchôa Cavalcanti.<sup>14</sup>, contratado apenas no final de 1888. Até o ano de 1891 foram contratados oito técnicos, mas todos com passagem muito rápida pela Instituição. Entre o período de 10 de abril de 1890 e 14 de março de 1892, Dafert esteve licenciado de seu cargo e afastado da instituição. Nesta época assumiu a direção da instituição Uchôa Cavalcanti. Em 1892 Dafert voltou de sua licença de dois anos e a instituição passou aos domínios do Estado de São Paulo, formando-se, assim, uma nova estrutura funcional com a criação dos cargos de químico, enologista, fitopatologista e entomologista.

A partir daí há uma certa estabilidade no quadro de pessoal, como mostra o caso do agrônomo Ernesto Lehmann, contratado como sub-diretor e que permaneceu na função por, pelo menos, quatro

<sup>(9)</sup> RAEAC – 1888 p 7 do Relatório

<sup>(10)</sup> Diário de Campinas – *Estação Agronômica*, 04 de novembro de 1888

<sup>(11)</sup> Regulamento para a Estação Agronômica de Campinas, aprovado pelo decreto N. 1012 de 14 de novembro de 1890.

<sup>(12)</sup> RAEAC – 1891 ps 20 a 23 do Relatório

<sup>(13)</sup> RAIAC – 1893 p15 do Relatório

<sup>(14)</sup> Adolpho Barbalho Uchôa Cavalcanti nasceu em Pernambuco em 22/10/1865; foi engenheiro civil e industrial formado pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro; organizou e dirigiu a Escola Industrial Agrícola Frei Caneca, em Pernambuco; foi Lente de química da Escola Politécnica de São Paulo e diretor do Instituto Agrônomo de Campinas em dois períodos: de abril de 1890 a março de 1892 e de fevereiro a junho de 1898. Faleceu em 27 de setembro de 1900. Revista Agrícola N. 63, outubro de 1900, p 188 e Velho Sobrinho (1937).



anos, ou de Henri Potel e Reinaldo Bolliger, que foram contratados como químicos e permaneceram nesta função por muitos anos. Também foi contratado Franz Benecke como fitopatologista e, em 1896, Fritz Noack. No ano de 1896 o Agrônomo contava com três químicos (além dos já citados, foi contratado também E. Sixt); um enologista (José Pinto de Moura); um fitopatologista (Fritz Noack) além do diretor Franz Dafert. Estes dados demonstram que houve ação e recursos, em São Paulo, para ampliar o número de cientistas e dinamizar o setor que pudesse trabalhar por uma transformação nos processos produtivos que se praticavam na agricultura.

### A ATIVIDADE DA ESTAÇÃO AGRONÔMICA DE CAMPINAS

Uma das questões mais discutidas nas páginas dos relatórios anuais referia-se aos sistemas de plantio. Logo no primeiro ano de funcionamento da instituição já foram realizadas as análises do solo e das águas da região de Campinas e elaboradas propostas por Dafert sobre as várias formas de plantio. Basicamente eram considerados dois sistemas de exploração da terra: o primeiro, chamado *extensivo*, era definido como o que emprega pouco trabalho e capital na terra; o segundo, denominado *intensivo*, ao contrário, era realizado usando-se muito trabalho e muito capital no solo.

A preocupação com esta questão se deu por causa da necessidade observada de preservação dos nutrientes do solo para a manutenção e ampliação da produção e, portanto, não foi irrefletido o fato de serem os sistemas de plantio tema do primeiro trabalho produzido na instituição.

Neste trabalho Dafert já deixava clara qual seria a linha desenvolvida na instituição, ou seja, a de que o prioritário era que o agricultor pudesse obter o *máximo de vantagem econômica* e, neste sentido, em uma economia essencialmente comercial, o que comandaria seriam as leis de mercado. Portanto, para o cientista,

*a these até agora reconhecida por irreputavel, a saber o fim da cultura dos vegetaes é a produção da maxima quantidade de productos em uma area dada, é um erro em seu sentido geral,*<sup>15</sup>

ou seja, o que determinava a produção na visão de Dafert era a lucratividade do produtor. O que caberia às estações agronômicas era, com base nos estudos da química agrícola e nas oscilações de mercado, indicar ao agricultor o melhor momento para se adotar a cultura intensiva.

Cumprindo o que considerava como a principal função das estações agronômicas, Dafert publicou, no relatório de 1893, um extenso estudo<sup>16</sup> de trinta e nove páginas no qual fez uma análise sobre as condições econômicas da lavoura paulista. Neste ensaio denominado *Questões Agrícolas*, ele parte de uma teoria sobre a renda territorial para apresentar propostas de reformas técnicas da lavoura paulista. Este artigo tornou-se referência para todo o trabalho posterior do cientista.

Neste artigo Dafert deixou claro que os trabalhos desenvolvidos na instituição teriam que levar em conta principalmente os interesses dos cafeicultores, em especial os da região de Campinas. Uma de suas maiores preocupações era evitar que o solo nesta região próxima ao Instituto se tornasse improdutivo e pouco lucrativo, forçando o deslocamento das plantações.

Todo o trabalho de Dafert foi marcado pelos dois focos presentes no texto: o comportamento da natureza e o funcionamento do mercado. Ele considerava que, na essência, a agricultura era uma ciência, mas que de nada valeriam suas leis se os interesses dos agricultores não estivessem contemplados.

É bastante clara, em Dafert, a idéia de que a terra é um meio de produção cuja produtividade deveria ser preservada. A manutenção da terra significava a manutenção da capacidade de produzir e, bem de acordo com a mentalidade capitalista, diria ele:

*Como será possível, com o systema extensivo de hoje, aumentar a quantidade*

<sup>(15)</sup> RAEAC – 1888 p 2 do documento

<sup>(16)</sup> Dafert F., *Questões Agrícolas*, RAIAC – 1893

*da colheita e o lucro da cultura, sem tirar mais das substancias nutritivas do solo, isto é, do capital nutritivo da terra?*<sup>17</sup>

A ciência produzida no Agrônomo deveria estar a serviço do desenvolvimento econômico dos produtores e isso aconteceria se a terra fosse encarada como um meio de produção que fosse renovado e não exaurido, como era a prática comum dos agricultores naquele período.

## A QUESTÃO DA MÃO-DE-OBRA

Outra questão central da vida da instituição era a da mão-de-obra. Embora este não fosse um tema ligado à especialidade para a qual a instituição foi criada, o diretor do Instituto Agrônomo já demonstrava interesse em entender e opinar a respeito deste problema. No relatório de 1892 foi publicado um artigo cujo título era *A falta de trabalhadores agrícolas em São Paulo*,<sup>18</sup> no qual foi feita uma comparação entre o Brasil e a Prússia, tanto em relação ao número de trabalhadores, quanto em relação à produção e à área cultivada. A conclusão a que chegou o autor foi de que, enquanto na Prússia um trabalhador produzia ao longo de um ano o equivalente a 5,62 hectares, em São Paulo o trabalhador produzia cerca de 0,5 hectare.<sup>19</sup>

Para diferença tão acentuada, a explicação foi dada por dois ângulos diferentes. Em comparação com a Prússia, Dafert considerava que os produtores brasileiros não trabalhavam o bastante porque estes não cumpriam o seu dever de administrar eficazmente a fazenda. Por outro lado, os trabalhadores (ou *material de mão-de-obra*) não trabalhavam o suficiente porque eram *vagabundos*, não todos, mas os que sobraram quando não foi mais possível pagar bons salários. Ou seja, segundo o autor, não havia falta de trabalhadores, mas sim de trabalho realizado e isto poderia ser resolvido com mudança de mentalidade e pagamento de bons salários.

Um outro ponto que teve relevância na explicação da baixa produtividade do trabalho era que *os métodos da lavoura em São Paulo são ainda pouco aperfeiçoados* sendo que ainda se utilizava, em grande parte do trabalho de plantio, apenas a foice e a enxada nacional.

Neste sentido, o esforço de Dafert para modificar a mentalidade do produtor foi bastante grande. Ao mesmo tempo em que considerava o lucro do agricultor como o principal resultado da atividade agrícola, defendia também o trabalho e a eficiência. Para Dafert havia dois caminhos para um bom desempenho na lavoura: ou o trabalho bem remunerado e eficiente ou, preferencialmente, a transformação do trabalho manual pelo trabalho da máquina, o que, embora significasse uma maior inversão de capital em curto prazo, significaria maiores lucros com a economia da mão-de-obra “cara” e a sua substituição por uma de melhor qualidade.

## O AGRÔNOMO E A CONSTRUÇÃO DE UMA BASE CIENTÍFICA PARA A AGRICULTURA TROPICAL

Havia uma mudança em curso na Europa dos conceitos relativos à compreensão do solo e ao desenvolvimento das plantas. Desde os anos 40 os trabalhos de Liebig mostraram que o solo era composto de substâncias orgânicas e minerais das quais as plantas tiravam seu alimento, além do que era extraído da atmosfera. Depois deste trabalho, estudos sobre espécies vegetais, por exemplo, eram feitos a partir da análise química do solo ou do próprio vegetal.<sup>20</sup> A química agrícola se tornou até o início do século XX – quando se iniciaram os estudos de genética – uma das principais ferramentas que os homens de ciência preocupados com a agricultura puderam utilizar.

Os cientistas que trabalhavam no Brasil também conheciam a transformação que se operava nos paradigmas da ciência do solo. As idéias desenvolvidas por Liebig foram sendo introduzidas

<sup>(17)</sup> Dafert F., *Estudo sobre o café*, RAEAC – 1890 p 39 do relatório.

<sup>(18)</sup> Dafert F., *A falta de trabalhadores agrícolas em São Paulo*, RAIAC – 1892.

<sup>(19)</sup> Idem, *Ibidem*, p. 5 do documento

<sup>(20)</sup> Mason, S.F., *História da Ciência: as principais correntes do pensamento científico*, Rio de Janeiro, Globo, 1962, p. 425.

no país pela publicação de artigos em revistas científicas. Dean afirma que as primeiras revistas científicas publicadas em 1870 pelo Instituto de Agricultura, no Rio de Janeiro, e pelo Museu Nacional apresentaram trabalhos em que se demonstrava “crescente familiaridade com as teorias de Liebig e Darwin”.<sup>21</sup>

Assim, nos anos oitenta, quando a idéia de utilização da ciência para a modernização da lavoura já estava ganhando força e houve a iniciativa do governo Imperial de criação de uma Estação Agronômica, já havia uma crença no Brasil, pelo menos em parte dos cientistas, de que a química era uma importante ferramenta para enfrentar os problemas que começavam a surgir na agricultura.

E foi com esta vocação que nasceu a instituição em Campinas. No relatório de 1888, o primeiro a ser publicado pela Estação Agronômica, o único artigo de caráter científico escrito por Dafert intitulava-se *Noções de Chimica Agrícola*.<sup>22</sup>

Neste artigo, a química agrícola seria uma ciência que, na visão da época, estaria em total correlação com a agricultura, mesmo admitindo-se que esta tinha uma história muito antiga e práticas já estabelecidas, enquanto que a química, para ser aplicada à atividade agrícola, era uma ciência que ainda estava praticamente nascendo e, portanto, muito longe de poder dar todas as respostas, especialmente quando se tratava de países de clima tropical.

No primeiro artigo publicado por Dafert como diretor da Estação, ele afirma que *o agricultor muitas vezes esta habilitado a obter vantagens econômicas servindo-se de variações nas condições de evolução vegetal* e afirma que *é um problema da chimica agricola indicar aquellas variações, que na sua applicação pratica oferecem a maxima vantagem economica*.<sup>23</sup>

Considerando-se que o Agrônomo foi criado em um período em que São Paulo procurava se adequar às novas formas de produção, as teses

defendidas por Dafert vinham ao encontro desta aspiração. A questão que se colocava, num primeiro momento, para a efetivação deste projeto, era a do conhecimento das *condições de evolução* (solo, luz calor, ar, água, princípios minerais, substâncias orgânicas).

## A INVESTIGAÇÃO DA NATUREZA NOS TRÓPICOS

São Paulo já contava àquela altura com a Comissão Geográfica e Geológica (criada em 1886) que, sob a direção de Orville Derby, vinha estudando o solo e fazendo o levantamento de cartas geográficas, topográficas, geológicas e agrícolas.<sup>24</sup> O conhecimento preciso das condições naturais, principalmente aquelas que tinham alguma relação com a agricultura, era urgente e, portanto, o Agrônomo também teria como uma de suas prioridades o domínio destas condições. De acordo com sua vocação, a instituição em Campinas teria sua atenção voltada para o conhecimento das características físico-químicas do solo.

De acordo com este princípio, uma das primeiras seções criadas no Instituto e que logo se tornou uma das de maior atividade foi a analítica, que contava com laboratórios de química analítica e microscopia. Entre os primeiros trabalhos desenvolvidos pela Seção Analítica, fruto de pesquisa direta da natureza, está a caracterização físico-química das terras do Estado de São Paulo. As análises realizadas por Adolpho B. Uchôa Cavalcanti, em 1890, contribuíram para desmistificar algumas idéias que se tinha sobre o solo nesta região, pois o material estudado apresentava pequena percentagem de substâncias nutritivas e também ausência de cal.<sup>25</sup>

Como no Instituto já se admitia, de acordo com a teoria de Liebig, que as plantas se alimentavam de nutrientes minerais, Dafert pôde concluir que as terras de São Paulo possuíam uma fertilidade apenas moderada. Este estudo inicial

<sup>(21)</sup> Dean, Op. Cit., p. 245.

<sup>(22)</sup> RAEAC – 1888.

<sup>(23)</sup> Dafert F., *Noções de Chimica Agrícola* RAEAC - 1888 p. 4 do documento

<sup>(24)</sup> Schwartzman, S., *Formação da Comunidade Científica no Brasil*, Ed. Nacional, 1979, p. 97.

<sup>(25)</sup> Cavalcanti A.B.U., *As terras do Estado de São Paulo*, RAEAC – 1890 p. 21 do relatório.

sobre o solo levou Dafert a concluir que o que era realmente decisivo nas possibilidades de cultivo em São Paulo era o seu clima, apontado como excelente, porque *reune as vantagens do clima tropical e moderado, dispõe d'uma insolação constante e forte e, de chuvas bem distribuidas*.<sup>26</sup>

Outra característica importante das terras tropicais que precisava ser conhecida com detalhes era relativa à presença do húmus no solo. Pelas análises realizadas no Instituto, Dafert demonstrou que as terras tropicais em São Paulo eram, em geral, pobres em húmus.<sup>27</sup> A novidade apontada por Dafert indicava que nas *terras dos campos* havia uma quantidade considerável de húmus até a derrubada das matas, quando *desaparece o humus da zona tropical muito mais rapidamente do que na Europa, pelas influencias do calor e da humidade continuas*.<sup>28</sup> Além disso, a produção extensiva e o pouco cuidado com a erosão dos terrenos favoreciam enormemente a destruição da riqueza orgânica do solo. Para que se possa ter uma dimensão deste fato, estimava-se que a produção de café consumia em 22 anos três quartos do húmus do terreno.<sup>29</sup>

O fato é que os trabalhos do Agrônomo vinham desmistificar a idéia de que o solo de São Paulo era riquíssimo a ponto de não merecer nenhum tratamento para sua produção. Preocupado em manter a lucratividade dos produtores a médio prazo, Dafert indicou *a estrumação forte com adubos organicos*.<sup>30</sup>

A importância do conhecimento do solo estava ligada, para Dafert, ao domínio das características físico-químicas e fisiológicas dos vegetais em cada fase do seu desenvolvimento, pois, conhecendo-se as substâncias minerais de que necessitava cada parte do vegetal em diversos momentos de sua vida produtiva, era possível utilizar o adubo correto sem que houvesse fornecimento de substâncias

consideradas inúteis ou ausência de minerais necessários em um determinado estágio da planta.

O cultivo do cafeeiro era feito com pouca preocupação quanto à conservação da fertilidade da terra. Poucos eram os produtores que usavam alguma técnica para o desenvolvimento da planta e, mesmo assim, em muitos casos, eram totalmente ineficazes. Alguns acreditavam que poderia ser útil para o cafeeiro colocar sob as árvores as folhas e os galhos mortos no final da colheita,<sup>31</sup> outros faziam a adubação com as cinzas do grão de café,<sup>32</sup> mas na maior parte dos casos nada era feito e o pé de café produzia até sugar da terra todos os seus nutrientes.

O trabalho que Dafert se propôs foi de estabelecer os nutrientes necessários que cada uma das partes do cafeeiro exigia para o seu desenvolvimento. Ao Agrônomo interessava demonstrar que, para se garantir uma boa colheita, era necessário um cuidado maior com o cafeeiro como um todo, em todas as fases da sua vida e em todas as partes da sua estrutura e por isso defendia que *o ponto principal da estrumação dos cafesaes não é a estrumação do grão, mas sim de toda a arvore*.<sup>33</sup>

Além das conclusões práticas, Dafert esperava poder entender como se dava a variedade das espécies em relação com a sua composição química, ou seja, o passo que intencionava dar era o estabelecimento da relação entre a existência da variedade com a *produção de substancia* que, segundo ele, não era nada mais que *um processo puramente chimico*.

Este trabalho é exemplar da orientação que Dafert procurava dar à atividade do Instituto. Por um lado os trabalhos voltavam-se para a elaboração de modelos ou teorias que não tinham aplicação no curto prazo, ou seja, era uma atividade mais de “ciência” e menos de “técnica”. Por outro lado, também havia a preocupação com os problemas

<sup>(26)</sup> Dafert F., *Questões Agrícolas* RAIAC – 1893 p 13 do documento.

<sup>(27)</sup> Dafert F., *Sobre as terras do Estado* RAIAC – 1893 p 2 do documento.

<sup>(28)</sup> Dafert F., *Sobre as terras do Estado* RAIAC – 1893 p 3 do documento.

<sup>(29)</sup> Dean, Op. Cit., p. 233.

<sup>(30)</sup> Dafert F., *Sobre as Terras do Estado de São Paulo*, RAIAC – 1893 p 3 do documento.

<sup>(31)</sup> Dean, Op. Cit., p. 201.

<sup>(32)</sup> Dafert F., Braga T., *Sobre as substancias mineraes do cafeeiro*, RAIAC – 1892 p 16 do documento.

<sup>(33)</sup> Idem, *Ibidem* p 17 do documento.



que estavam diretamente relacionados à produção agrícola.

No entanto, as conclusões práticas dos trabalhos desenvolvidos no Instituto Agronômico só teriam uma real importância se houvesse condições de orientar os agricultores sobre as possibilidades de melhorar a produção com o uso de adubos. E esta era uma questão bastante complexa, pois envolvia uma série de dificuldades, tais como: a falta de hábito para o uso e o desconhecimento das técnicas e dos tipos de adubos por parte dos produtores; os altos preços e as dificuldades de transporte e importação (quando se tratava de adubos artificiais); a grande variedade de características naturais (de solo e clima) no Estado de São Paulo e a ação dos negociantes de adubos que vendiam quaisquer produtos, muitas vezes, com resultados desastrosos aos fazendeiros, causando desconfianças ou descrédito no método.<sup>34</sup>

Mas, mesmo com estas dificuldades, os agricultores ainda demonstraram interesse por esta questão, indicando que a possibilidade de praticar a estrumeação na lavoura havia crescido entre os produtores. É difícil saber até que ponto o agricultor foi influenciado por idéias em favor de uma produção mais intensiva, mas é certo que havia algum interesse no domínio do conhecimento dos adubos, pois em uma pesquisa realizada pelo Instituto sobre este tema, descrita no Relatório Anual de 1894/95, foram publicadas as manifestações de mais de 200 fazendeiros. de um total de 300 consultas.

Apesar disso, a passagem de um sistema extensivo para um sistema intensivo de cultura, embora pudesse representar vantagens ao lavrador em médio prazo, obrigava-o a investir grandes somas de capital para, entre outras coisas, importar o adubo necessário a este sistema de plantio, o que significava correr um risco grande de investir em uma empresa tão desconhecida na lavoura tropical.

Se a adubação das plantações poderia ser muito vantajosa aos agricultores, em médio prazo as dificuldades para a obtenção destes adubos e os riscos da sua utilização eram muito grandes. O pouco tempo de funcionamento do Instituto

Agronômico não permitia uma posição conclusiva sobre a qualidade dos adubos e seus efeitos nas plantações e não havia outras experiências que pudessem servir de modelo.

Além disso, havia outras barreiras ao emprego do adubo na produção causadas por uma série de circunstâncias, umas de ordem econômica, outras produto de uma cultura já estabelecida. Em primeiro lugar, o emprego de estrume era tanto mais compensador quanto mais pobre fosse o terreno, ou seja, o estrume poderia aumentar significativamente a produção se fosse aplicado em um solo cansado e que já não dispusesse dos nutrientes necessários a uma boa produção. O solo rico, que estivesse com todo potencial de sua produtividade, não sofreria grandes modificações pelo emprego de substâncias que tivessem como objetivo fortalecê-lo.<sup>35</sup>

Com isso, o emprego de estrumes seria recomendável tecnicamente exatamente ao agricultor que já estivesse com problemas na produção e, logicamente, com diminuição dos rendimentos. Não seria de estranhar que o lavrador visse com reservas a necessidade de fazer investimentos, adotando um método ainda pouco conhecido em um solo que já não era compensador. Isto sem contar com o fato de que, é claro, o estrume não resolveria o problema do cafeeiro, mas somente do solo, isto é, um cafeeiro velho não seria produtivo mesmo em um solo bem trabalhado. Além destas questões, ainda existia uma área muito grande de terra em São Paulo para ser explorada. Considerando-se o aspecto econômico, a exploração destas terras era uma opção muito mais segura do que uma aventura com investimentos de retorno incerto.

Em função destas questões, Dafert considerava que não era possível, a priori, indicar ao lavrador qual a melhor opção a ser adotada entre o emprego de estrumes naturais e artificiais – ambos combinados – ou a não utilização do adubo. Para ele o determinante era a lucratividade do produtor ligada às especificidades do país e do momento.

<sup>(34)</sup> Dafert F, *Estrumes Artificiais na Cultura do café*, RAIAC – 1894/95 p 2 do relatório. Sobre este descrédito Dafert comenta uma ocorrência em que fazendeiros teriam sido enganados com a aquisição de adubos químicos de baixa qualidade.

<sup>(35)</sup> Idem *Ibidem* p 281 do relatório.



## A INTEGRAÇÃO COM OUTROS CIENTISTAS

Um outro dado importante para analisar a atuação do Instituto é a ligação deste com outros grupos de cientistas do Brasil e do estrangeiro. A lista daqueles que Dafert chamou de *colaboradores* do Agrônômico contém alguns nomes que, provavelmente, tiveram uma participação eventual na vida do Instituto, como são os casos de F. J. C. Schneider, do Engenheiro Rivinius, do senhor Antonio Alvares Lobo e do Comendador Muller.<sup>36</sup> A lista contém também os nomes de vários estrangeiros que tiveram seus artigos traduzidos para o português e publicados nos Relatórios em diversos anos, tais como: Alfred Moler, da Academia de Ciências de Berlim; Paul Wagner, de Damstadt; Alexander Tschirch, de Berlim; F. Soxhlet, da Estação Agronômica de Munich e F. Effront, da França.<sup>37</sup>

Entre os cientistas que trabalhavam no Brasil, estavam na lista dos colaboradores: F.M. Draenert, que dirigiu o Instituto Agrícola da Bahia; Hermann von Ihering, que seria o diretor do Museu Paulista a partir de 1895; Orville Derby, que dirigiu a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (CGG) entre 1886 e 1904 e Alberto Loefgren, que também era pesquisador da CGG.

A integração entre os cientistas da CGG e Dafert de fato era muito grande, pois, em fevereiro de 1892, Derby solicitou do Governo Estadual autorização para contratar Dafert para que este pudesse fazer *análises*<sup>38</sup> e, apesar de não ter se concretizado a contratação,<sup>39</sup> a intenção de Derby demonstra uma afinidade profissional com o cientista austríaco.

É interessante observar que, talvez com exceção de Draenert, pode-se classificar os cientistas que se mantinham em contato com o

Agrônômico em dois grupos: os “paulistas” e os estrangeiros, principalmente alemães. Evidentemente que o que se chama de “paulistas”, neste caso, são os cientistas que trabalhavam em instituições sediadas em São Paulo. É curioso observar que não foi encontrada nenhuma evidência de intercâmbio com cientistas ou instituições do Rio de Janeiro. É difícil imaginar que a explicação para este fato seja apenas a distância que separava a cidade de Campinas da capital da República. É certo que a dificuldade de transporte no final do século XIX não era pequena, no entanto, verificasse que, apesar disso, o intercâmbio com instituições alemãs foi bastante freqüente. No Relatório de 1893 há até mesmo a informação de que o *Real Museu Botânico de Berlim realizou a determinação botânica das sementes para um estudo de aclimação de forragens estrangeiras*,<sup>40</sup> para o Agrônômico.

O que chama a atenção é o fato de que instituições que trabalhavam com questões relacionadas à agricultura no Brasil já possuíam uma certa tradição no Rio de Janeiro e não em São Paulo. Pode-se citar como exemplo o Jardim Botânico, o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e o Museu Nacional, no qual Teodoro Peckoldt já havia realizado uma série de pesquisas químico-botânicas sobre a flora nacional. É possível que a explicação deste não relacionamento se dê pela diferença no caráter destas instituições com a existente em Campinas, pois o Agrônômico foi criado completamente comprometido com os processos produtivos.

De qualquer forma, o que se observa é que em São Paulo Dafert estava bastante entrosado com vários dos cientistas que trabalhavam questões ligadas à terra. É notável também o bom relacionamento que os cientistas estrangeiros Derby, Ihering e Dafert mantinham. O fato de serem estrangeiros e trabalharem em ramos da

<sup>(36)</sup> Os artigos nos quais aparecem estes *colaboradores* são os seguintes:

Schneider F. J. C., Bollinger R., Benoit F., *Calendário Agrícola Paulistano*, RAIAC – 1982. Bollinger e Benoit eram funcionários do instituto (ver anexo).

Rivinius, *A extinção da formiga saúva e A secagem do café I*, RAIAC – 1894/95.

Muller C., *A viticultura paulista em 1892*, RAIAC – 1892.

<sup>(37)</sup> Os artigos traduzidos aparecem nos relatórios na seção *Literatura Estrangeira* do RAIAC – 1893.

<sup>(38)</sup> Arquivo do Instituto Geológico, Caixa 1, Copiador 2, p 15.

<sup>(39)</sup> OIGG – Revista do Instituto Geográfico e Geológico, Vol XVIII, N 1, 1966, p 17. Na lista de cientistas que trabalharam na CGG nos anos noventa do século XIX não consta o nome de Dafert.

<sup>(40)</sup> RAIAC – 1893.

ciência que se completavam pode ser uma explicação suficiente para esta questão, mas, ainda assim, não deixa de ser um tema interessante para uma verificação mais aprofundada.

A formação em São Paulo de um aparato institucional que desse conta dos problemas que surgiam na agricultura pode não ter sido planejada em todos os seus detalhes, mas a sua constituição é inegável.

## CONCLUSÃO

A produção agrícola brasileira estava baseada, ainda no final século XIX, na existência de mão-de-obra escrava, na abundância de terras férteis e na demanda dos produtos agrícolas, principalmente o café. Enquanto estas condições foram suficientes para o processo de acúmulo de capital, não havia motivos para que os agricultores investissem em novos métodos para produção.

No entanto, quando este modelo apresentou sinais de esgotamento – em função da carência de mão-de-obra escrava (o que já demandava novas relações de produção) ou devido ao solo que se encontrava em processo de esgotamento e exigia novas formas de cultivo – houve um crescimento da demanda por soluções para os problemas da agricultura. Com isso, surgiram e se fortaleceram outras idéias para a produção agrícola. Ou seja, o fato de se criar uma instituição com o objetivo de desenvolver os procedimentos de cultivo não foi um fato isolado, mas, pelo contrário, estava completamente vinculado às questões sócio-econômicas que o país vinha enfrentando.

No entanto, não se pode dizer que a criação da instituição agronômica era a única opção que existia para se enfrentar o problema da produção. A decisão de se criar uma instituição científica em Campinas, se era impulsionada pelos problemas sócio-econômicos ligados à lavoura do café, estava também ligada ao crescimento de uma ideologia que buscava valorizar a ciência e que se refletiu no Brasil, entre outras coisas, através de propostas para a resolução de alguns dos problemas da agricultura.

O que se verificou foi que, sendo a fundação do Instituto uma iniciativa do governo Imperial e parte de uma política de Estado que respondia mais diretamente às necessidades econômicas daquele momento, nos dez primeiros anos de seu funcionamento, o poder público – no início o governo central e depois o governo de São Paulo – investiu constantemente na construção de uma estrutura que pudesse capacitar esta instituição para o tratamento das questões da agricultura.

Se o Instituto Agronômico de Campinas se desenvolveu e até se tornou conhecido pelos trabalhos considerados pioneiros realizados por Dafert, a história desta instituição é uma demonstração das mais claras de que a ciência não se constrói isolada do meio em que é produzida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Relatórios produzidos pela Instituição nos seguintes anos: 1888, 1890, 1892, 1893, 1894, 1895;
- Revista do Instituto Geográfico e Geológico, Vol XVIII, N 1, 1966;
- Periódico Gazeta de Campinas nos seguintes anos: 1870 e 1887;
- Periódico Diário de Campinas nos seguintes anos: 1887, 1888 e 1889;
- DEAN, W., **A Ferro e Fogo: a história da devastação da mata atlântica brasileira**, São Paulo, Cia das Letras, 1996;
- DOMINGUES, H. M. B., **Ciência: um caso de política. As relações entre as ciências naturais e agricultura no Brasil Império**, tese de doutorado, FFLCH-USP, 1995;
- LOPES, M.M., **O Brasil Descobre a Pesquisa Científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**, São Paulo, Hucitec, 1997;
- MASON, S., F., **História da Ciência: as principais correntes do pensamento científico**, Globo, 1962;
- SCHWARTZMAN, S., **Formação da Comunidade Científica no Brasil**, São Paulo, Ed. Nacional, 1979.



**ATAS DO I ENCONTRO INTERNACIONAL DO GRUPO DE  
TRABALHO SOBRE LÍNGUAS INDÍGENAS DA ANPOLL.  
FONOLOGIA, GRAMÁTICA E HISTÓRIA. TOMOS I E II. ANA  
SUELLY ARRUDA CÂMARA CABRAL, ARYON DALL'IGNA  
RODRIGUES (ORGANIZADORES). EDITORA UNIVERSITÁRIA  
UFPA. BELÉM PARÁ. 2002. 442 P.**

**Prof. Dr. Agenor José Teixeira Pinto FARIAS<sup>1</sup>**

Aproximadamente metade das línguas faladas no mundo está ameaçada e, segundo alguns indicadores citados pela UNESCO, usando dados da Associação Americana para o Progresso da Ciência, periodicamente, em espaços cada vez mais curtos de tempo, línguas desaparecem completamente, reduzindo a diversidade lingüística e cultural do nosso planeta.

Por um lado temos um avanço de idiomas que se apresentam como dominantes, onde se destacam o inglês, o russo, o indi, o espanhol e o português. Com esse avanço a Humanidade perde parte significativa de seu legado cultural, legado este que vem sendo construído a milhares de anos e que representa um grande acervo e parte especial de sua memória. Como sabemos, a língua é parcela marcante da identidade de um povo, sendo, inclusive, o instrumento por meio do qual o conhecimento tradicional é transmitido recepcionado e reciclado pelas diferentes gerações num rico processo de dinamismo cultural.

Uma língua precisa de uma comunidade relativamente significativa de falantes para ser considerada segura e ter garantido sua transmissão por entre as diferentes gerações. Nesta condição, encontramos apenas 600 idiomas fora de perigo. Na Ásia, por exemplo, metade das línguas possui

menos de 10 mil falantes e nesta região encontramos nada menos que 32% das línguas faladas no planeta.

Mais de 50 % da diversidade lingüística concentra-se na Nova Guiné, Indonésia, Nigéria, México, Camarões, Austrália, Índia e Brasil. No Brasil estima-se que existam por volta de 180 línguas das aproximadamente 1200 que teriam existido antes de 1500. Algumas das que hoje sobrevivem estão relacionadas a pequenos grupos, sendo que existem aquelas que estão reduzidas a menos de 20 falantes. Felizmente, porém, a Constituição Brasileira de 1988 instituiu o ensino nos idiomas nativos o que tem impulsionado vários projetos de preservação lingüística entre os povos indígenas no Brasil. Para citarmos apenas uma decorrência desta normativa, um processo bastante rico e sujeito a diferentes juízos de opinião, esteve em curso no município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. Lá foram declaradas como línguas oficiais o baniwa, o tukano e o nhengatu, além do português.

O processo de revitalização de uma língua está diretamente associado ao número de falantes, mas, também, principalmente ao grau de transmissão às novas gerações. Ou seja, para que uma língua permaneça é de fundamental importância que ela esteja sendo aprendida pelas

---

<sup>(1)</sup> Professor da Faculdade de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas da PUC-Campinas.

novas gerações, representadas em especial pelas crianças que estão aprendendo a fazer uso da comunicação oral e, mais recentemente, escrita. A quebra desse padrão de transmissão, por qualquer motivo que seja, representa uma ameaça à permanência da língua, minando sua continuidade que vem representada pelo seu uso.

Nessa direção, é muito oportuna a publicação que ora nos ocupamos em apresentar, em especial porque representa o acesso a um material bastante avançado sobre o que temos hoje em termos de estudos especializados em línguas indígenas. Trata-se da publicação da **Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL. Fonologia, Gramática e História**, com 80 trabalhos escolhidos dentre a centena dos que foram apresentados no Congresso.

Esse Congresso foi realizado entre 8 e 12 de outubro de 2001 na Universidade do Pará e permitiu que pesquisadores brasileiros e estrangeiros pudessem fazer um balanço e promover uma troca de experiências possibilitando, assim, atestar o atual quadro do estudo das línguas indígenas brasileiras. Cabe destacar que nessa oportunidade foram apresentados também trabalhos de especialistas que estudam línguas indígenas faladas fora do território brasileiro, mas que manter vínculos genéticos com aquelas aqui faladas, como é o caso da Argentina, Bolívia, Guiana Francesa e Venezuela.

No Congresso foi realizada uma homenagem a Kenneth Locke Hale, considerado um dos mais importantes lingüistas da segunda metade do século XX. Ken Hale, como era conhecido, documentou e analisou inúmeras línguas na América do Norte, América Central e Austrália. Além de proporcionar por duas vezes cursos no Brasil, no Museu Nacional e na UNB, Ken Hale recebia lingüistas seniores brasileiros para estágios no MIT, Massachusetts Institute of Technology, em Boston, MA.

Ken Hale falava mais de 50 línguas e participava ativamente de grupos ativistas em prol dos direitos humanos e da autonomia das minorias. O seu falecimento ocorreu no mesmo dia em que se abria o encontro, razão pela qual, inclusive, a ele

foi dedicado o Congresso, assim como a presente publicação dos volumes das atas.

Por ocasião da realização do Congresso foi homenageada também a Professora Doutora Yonne de Freitas Leite. Trata-se da primeira mulher pesquisadora de línguas indígenas do Brasil, tendo iniciado seus estudos nesta área com trabalhos sobre a língua Tapirapé, e hoje é uma importante agente multiplicadora dos estudos lingüísticos, sendo responsável pela formação de uma nova geração de pesquisadores. A professora Yonne de Freitas, do Museu Nacional da UFRJ, pronunciou a conferência de abertura do encontro internacional, publicada na íntegra, **A língua Tapirapé: um estudo de caso de uma perspectiva infinda**. Nessa ocasião, a par de relatar parte de sua trajetória entre os Tapirapé debateu sobre o estudo da língua tomado como um caso para a pesquisa lingüística no Brasil. Assim como esta, foi também publicada na íntegra a conferência **Patterns and Obstruences in Ikwere, an African Language with Nasal Harmony**, sob a responsabilidade de George Nick Clements (CNRS, Paris) e Sylvester Osu (LLACAN-CNRS, Villejuif).

É de se lamentar que as conferências: **Fundamental, Constraints, and Opportunities for Genetic Comparison**, promovida por Eric Hamp da Universidade de Chicago; **Exploração em torno a um texto: Arawitará ou Jornada ao mundo dos mortos**, por Lucy Seki da Unicamp; **Recent Approches and the Classification of American Indian Languages**, por Lyle Richard Campbell da Universidade de Canterbury na Nova Zelândia e, **Passado Presente e Futuro: o estudo das línguas indígenas no Brasil**, por Aryion Dall'Igna Rodrigues da Universidade de Brasília, tiveram publicado apenas os seus resumos.

Em relação a estas duas últimas conferências citadas, a se basear pelos resumos apresentados, foi debatido a "...evolução da existência das línguas indígenas no território brasileiro, marcada tanto por sua considerável diversidade, quanto pelo contínuo desaparecimento delas e dos povos que as falam...". Do mesmo modo, discutiram as mais recentes abordagens derivadas dos métodos históricos tradicionais aos estudos lingüísticos, em especial no que concerne dos métodos comparativos



contrapostos às novas perspectivas decorrentes de estudos recentes sobre a diversificação entre famílias lingüísticas relacionadas.

As comunicações foram apresentadas de forma agrupada em torno dos troncos lingüísticos. Estão relacionados pela ordem, os troncos lingüísticos seguidos de sua especificação pelas famílias e línguas especificadas. Dessa forma temos as comunicações apresentadas para o tronco MACRO-JÊ, com trabalhos sobre a família Bororo, Família Jê com textos sobre as línguas Apinayé, Parkatejê, Xikrin, Panará, Kaingang, Karajá e Yaathe.

As comunicações relacionadas com o tronco TUPI, dizem respeito a família Arikém, língua Karitiana, família Aweti, família Jurúna, família Maué, família Munduruku, a família Ramaráma, a família Tuparí e a família Tupi-Guarani.

No tomo II permanece a mesma estrutura de apresentação citada acima, com o diferencial que agora estão relatadas as variadas comunicações relativas às famílias lingüísticas isoladas, assim como, uma comunicação sobre as famílias lingüísticas ameaçadas e um trabalho sobre bancos de dados e dicionários indígenas. Nesse sentido estão representados estudos sobre as famílias

Karib, Aruák, Pano, Gawikurú, Txapakúra, Irántxi, Kwazá, Katukina, Mapuche, e Tembê.

Finalizando, no Tomo II estão apresentados ainda o conjunto de trabalhos que foram organizados na seção: **Educação Ética e Cultura**. São 15 diferentes comunicações que procuram debater questões relacionadas com as escolas nas aldeias, o ensino da língua materna, o ensino bilíngüe nas aldeias, a formação dos professores de línguas indígenas.

A publicação desta obra significa, portanto, uma excelente oportunidade para que um público maior possa ter acesso ao atual estado em que se encontra os estudos sobre as línguas indígenas no Brasil. Trata-se, por vezes, de um trabalho de especialistas para especialistas, mas nada impede que um leitor interessado nas questões indígenas de uma maneira geral possa se informar sobre como se processam os estudos sobre as línguas faladas pelos nativos no Brasil. Nesse sentido pode, inclusive, despertar novos interesses naqueles que pretendem se dedicar aos estudos de etnologia indígena brasileira pela via dos estudos lingüísticos propriamente, ou pela via de proporcionar um maior conjunto de saberes relativos a estas diferentes etnias citadas nos textos.



## INSTRUÇÕES AOS AUTORES

A revista *Humanitas* publica artigos inéditos relacionados com as diversas áreas das Ciências Humanas, principalmente Ciências Sociais, Geografia e História, buscando incentivar a produção de trabalhos interdisciplinares, nas seguintes categorias: **Artigo Original** e **Resenhas**.

**Submissão de trabalhos.** Os artigos serão submetidos à avaliação por pelo menos dois revisores, em procedimento sigiloso quanto a identidade tanto do(s) autor(es) quanto aos revisores. Caso haja utilização de *figuras* ou *tabelas* publicadas em outras fontes, deve-se anexar documento que ateste a permissão para seu uso. O Conselho Editorial devolverá os trabalhos que não se seguirem os padrões destas "Instruções".

**Apresentação das colaborações.** Enviar os textos e/ou resenhas para o Conselho Editorial do Instituto de Ciências Humanas - PUC-Campinas, em uma cópia, preparado em espaço 1,5, com fonte Time New Roman tamanho 11 e limite máximo de 30 laudas para **Artigos Originais** e 5 laudas para **Resenha**. Para esclarecimentos de eventuais dúvidas quanto à forma e outros aspectos, sugere-se consulta a este fascículo. Aceitam-se trabalhos escritos somente em português e espanhol, com título, resumo e palavras chave no idioma original e em inglês. Após aprovação final encaminhar em disquete 3,5", empregando editor de texto MS Word versão 6.0 ou superior. Endereço para envio: Conselho Editorial - CCH-PUC-Campinas, Campus I, Bloco H 11, Rodovia D. Pedro I, km 136 - Campinas, SP - Caixa Postal 317 - CEP: 13086-900. Endereço eletrônico: edicch@puc-campinas.edu.br

**Página de título.** A primeira lauda do original deve conter a) título do artigo (português e inglês), b) nome completo de todos os autores, c) indicação da Instituição onde cada um dos autores é afiliado, acompanhada do respectivo endereço para correspondência e/ou endereço eletrônico; d) se foi subvencionado, indicar nome da agência de fomento que concedeu o auxílio; e) se for extraído de dissertação ou tese, indicar título, ano e instituição onde foi apresentada; f) se foi apresentado em reunião científica, indicar nome do evento, local e data de realização.

**Resumo/abstract:** Com exceção dos textos apresentados como Resenha, os trabalhos submetidos deverão ter resumo com no mínimo 50 e no máximo 100 palavras no idioma original e em inglês. Não deve conter citações e abreviaturas. E deve estar na primeira página.

**Palavras-chave/keywords:** seguido do resumo/abstract, em mínimo de 3 e um máximo de 5.

**Texto.** Com exceção dos manuscritos apresentados como Resenha, os trabalhos deverão seguir a estrutura formal dos trabalhos científicos e de acordo com as normas aqui apresentadas.

**Referências bibliográficas de acordo com a NBR-6023/1989.**

**No texto** citar o sobrenome do autor, seguido do ano de publicação, como ABRANCHES (1987); se forem dois autores, o último sobrenome de ambos separados por &, como em

CAREY & SHUGART (1998) e se forem três ou mais autores, o sobrenome do primeiro autor seguido *de et al.* e do ano da publicação, como em STARK *et al.* (1998). As referências citadas deverão estar no final do trabalho relacionadas em ordem alfabética, de acordo com o sobrenome do primeiro autor devendo constar os nomes de todos os autores.

Os títulos de periódicos constantes das referências deverão ser apresentados por extenso, seguidos do local de publicação. Se um artigo estiver em via de publicação, indique: título do periódico, ano e outros dados disponíveis, seguidos da expressão, entre parênteses, **no prelo**. As publicações não convencionais, de difícil acesso, podem ser citadas desde que contenham o máximo de informações e a sua localização. As referências devem ser apresentadas corretamente, de acordo com os exemplos a seguir. **A exatidão e a adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são de responsabilidade do autor.**

### Exemplos:

#### Livros

SACHS, I., **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir**. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2.ed. São Paulo : Vértice, 1986.

#### Artigos

REIS, E., "Elites agrárias, state-building e autoritarismo". In **Dados**, v. 25, n.3, p.275-269, 1982.

#### Coletânea

ABRANCHES, S.H., Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975. In: LIMA O.B., e ABRANCHES, S.H. (org.). **As origens da crise**. São Paulo: IUPERJ/Vértice, 1987.

#### Teses acadêmicas

DARNELL, Regna. The Development of American Anthropology 1879-1920. From The Bureau of American Ethnology to Franz Boas. Tese de Doutorado (inédita). Universidade da Pensilvânia. EUA. 1969.

**Citações bibliográficas no texto.** Deverão ser colocadas em ordem numérica, em algarismos arábicos, meia linha acima e após a citação, figurando como nota de rodapé, devendo constar da lista de referências bibliográficas ao final do texto. Pode-se citar como no exemplo: Barbosa, 1996:247, o que diminui o excesso de notas de rodapé.

**As nomenclaturas** deverão ser utilizadas de forma padronizada, observando rigorosamente as regras de nomenclatura das Ciências Humanas, assim como abreviaturas e convenções adotadas em disciplinas especializadas. Devem ser precedidas do nome completo quando citadas pela primeira vez. Não devem ser usadas no título e no resumo.



**PUC**  
**CAMPINAS**  
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

# HUMANITAS

**Comissão Editorial da Faculdade de Ciências Sociais  
e Faculdade de História no  
Centro de Ciências Humanas (CCH)  
PUC-Campinas**

Campus I - Rodovia Dom Pedro I, km 136  
Prédio Administrativo I, Campus I, Sala 22  
Caixa Postal 317 - Parque das Universidades  
Telefone (0xx19) 3756-7298  
CEP 13086-900 - Campinas - SP - Brasil  
*E-mail:* edicch@puc-campinas.edu.br

## Ficha de Assinatura

Nome: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

**Endereço para envio da Revista:**

Rua \_\_\_\_\_

Nº \_\_\_\_\_ Ap. \_\_\_\_\_ /Bloco complemento: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

*E-mail:* \_\_\_\_\_

**Assinatura anual da Revista: R\$20,00. Remeter ficha e cheque nominal à Sociedade Campineira de Educação e Instrução - (SCEI), para o endereço acima.**

# **PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

## **Grão-Chanceler**

Dom Gilberto Pereira Lopes

## **Reitor**

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

## **Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**

Profa. Vera Sílvia Marão Beraquet

## **Pró-Reitor de Graduação**

Prof. Jamil Cury Sawaya

## **Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários**

Profa. Carmem Cecília de Campos Lavras

## **Pró-Reitor de Administração**

Prof. Antonio Sergio Cella

## **CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

### **Diretor do Centro**

Prof. Pe. Paulo Sergio Lopes Gonçalves

### **Diretora-Adjunta**

Profa. Maria Salete Zulzke Trujillo

## **FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

### **Diretora**

Profa. Sônia Regina da Cal Seixas G. Barbosa

## **FACULDADE DE HISTÓRIA**

### **Diretora**

Profa. Lilia Inés Zanotti de Medrano



**DOSSIÊ TEMAS ATUAIS DE SOCIOLOGIA ENSINO MÉDIO/  
DOSSIER CURRENT SUBJECTS OF SOCIOLOGY AVERAGE EDUCATION**

- 5      Apresentação / *Presentation*  
Doraci Alves Lopes
- 11     Ciência e sociedade: o ensino de sociologia no ensino médio  
*Science and Society: Sociology teaching in high school*  
Dulce Maria Pompêo de Camargo
- 15     Ética e cidadania uma reflexão atual e necessária para as ciências sociais  
*Ethics and Citizenship A necessary debate for Social Sciences*  
Thales Haddad Novaes de Andrade
- 21     Cidadania e Mudança  
*Citizenship and Change*  
Pedro Rocha Lemos
- 27     Exclusão social e ética do habitar  
*Social Exclusion and Inhabit Ethics*  
Doraci Alves Lopes
- 33     O trabalho no mundo contemporâneo  
*Work in Contemporary World*  
Vera Lúcia Graziano da Silva Rodrigues
- 37     Qualidade de vida e trabalho: ter ou ser?  
*Life quality and Work: to have and to be?*  
Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa
- 43     Impactos do consumo sobre a cultura moderna  
*Impacts of Consumption on Modern Culture*  
Thales Haddad Novaes de Andrade

**ARTIGOS / ARTICLES**

- 47     O Sindicalismo no Brasil diante das novas tendências no mundo do Trabalho  
*Labour Unionism in Brazil Ahead of the news trends in the Work World*  
Roselene dos Anjos
- 61     Ensaio sobre a cegueira democrática  
*Essay on democratic blindness*  
José Alberto da Silva Curado
- 83     A Imperial Estação Agronômica de Campinas 1887/1897  
*Campinas Imperial Agronomic Station 1887/1897*  
Reginaldo Alberto Meloni

**RESENHA**

- 95     Atas do I Encontro Internacional Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL. Fonologia, Gramática e História. Tomos I e II. Cabral, Ana Suelly Arruda Câmara; Rodrigues, Aryon Dall'Igna (organizadores)  
Agenor José Teixeira Pinto Farias

